



SENADO FEDERAL
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO – ILB

NELSON LUIZ DE OLIVEIRA

NÃO FOI SÓ POR VINTE CENTAVOS:
O Impacto das Manifestações de Junho no Senado

Brasília
2015

NELSON LUIZ DE OLIVEIRA

**NÃO FOI SÓ POR VINTE CENTAVOS:
O Impacto das Manifestações de Junho no Senado**

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de pós-graduação lato sensu em Ciência Política realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro como requisito para obtenção do título de especialista em Ciência Política.

Área de Concentração: Construção da democracia

Orientador: Luiz Renato Vieira

Brasília

2015

Nelson Luiz de Oliveira

NÃO FOI SÓ POR VINTE CENTAVOS
O Impacto das Manifestações de Junho no Senado

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de pós-graduação lato sensu em Ciência Política realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro como requisito para obtenção do título de especialista em Ciência Política, na área de Construção da democracia.

Brasília, 1º de setembro de 2015.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luiz Renato Vieira

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa da Luz

DEDICATÓRIA

A Ulysses Guimarães, timoneiro que nos guiou pelo mar da grande política.

A Evaristo da Veiga, político-cidadão.

AGRADECIMENTOS

A Meus pais, Torquato e Terezinha, por terem me dado a vida, o amor e o sentido de dever para com o trabalho, além da cultura da pequena unidade de subsistência, onde nada se perde e onde se cuida de caprichar.

A Minha esposa, Vera Rabelo, pelo amor, companheirismo e por sempre valiosas ideias.

A meus filhos, Guilherme e Pedro, por compreenderem um pai por demais operoso, por ouvi-lo pacientemente e por ensinarem a ele o que há de novo.

Ao Alexandre Frensch, pela amizade, pelas grandes conversas, indicações de leitura e pela formatação deste trabalho.

Aos colegas do Senado, pelo apoio, incentivo e compreensão.

Aos colegas do curso, pela amizade e trocas de ideias e experiências.

Aos professores e funcionários do ILB, pelos ensinamentos, dedicação e suporte.

Ao Tiago Ivo Odon, Fernando Meneguim e Suely Araújo, por orientações e indicações de leitura.

Ao Rodrigo Barbosa Luz, pela honra de integrar a banca.

Ao Luiz Renato Vieira, por me apontar rumos, me alertar de perigos e me assegurar dos acertos.

Ao Rafael Silva, por nos ter conduzido com maestria durante esse ano e meio.

"A vida é curta; a arte é longa; a oportunidade, fugaz; a experiência,
enganosa; o julgamento, difícil."

Hipócrates

RESUMO

Esta monografia põe em discussão três tipos de impacto provocados na atividade do Senado Federal do Brasil pelas manifestações populares de junho de 2013, a saber: na opinião, que se traduziu em discursos e declarações; na deliberação, por meio da apresentação, do encaminhamento e da votação de projetos; e na institucionalização, mediante mudanças normativas, procedimentais e culturais que tenham afetado o acesso dos cidadãos ao Senado para se informarem, opinarem e proporem. Em última análise, a pesquisa buscou elementos para compreender como o Senado reagiu às cobranças da população pela ampliação e melhoria dos serviços públicos, mas, principalmente, pelo aumento da qualidade da representação, entendida aqui como a base do Estado democrático.

Palavras-chave: Manifestações; Senado; representação; legitimidade; violência; pauta difusa; horizontalidade; direito à cidade; tarifa de transportes

ABSTRACT

This monograph brings into discussion three types of impact caused in the activity of the Federal Senate of Brazil by the demonstrations of June 2013, namely: in the opinion, which was reflected in speeches and declarations; in the deliberations by presenting, forwarding and project vote; and institutionalization by regulatory, procedural and cultural changes that have affected the access of citizens to the Senate to be informed, express their views and propose. Ultimately, the research sought to understand how the Senate responded to the demands by population for expansion and improvement of public services, but mainly for enhancement of representation, understood here as the basis of the democratic state.

Key words: Demonstrations; Senate; representation; legitimacy; violence; diffuse agenda ; horizontality ; right to the City ; public transportation tickets

SUMÁRIO

Dedicatória	5
Agradecimentos	7
1. Introdução (e breve histórico)	15
1.1 As hipóteses e o plano de trabalho	19
2. Plano Discursivo – Os protestos nos pronunciamentos dos senadores	25
3. Plano Deliberativo – Redefinindo a pauta política	65
4. Plano Institucional – A interlocução com a sociedade.....	75
5. Conclusão.....	81
Bibliografia	91
Apêndice	97

1. INTRODUÇÃO (E BREVE HISTÓRICO)

Um dos alertas mais relevantes para a crise de representação, que, já em 2005, vivia o parlamento brasileiro, partiu em 16 de agosto daquele ano do então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Acabara de vir à tona o conjunto de denúncias mais tarde conhecido como Escândalo do Mensalão. Em pronunciamento no Plenário, Sarney advertiu para os riscos da “grande evidência de que uma soma de recursos imensa” havia transitado “com o beneplácito de direções partidárias pelo Congresso Nacional, em acordos políticos ou para pagamento de posições ou de votos”.

Somava-se a esse quadro, de acordo com o então presidente do Senado, uma crise estrutural, não restrita ao Brasil, agudizada pela modernização das comunicações na era da internet: “com o surgimento da sociedade da informação temos o novo componente da instantaneidade das comunicações, com a notícia em tempo real, com a capacidade de aferir dinamicamente a manifestação da opinião de massa. A nossa legitimidade envelhece a olhos vistos. É preciso resgatá-la, buscá-la em nossos atos”, admoestava, ao mesmo tempo que pregava uma correção de rumos da parte da própria classe política como vacina para o que chamou de “fórmulas salvadoras”. Prosseguia o senador: “sem Congresso forte, não há democracia forte e uma democracia frágil é um prenúncio de decomposição. Sem ela, perde-se a liberdade (...). No mundo atual, há outras formas de desestabilização que não as intervenções militares tão sofridas ao longo da nossa História: a política das multidões, o terrorismo, a divisão social”. Sobre o tema, ver Hirschmann (1992).

Sarney voltaria a fazer esse tipo de advertência, mas tiveram de se passar oito anos até que as multidões finalmente resolvessem protestar em frente ao gramado do Congresso, e dali saltassem para o terraço sobre o qual se erguem as cúpulas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Iluminados pelos refletores que evidenciam a arquitetura de Oscar Niemeyer, os jovens manifestantes projetaram sobre a *bacia* da Casa do Povo as sombras desafiadoras de uma onda de rebeldia que estourara em 6 de junho de 2013 em São Paulo, depois de ensaios no Rio de Janeiro, ainda em 2012, e em Natal, Porto Alegre, Goiânia e Teresina, entre março e maio de 2013.¹

O cerco ao Congresso acordou definitivamente os parlamentares para o fato de que a chamada voz rouca das ruas havia finalmente decidido explicitar sua indignação frente a episódios como os do Mensalão. É que aos atos iniciais contra o aumento de R\$ 0,20 nas passagens do transporte coletivo urbano, somaram-se outros, de maneira espontânea. A pauta passou a incluir reivindicações por serviços públicos de melhor qualidade; críticas aos gastos com a Copa do Mundo da Fifa; e queixas com relação ao descaso dos governantes e da classe

política em geral pelos interesses da população em contraponto a um apreço exagerado pelos próprios interesses.

Figura 1 – Laje de cobertura do Congresso Nacional em 17/06/2013



Fonte: <http://www.abc.com.br/noticias/brasil/2013/06/por-causa-de-manifestacoes-seguranca-do-congresso-bloqueia-areas-de> (Foto: Mídia Ninja)

Às primeiras críticas dos que consideravam ínfimo o valor de vinte centavos, um grupo já ampliado de manifestantes respondeu com a agora já célebre frase: “não é só pelos vinte centavos. É por muito mais”. E nesse ‘muito mais’ estavam os políticos, brindados em singelas cartolinas escritas a pincel atômico com o aviso furioso: “vocês não nos representam”. Materializava-se naquele momento a advertência de Sarney. E não se materializava apenas nas ruas. Na ágora pós-moderna da internet, meio considerado fundamental para a divulgação e a mobilização, os protestos mostravam-se acalorados e a linguagem, virulenta. A veiculação de notícias, mensagens e imagens no mesmo momento em que as manifestações de rua ocorriam criou um sistema de retroalimentação entre os atos presenciais e os virtuais que pôs o país numa vertiginosa espiral política, aparentemente destinada a provocar mudanças radicais no funcionamento das instituições. Pelo menos era o que muitos manifestantes acreditavam.

Se o espanto dos senadores frente ao tropel das multidões levou a uma espécie de assunção de culpa coletiva e à rápida elaboração de uma agenda de votações, além de vigílias

no Plenário da Casa, não é correto dizer que o Senado não vinha fazendo nada para se aproximar da população, ainda que a Casa tenha levado bastante tempo para tomar essa direção.

Remonta ao ano de 1987 o lançamento de uma das canções de maior sucesso do conjunto de rock Legião Urbana - *Que país é esse?* -, na qual o compositor Renato Russo recheou de ironia e *recontextualizou* uma frase de 1976 do então presidente da Arena, o partido governista, Francelino Pereira, para se referir às mazelas do país, em versos como “Nas favelas, no Senado, sujeira pra todo lado / Ninguém respeita a Constituição / Mas todos acreditam no futuro da Nação”.

Só dez anos depois, entraria em funcionamento o serviço Alô Senado, por meio do qual a população podia fazer sugestões e críticas aos parlamentares, de maneira crescentemente acessível. O Alô Senado evoluiu, em 2011, para o Portal e-Cidadania, que oferece várias plataformas de interação virtual entre a Casa e a sociedade, permitindo inclusive a participação em debates ao vivo. É de se mencionar outras iniciativas bem anteriores aos protestos, entre as quais a possibilidade de apresentação de projetos de lei por meio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) – comissão essa que tem protagonizado uma série de audiências públicas e eventos reunindo líderes de movimentos sociais e comunitários.

Há que se mencionar, ainda, esforços relacionados à disponibilização de informações sobre o Orçamento, antes mesmo do advento da Lei de Acesso à Informação, e à transparência de gastos. Na área da comunicação, igualmente, a procura de um jornalismo mais atuante e capaz de refletir as diversas tendências políticas do Senado vinha se ensaiando. E não se pode deixar de mencionar a criação de várias páginas e perfis em redes sociais da internet voltadas a disseminar o material jornalístico e institucional da Casa, com abertura para comentários e votações em enquetes. No campo da pesquisa de opinião, é digna de nota a criação do DataSenado em 2005.

Todas essas iniciativas têm avançado ao longo dos anos, sempre acompanhando as pressões e demandas da sociedade por maior participação nas atividades legislativas, especialmente em momentos de crise, como o ano de 2009, quando a Casa foi bastante questionada pelos cidadãos.

Se as manifestações de junho deram novo impulso à aproximação do Senado com a população, é uma das perguntas que a presente pesquisa propõe-se a responder, seja registrando a criação de novos mecanismos e procedimentos de interação, seja verificando o

aperfeiçoamento de mecanismos já existentes e os incentivos a uma nova cultura frente aos direitos dos cidadãos.

Há um terreno, porém, menos suscetível à avaliação objetiva. Situa-se num espaço a um só tempo movediço e volátil, que abrange o discurso, o debate e as votações de projetos. Uma coisa é facilitar a visualização de informações e o encaminhamento de críticas e sugestões à Casa; outra, bem diferente, é votar em sintonia com a sociedade – agrupamento cuja vontade só é mensurável armando-se o mensurador de grande liberdade interpretativa – em assuntos de importância e envergadura.

Como medir o grau de uma possível troca de atitude no que a atividade parlamentar tem de típica? Essa é uma tarefa que teve de ser resolvida com procedimentos metodológicos adaptados para o caso, conforme se detalha mais abaixo. No auge das jornadas de junho, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou, com satisfação, que o povo havia “desenferrujado o Congresso”. O que se deu desde então? A contínua lubrificação das duas casas legislativas ou elas voltaram a emperrar?

No fundo, ao ‘desenferrujar’ uma das instituições democráticas, o povo a teria feito funcionar de maneira mais democrática, o que supõe que o seu funcionamento democrático, na etapa imediatamente anterior, poderia estar comprometido. Luz (2009, p.7) apoia-se em estudo de Tilly (2007) para encontrar a melhor abordagem quando se procura “definir se um dado regime pode ou não ser qualificado como uma democracia”. Conforme o pesquisador brasileiro, é preciso evitar a “armadilha [do conceito de) crescimento unilinear”, e, por conseguinte, entender “democratização e institucionalização enquanto processos”, o que equivale a considerá-las como “ações continuadas”. Dessa forma é possível encarar retrocessos, que Tilly chama de “*de-democratization*”, como inerentes ao dinamismo político e institucional. O oposto da *de-democratization* é justamente a redemocratização. Ambas são vistas como mudanças em certos tipos de relações entre cada Estado e seus cidadãos que caracterizam um regime democrático.

O fato de termos presenciado uma vigorosa demonstração de descontentamento político e desejo de participação nos negócios públicos por parte de milhões de brasileiros já seria, por si só, justificativa para empreendermos uma investigação sobre as causas e consequências daqueles eventos. Ocorre que esse tema, visto de uma perspectiva geral, já tem sido abordado em vários trabalhos, inclusive por renomados cientistas políticos, sociólogos e outros estudiosos no campo das ciências sociais.

Embora se faça desnecessária, e até fútil, qualquer pretensão de originalidade, avaliar o impacto direto daqueles protestos na maneira como Senado se porta perante a opinião

pública parece uma escolha de pesquisa que pode contribuir para ampliar a visão sobre o fenômeno de junho de 2013. Ainda que de amplitude modesta, a investigação pode deixar aos que se interessam pelo assunto, seja o cidadão comum, seja o estudante, e até o acadêmico, um rol de informações e análises úteis para a formação da consciência nacional e fonte de outras pesquisas.

O advento da Carta Constitucional de 1988 deu aos brasileiros novos instrumentos de pressão, ao legitimar ações de caráter democrático, o que ampliou as exigências da população quanto ao comportamento dos poderes públicos e dos detentores de mandatos, em particular. Ora, se a sociedade requer mais e mais transformações por parte do Senado, é mais do que justificado buscar entender as razões dessas demandas e verificar como Casa da Federação, em resposta às jornadas de junho, procedeu a mudanças de rumo com repercussões imediatas e ou duradouras.

A reforçar os limites aqui delineados para o objeto de pesquisa, transparece a oportunidade da elaboração de uma monografia de conclusão de curso de pós-graduação em Ciência Política ministrado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), instituição pertencente ao Senado, tendo o próprio Senado a servir de tema. Como uma das casas do Congresso Nacional, o Senado compartilha com a Câmara dos Deputados decisões cruciais para a vida dos brasileiros. Assume isoladamente algumas outras tarefas por determinação constitucional. Mesmo na ausência de manifestações presenciais massivas, a instituição é cobrada a se aprimorar e os estudos acadêmicos têm muito a contribuir com esse aprimoramento.

1.1 As hipóteses e o plano de trabalho

Diante do objeto de pesquisa tal como aqui delimitado, tem-se como problema a seguinte formulação: que alterações substanciais de postura e procedimentais tiveram lugar no Senado em razão das manifestações de junho de 2013?

O objetivo geral da monografia é descrever e analisar o impacto das manifestações de junho de 2013 na postura do Senado frente à opinião pública no momento em que elas ocorreram, captando, ainda seus desdobramentos até o tempo presente.

Para se atingir esse objetivo, o desenvolvimento do trabalho será dividido em três planos:

- i) Plano Discursivo, no qual se apresentará uma coletânea de pronunciamentos em Plenário e declarações dos senadores entre 12 e 20 de junho, quando se verificou o pico dos protestos no país como um todo, inclusive no gramado em frente ao Congresso. Esse material será entremeadado com referências teóricas, análises e outras informações relevantes para um entendimento mais aprofundado do contexto no qual os pontos de vista foram emitidos;
- ii) Plano Deliberativo, no qual se descreverá e analisará em linhas gerais o teor da Pauta Prioritária, instrumento por meio do qual o Senado procurou dar resposta às reivindicações populares, e as votações de seus itens;
- iii) Plano Institucional, no qual será feita uma análise de ocorrências posteriores às manifestações, na tentativa de distinguir, do que já vinha se desenvolvendo na Casa, as mudanças provocadas pelas manifestações nos sistemas de interação do Senado com a sociedade, principalmente no que tange à prestação de contas, à transparência administrativa e ao recebimento de opiniões sobre matérias legislativas.

A pesquisa baseou-se nas seguintes hipóteses:

- i) As manifestações tiveram um impacto direto forte na postura do Senado frente à opinião pública, impacto que foi cedendo ao longo dos meses seguintes aos protestos, voltando a Casa ao padrão anterior em termos votações e mobilizações.
- ii) A evolução dos mecanismos institucionais de contato do Senado com a sociedade foi mais significativa nos meses que se seguiram às manifestações do que as mudanças no comportamento dos parlamentares do ponto de vista da votação de projetos.

Não nos fixamos em nenhum modelo teórico específico. O trabalho aproveita, isto sim, diversas abordagens, que vão entrelaçadas a descrições de fatos ou em notas de fim de capítulos. Entretanto, por tratarmos com ênfase da qualidade e da legitimidade da representação, não poderíamos deixar de fazer uma ligeira revisão teórica desse tema, tomando como base o estudo *Representação política: um diálogo entre a prática e a teoria* (2011), de Daniela Resende Archanjo. Ela discute o ato político de representar partindo da caracterização de três formas apontadas pela bibliografia: por delegação, por confiança e por representatividade sociológica”.

Para empreender seu exercício teórico, Archanjo trabalha sobre a base documental acumulada pelos debates em torno do divórcio registrados no Congresso nas décadas de 1950, 1960 e 1970. O propósito de sua “breve discussão” é analisar de que maneira senadores e deputados utilizaram as possibilidades de representação política para, por meio do discurso, exercer pressão sobre seus pares.

Apoiando-se em Cota (1992), a autora recorda os três modelos de representação. Na delegação, “o representante recebe um mandato imperativo, que o vincula a exercer ou manifestar de modo exato a vontade do representado” (p.2). A representação por confiança, “pressupõe autonomia do mandatário” por meio de um mandato fiduciário. Na representatividade sociológica ou por espelho, de acordo com a analogia apresentada pela autora, há uma como que semelhança ou proporcionalidade entre a parte (o representante) e o todo (os representados).

No contexto dos debates em torno do divórcio, a ideia da representação como um ato de fidelidade às expectativas dos eleitores, independentemente de suas convicções pessoais, foi expressa por muitos dos parlamentares: o deputado Cid Furtado lançaria mão desse sentido ao afirmar, conforme Archanjo: “o poder de representar é algo que transcende a vontade pessoal do mandatário. Ao revés, não seríamos dignos da procuração passada no cartório cívico das urnas” (FURTADO, 1975, p.1102)

Archanjo observa que a tentativa de configurar os discursos como sendo baseados no modelo de representação como delegação “exige sempre alguns retoques e adaptações”. Segundo ela, “apesar de muitas vezes os políticos colocarem-se como fiéis representantes de determinados grupos [...] não há como abstermo-los de observar que eles mantinham sua autonomia, ou, pelo menos, tinham assegurados os meios para exercê-la”.

Já o modelo de representação por confiança baseia-se num mandato expedido em favor de alguém à quem se confia a tarefa de representá-lo no âmbito do parlamento, mas sem instruções específicas, de modo que o parlamentar preserva sua autonomia. Na relação de confiança, “[...] supõe-se que a única orientação para a sua [do parlamentar] ação seja o interesse dos representados como foi por ele percebido” (COTTA, Idem). Edmund Burke, também citado por Archanjo, fala em seu Discurso aos Eleitores de Bristol, de 1774, em “trabalho de razão e juízo” e desapego de “preconceitos locais” por parte do representante. E Manin, Przeworski e Stokes (2006) colocam em perspectiva a distinção entre representação e implementação do mandato, durante a qual o representante pode até deixar de cumprir a plataforma em razão da qual teria sido eleito para tomar decisões que possam ser do interesse dos eleitores.

Por fim, a representação por confiança teria de estar respaldada na possibilidade de o eleitor exercer o seu poder de *accountability*, que implica a prestação de contas e a factibilidade de julgamento do representante por parte do representado. Ocorre que, segundo Miguel (2005, p. 27), “as esperanças depositadas na *accountability* [vertical] [...] não encontram mais do que uma pálida efetivação na prática política. A capacidade de supervisão dos constituintes sobre os seus representantes é reduzida, devido a fatores que incluem a complexidade das questões públicas, o fraco incentivo à qualificação política e o controle sobre a agenda”. Essa e outras questões correlatas sobre a *accountability* vertical são bastante exploradas por Manin, Przeworski e Stokes (idem).

Na representação por espelho, um modelo essencialmente propositivo, o parlamento aparece como uma reprodução perfeita da sociedade, embora em dimensões reduzidas (MIGUEL, idem, p.35). Conforme Cotta (1992, Apud MIGUEL, Ibidem), esse microcosmo guarda fidelidade perfeita ao “corpo político”. Assim, busca-se “o efeito do conjunto” e não “o papel de cada representante”. Young (2006, Apud MIGUEL, ibidem), entretanto, problematiza o modelo, ao ressaltar os entraves à correspondência de identidade, dado que os indivíduos nem sempre irão identificar-se quanto aos mesmos aspectos, o que tende a ocasionar “ruídos na representação”, nas palavras de Archanjo.

Seja lá como for, o parlamento pode ser comparado a uma caixa acústica que inevitavelmente amplifica “a polifônica 'voz do povo” e, por isso, configura-se como espaço legítimo de expressão, tanto mais que ali estão reunidos senadores e deputados eleitos pelo voto. Por esse canal, veicula-se o heterogêneo e o homogêneo, o singular e o plural, o uníssono e o polifônico [alguém poderia acrescentar, o cacofônico].² No dia a dia, o parlamentar faz a mediação entre essas oposições e forja seus discursos [consubstanciados ou não em deliberações] em determinados contextos, nos quais atribui significados à sua função de representante.

Notas

1. As jornadas populares de junho já são consideradas um marco na recente história política do país. Afinal, foram as primeiras manifestações de massa desde a queda do presidente Fernando Collor de Mello em 1992 — um interregno de 21 anos. Outro marco, talvez mais importante do que os protestos dos caras-pintadas, são os comícios e marchas das Diretas Já, entre 1983 e 1984, cujo objetivo era o restabelecimento do voto direto nas eleições presidenciais. Vê-se, portanto, o quanto são espaçados os episódios em que os brasileiros ganham as ruas, em grandes contingentes, dispostos a expressar sua revolta frente aos governantes, conforme é fartamente documentado e analisado em Carvalho (2002).

2. A questão de se saber se o que ouvimos em junho foi polifonia ou cacofonia (ruído com pouca qualidade em termos de opinião política) foi objeto de discussões no 14º Congresso da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), em agosto de 2014. Poderíamos dizer que as dificuldades na identificação das diversas vontades expressas pelas vozes das ruas comparam-se àquelas recorrentes na percepção da música polifônica. Diz Copland (1939[1974], p.81): “A textura polifônica implica na questão de saber-se quantas vozes independentes o ouvido humano pode captar simultaneamente. As opiniões divergem quando a isso. Os próprios compositores atacaram ocasionalmente a polifonia, classificando-a de ideia artificial imposta durante algum tempo aos ouvintes. Não obstante, acho que se pode afirmar que, com um pouco de treino, a música a duas ou três vozes pode ser ouvida sem muito esforço mental (...)”.

2. Plano Discursivo – Os protestos nos pronunciamentos dos senadores

“Words ought to be a little wild, for they are the assaults of thoughts upon the unthinking”.

John Maynard Keynes

Do ponto de vista do impacto no plano discursivo, as jornadas de junho de 2013 geraram um volumoso material na forma de pronunciamentos e declarações da parte de senadores. Faremos aqui um apanhado descritivo-analítico de discursos proferidos em Plenário e publicados na página do Senado na internet entre 12 e 20 de junho, o período de maior concentração nas ruas de todo o país e em frente ao Congresso, sem a intenção de citar todos os que se pronunciaram.

A reação aos protestos, no Senado, começaram tímidas, a partir dos primeiros confrontos entre os manifestantes e a polícia militar em São Paulo, mas cresceram na medida em que os atos proliferaram e se tornaram caudalosos. Os discursos e declarações dos senadores seguiram alguns padrões que tentaremos reproduzir, no intuito de cotejá-los com o que também foi padrão em termos de cobranças por parte dos cidadãos. Assim, poderemos avaliar teoricamente aquilo que entendemos como o ponto central daquelas jornadas: o questionamento à qualidade da representação política no Brasil, que teve em Junho o momento mais crítico da história recente.

Antes que a Casa passasse a deliberar sobre projetos que pudessem, de alguma forma, atender ao clamor popular, a Pauta Prioritária, formou-se uma espécie de consciência crítica, firmada no exame das ações dos poderes públicos, com ênfase no Parlamento, nos partidos políticos e no Governo Federal, mas que incluía, em alguma medida, o Judiciário.

A conclusão a que os parlamentares chegaram, a julgar pelo conteúdo dos discursos, é que a classe política havia cometido graves falhas ao não pautar a sua atuação pelo atendimento das urgentes e enormes carências sociais, especialmente aquelas das populações urbanas, como transporte coletivo, saúde, educação e segurança, e sucumbir ao uso indevido dos recursos públicos.

Isso configurava, no entender dos que se pronunciaram, uma quebra, ou pelo menos séria avaria, naquele que é um fundamento da democracia representativa: a fidelidade dos representantes aos anseios, expectativas e missões mais ou menos específicas a eles confiadas pelos representados. Sobre este ponto, ver Luz (2009, p.8).

Mas os parlamentares, em sua maioria, também reagiram ao que seria uma falha por parte de uma parcela dos representados: o recurso à violência como forma de protesto, violência essa responsável pelo rompimento de princípio democrático previsto na constituição por meio da garantia à reunião pacífica em locais abertos ao público.

Entre os elementos recorrentes dos pronunciamentos e declarações, podemos mencionar os constantes do quadro abaixo:

Quadro 1 – Título do Quadro

Quadro 1
<ul style="list-style-type: none"> • O apoio aos protestos e a afirmação da sua legitimidade; • A constatação de que havia uma pauta ampla além da diminuição das tarifas dos transportes públicos; • O reconhecimento de que os governantes haviam falhado na oferta e melhoria de serviços públicos, como mobilidade urbana, aí incluídos os transportes coletivos; saúde; educação; e segurança pública; • A ponderação de que as demandas por melhorias nos serviços públicos resultavam do fato de que mais gente tinha se elevado à classe média, por força da distribuição de renda, e agora queria ampliar sua cidadania; • O reconhecimento de que os governantes (aí compreendidos os chefes de executivos e os parlamentares em nível federal, estadual e municipal) haviam sucumbido ao mal uso do dinheiro público e à ineficiência; • O reconhecimento de que a corrupção tinha se tornado um fator de sangria dos cofres públicos e frustração da vontade popular quanto aos deveres dos governantes; • A constatação de que os gastos com a realização da Copa do Mundo da Fifa de 2014 haviam sido exagerados; escondiam irregularidades e não haviam legado benefícios em matéria de infraestrutura; • A súbita conscientização a respeito de uma ‘crise de representação’ e o chamamento à autocrítica por parte dos políticos e partidos; • A recomendação de que se deveria ‘ouvir a voz das ruas’; • A condenação do vandalismo e a cobrança do respeito à lei; • A percepção de que os ‘vândalos’ ou ‘baderneiros’ eram minoria e não deveriam contaminar a avaliação do significado dos protestos; • O juízo de que os manifestantes se organizavam de maneira <i>horizontal</i>, eram avessos a lideranças concentradas e/ou carismáticas (cada indivíduo consubstanciando-se num agente tão importante quanto os demais), e a uma articulação com o Estado e os políticos convencionais; • A convicção de que nenhum político ou partido poderia tirar proveito dos protestos ou deles se assenhorar; • A constatação de que a internet e suas redes sociais era um fator novo na política e de grande poder mobilizador; • A Convicção de que, a despeito das falhas, o Parlamento ainda era o espaço por onde as reivindicações populares deveriam ser canalizadas, o âmbito, por definição e excelência, da representação.

Seguindo os pronunciamentos na ordem cronológica, poderíamos descrever uma espécie de linha evolutiva no plano discursivo do impacto que as manifestações tiveram nas atividades do Senado, embora o processo tenha sido dinâmico e veloz, e alguns elementos de conteúdo e retórica possam ser localizados em discursos ao longo de todas as sessões compreendidas durante aqueles oito dias.

A princípio, como dizíamos, a Casa como um todo não reagiu à mobilização em São Paulo. Talvez porque, a despeito dos tumultos, tratava-se de um movimento incipiente e cujos desdobramentos mal se conseguiam antever. Depois, os discursos se avolumaram; observou-se um reconhecimento da legitimidade das manifestações e do fato de que se tratava de mais do que uma reivindicação, localizada, por diminuição no preço das passagens do transporte coletivo urbano. Havia demandas por serviços públicos de melhor qualidade. Ao mesmo tempo, podemos detectar uma preocupação com os confrontos entre manifestantes e a polícia, por meio da condenação dos atos de violência, tanto de um lado quanto de outro.

O conteúdo e o tom dos discursos sofre em seguida nova inflexão, passando a incorporar uma vigorosa autocrítica sobre falhas na representação que estariam na origem dos protestos, avaliação extensiva às autoridades governamentais de uma maneira geral. Nesse momento, uma parcela dos senadores passa a responsabilizar enfaticamente o governo por erros na condução das políticas públicas e na gestão das obras da Copa, ao passo que uma parcela procura ressaltar os números de inclusão social da gestão petista e a atribuir à ascensão da chamada classe C a demanda por mais e melhores serviços públicos.

A linha evolutiva sofre enfim sua derradeira inflexão, naquele período inicial, com o reconhecimento por parte do comando da Casa de que o Senado deveria agir em conformidade com a pressão popular e o anúncio de que seriam tomadas iniciativas com vistas a votações de matérias. Dessa inflexão faz parte também uma forte crítica aos chamados atos de vandalismo que começavam a ganhar corpo e aos quais, mais tarde, seria atribuído o paulatino esvaziamento dos protestos no país todo. A partir de um certo momento, os confrontos de grandes proporções mantiveram-se quase que somente em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde se observou ferrenha oposição aos governos estadual e municipal.

Para uma compreensão mais clara do Plano Discursivo, procuraremos nos concentrar em alguns temas a cada etapa do texto, apenas indicando o momento em que transitarmos dos debates em torno da legitimidade e da violência para o direito à cidade e daí em diante para a crise de representação; a pauta difusa; e a horizontalidade.

Como as questões que primeiramente surgiram nos discursos foram a legitimidade dos protestos e o uso da violência, começamos nossa análise igualmente por aí, aproveitando as declarações dos senadores e tentando manter algum contato com a cronologia dos fatos, de modo que o nosso exercício teórico não se afaste muito da realidade objetiva e não se perca a chama que aqueceu aqueles dias. Mas para que não nos tornemos reféns do drama, lançaremos mão do nosso instrumental teórico, sabedores das dificuldades do estudioso para,

na concepção de Hipócrates, aproveitar a oportunidade, realizar a experiência, apurar a arte e chegar a uma convicção – tudo isso sob o jugo indiferente do tempo.

É sintomático que os dois parlamentares a tratarem do assunto logo de início fossem representantes do Estado de São Paulo – e situados em lados político-ideológicos distintos (não exatamente opostos) da questão. O petista Eduardo Suplicy mostrou-se preocupado com os aspectos políticos ligados à administração da capital, a cargo do prefeito Fernando Haddad (PT); com a manutenção da ordem e com segurança e o bem-estar dos manifestantes, o que condiz com seus valores e sua trajetória. O peessedebista Aloysio Nunes Ferreira revelou desassossego com os aspectos políticos ligados à administração estadual, a cargo do governador Geraldo Alckmin; com a manutenção da ordem e com o equilíbrio fiscal, uma vez que os manifestantes tinham como objetivo de curto prazo a reversão do aumento de R\$ 0,20 e, de longo prazo, o “passe livre”. Houve aí também coerência política.

No dia 12 de junho, Eduardo Suplicy subiria à tribuna para tratar do assunto pela primeira vez na Casa e conclamou os jovens ao pacifismo, apontando os exemplos de Mahatma Gandhi e Martin Luther King Jr. As primeiras páginas de jornais exibidas por ele falavam de “vandalismo”. Na opinião do senador, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT) estava aberto ao diálogo e não havia justificativa para a depredação de ônibus e de propriedades particulares e para a interrupção do trânsito só “porque um ou outro policial jogou uma bala de borracha ou uma bomba de gás lacrimogêneo”. De acordo com Suplicy, atitudes como aquelas só iriam “prejudicar o objetivo de (...) um melhor transporte público”. Os defensores da Haddad, principalmente na Câmara de Vereadores de São Paulo, lembravam que o prefeito adiara o aumento de janeiro para junho e o fizera em percentual abaixo da inflação desde o reajuste anterior.

No lado oposto, Aloysio Nunes Ferreira condenou o que chamou de “atos de violência, de vandalismo¹, de depredação”. O parlamentar chamou os manifestantes de “baderneiros” e acusou-os de se associarem “para cometer crimes”. Disse que era “muito pessimista” quanto à possibilidade de eles se inspirarem em Luther King ou Gandhi. Argumentou: “o objetivo deles é realmente a violência” e não a reversão do aumento das passagens. Até porque, “a grande maioria deles não [era de pessoas que usavam] transporte público”. No entender do senador por São Paulo, a depredação não seria reação ao que a polícia² fez. Seria proposital, com objetivos revolucionários. “Eles têm devaneios totalitários”, afirmou Aloysio para, em conclusão, aconselhar que o movimento fosse “combatido”.

Aqui temos um emaranhado factual, conceitual e ideológico para deslindar, se não quisermos ficar presos na guerra das versões.

Do ponto de vista dos fatos, o mais fácil seria simplesmente afirmar que a polícia começou a violência, ao reprimir os manifestantes, que estavam simplesmente ocupando os espaços públicos para expressar sua revolta e seus pontos de vista. Se a eles tivesse sido dada a liberdade para protestar onde e como quisessem, as marchas terminariam por si próprias, sem feridos e presos. Essa, aliás é a versão vitoriosa do início das manifestações, assim como foi vitoriosa, posteriormente a versão de que os manifestantes, ou o que restou deles, se perderam nos quebra-quebras quando a polícia estava resguardando a segurança.

O problema com essa linha de raciocínio é que ela escolhe, de cara, um lado e evita a complexidade da trama social e política. Serve para todo o tipo de ator, mas não serve para o cientista.

Para apontar quem começou a violência nas passeatas, precisaríamos definir com precisão o que pode ser considerado violência. Na lógica (manifesta) da polícia, quando você ocupa uma rua sem autorização e impede o trânsito, você feriu os direitos de outros cidadãos. Logo, quem, em nome do Estado, detém o monopólio do uso da força, pode agir para desimpedir a via ocupada. Se encontrar resistência, pode agir com um grau de energia nunca possível de mensuração exata, já que no embate terão aflorado instintos e emoções, o que é verdade também para o manifestante que se sentiu agredido pela ação da polícia. Daí que determinar a gênese da violência num confronto político é um exercício de investigação do qual não se podem excluir reações psicossociais e imponderabilidades num teatro com vários focos de ação. Pode-se, com alguma chance de sucesso, avaliar as responsabilidades políticas e criminais dos atores que ao longo dos episódios vão fazendo suas escolhas, desde que se consiga apurar o que ocorreu em cada caso.

As diferenças ideológicas complicam ainda mais uma conclusão. Em geral, governantes e proprietários vão reclamar da agressão à lei e ao patrimônio. A polícia vai reivindicar o poder sobre os limites da ordem, a exemplo do que foi dito há pouco. Isto é, os limites para o quê, quando e onde se pode fazer. Os manifestantes, por sua vez, não estão nessa condição à toa. A lei, os termos da propriedade e as restrições quanto à ordem lhes são desfavoráveis. O seu ímpeto é o de romper todos esses limites. Assim, não há porque esperar que um tal encontro em praça pública termine em troca de ramalhetes. No embate, chocam-se os corpos e os conceitos. Mesmo resultando cruentas, as diferenças entre o que é violência e defesa de direitos legítimos ou violência e ordem pública terminam por se apresentarem sutis demais, levando-se em consideração a lógica de cada ator. Adiante voltaremos a esse ponto.

Os desdobramentos das manifestações mostraram que o conflito e o confronto eram inevitáveis, observadas todas as condições políticas e sociais que os geraram, mas o grau de violência a receber condenação foi sempre aquele que pareceu despropositado e intempestivo à opinião pública. No início dos protestos, o derivado das ações da Polícia; do meio para o fim, o debitado à conta dos manifestantes, especialmente aqueles apontados como pertencentes a Black Blocs, ainda que criminosos, policiais disfarçados e indivíduos sem vínculos ideológicos tenham participado de depredações.

Sobre a estratégia dos Black Blocs de destruição da propriedade privada como forma de protesto, é útil análise que fazem Judensnaider et al (2013) em *Vinte Centavos – a luta contra o aumento* (2013), que tem entre seus autores um integrante do Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP). A obra está repleta de relatos destinados a demonstrar que a violência foi sempre iniciativa da polícia:

É principalmente a imagem do Black Bloc americano que prevalece no imaginário do Black Bloc brasileiro (a começar pelo nome em inglês). No entanto, na manifestação do dia 7 [de junho], o Black Bloc assume uma postura mais “clássica”, articulando suas ações com a estratégia geral do MPL e se esforçando para proteger os manifestantes, ao invés de expô-los a mais violência” (p.39).

Ainda no dia 12, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), lembrou que protestos de igual teor já haviam se registrado em outras capitais brasileiras e que, em todas as ocasiões, a “grande mídia” rotulava os manifestantes de “vândalos”.³ O parlamentar apontou uma contradição da mesma mídia, quando tratava os manifestantes da Turquia de “ativistas pelas liberdades democráticas”.

O debate em torno do caráter violento ou não das manifestações, mesmo que de apenas parte dos manifestantes, é crucial na busca de compreensão sobre o fenômeno daquelas jornadas e da crise de representação, fenômeno apontado por vários estudiosos como global. Gohn (2014) vê uma identidade entre os grupos que emergiram de forma mais decisiva em junho e os ‘indignados’ que vinham atuando “em várias partes do mundo”, com diversas denominações, inclusive ‘indignados’ (Espanha e Chile): “Os novíssimos movimentos sociais [...] das praças, ruas e avenidas, em várias partes do mundo, contam com a presença de grupos anarquistas e reagem com violência à violência policial em dadas circunstâncias” (p.44).

Cumprido reafirmar, pois que, na essência, aquelas manifestações em momento algum podem ser vistas pelo rótulo que a elas foi aplicado pela imprensa convencional e os políticos: pacíficas no início e perturbadas mais tarde por vândalos. Trata-se de um clichê que facilitou a esses atores absorverem um fenômeno que lhes era em geral estranho e hostil. A saída foi

pegar a porção digerível dos eventos e isolar a outra, como se não fossem indissociáveis, como se não houvesse zonas cinzentas. É preferível ao observador atento colher antipatias dos dois lados do conflito e colocar a nu as contradições que se escondiam por trás dos discursos, ou das “narrativas”, como preferiam dizer os manifestantes, a chegar a uma convicção só por receio de parecer inseguro ou incapaz de julgamento.

Com efeito, a parte inicial dos eventos era quase sempre tranquila, mas só porque a ação ainda não havia se desenvolvido em todas as etapas previstas no roteiro, com algumas variações, traçado nas mentes e corações de ativistas e policiais. O nível de agressividade era alto, dadas as características dos manifestantes, a cultura das forças de segurança e uma severa dissintonia entre Estado e sociedade. Evidentemente, as reações instantâneas da polícia, de quem se exige sempre um comportamento mais racional, e o modo como se planejou e executou o policiamento durante os protestos, foram determinantes para o grau de violência a que se chegou.

Não poderíamos deixar de chamar a atenção para o fato de que a Polícia Militar era parte do problema, como mais à frente também explicaremos. Não tinha, portanto, além da abordagem técnica adequada, a autoridade moral, na visão dos manifestantes, para assegurar a proteção dos cidadãos, das autoridades, e dos bens públicos e privados. Numa perspectiva mais abrangente, poder-se-ia até entender o envolvimento no problema e a inadequação da abordagem como faces da mesma moeda. O fato é que os protestos poderiam ter sido agressivos sem que os confrontos tivessem sido violentos, mas convenhamos que as chances eram pequenas, já que a agressividade era a outra face de uma ‘violência estrutural’, conceito que emprestamos de Miguel (2014).

Sobre os protestos restringirem, na visão dos críticos, o “direito de ir e vir”, Randolfe ponderou, ainda no dia 12, no sentido de que, mesmo com precauções, não há como uma manifestação surtir efeito se “não se assegurar que [...] chame a atenção da opinião pública”. E pediu atenção a outro “direito de ir e vir”: o das pessoas que não têm como pagar a passagem. Trata-se, como fica claro, de mover a discussão para um ambiente conceitual bem mais amplo e fluido, no qual a letra da lei pode ganhar interpretações não usuais, destinadas a mudar relações de poder.⁴

O senador questionou também os empresários dos transportes coletivos por pressionarem pelo aumento das passagens, apesar de terem se beneficiado de uma Medida Provisória (MP) que isentara das alíquotas de PIS e Cofins as tarifas de transporte coletivo, justamente para evitar reajustes. Ele classificou as empresas de ônibus de “máfia” a ser extinta.

A propósito desses questionamentos de Randolfe, pode ser ilustrativo recordarmos a declaração do filósofo e professor da Universidade de São Paulo (USP) Vladimir Safatle em um fórum realizado no Senado cerca de um ano antes das manifestações: “É preciso observar que a maior parte das maneiras legais de agir foram estabelecidas para que nada mude”. Em outras palavras, proferidas pelo mesmo Safatle:

[...] a democracia reconhece a existência de uma soberania popular que pode, muitas vezes, ser a voz de exigências de justiça que ainda não encontram lugar no interior do ordenamento jurídico atual. Neste sentido, a democracia reconhece a possibilidade de dissociações entre direito e justiça, assim como reconhece a legitimidade de violações políticas do direito ou, ainda, a legitimidade do direito à resistência contra situações nas quais a realização de exigência substanciais de liberdade encontra-se bloqueada.

Safatle lembra que a greve, por exemplo, já foi considerada um expediente ilegal, mas de grande valia para impulsionar melhoria das condições dos trabalhadores. Hoje está incorporada, com restrições, ao ordenamento jurídico.

Como se pode notar, embora num primeiro momento apenas Suplicy, Aloysio e Randolfe tenham opinado, o primeiro impacto pode ser considerado forte, dado o grau de preocupação com os episódios abordados pelos três parlamentares, mesmo que eles tenham emitido avaliações diferentes sobre as atitudes esperadas das autoridades. Suplicy propôs ‘diálogo’; Aloysio, ‘combate’; e Randolfe, o atendimento das reivindicações e garantias aos manifestantes.

A despeito de eventuais excessos por parte de quem saía às ruas, foi se firmando a partir de então uma linha de defesa da legitimidade das passeatas que não admitia excessos por parte da polícia. No dia 18, por exemplo, o senador Paulo Paim (PT-RS) informou sobre a determinação de Renan “para que não houvesse, em hipótese alguma, violência em relação aos manifestantes.”

No mesmo dia, o senador Magno Malta (PR-ES) associaria os protestos a um assunto de sua própria pauta, o problema das drogas, cuja controvérsia estaria na raiz da discussão sobre as questões da segurança pública. É preciso observar que a segurança pública estava na pauta das ruas, mas com outro viés. Os manifestantes em geral reclamavam da ausência de uma política de segurança pública que mudasse o foco da atuação das polícias, principalmente da Polícia Militar, vista como uma força voltada a proteger os governantes e a criminalizar e brutalizar a população pobre. Tornou-se emblemático o sumiço do pedreiro Amarildo Dias de Souza, em 14 de julho daquele ano, no Rio de Janeiro. Até onde as investigações indicam, os principais suspeitos do desaparecimento do operário são integrantes da própria polícia.

Sendo assim, o pedido mais constante nas manifestações era a desmilitarização da PM e a sua conversão numa polícia com foco na segurança pública pelo ângulo dos direitos humanos. Quanto às drogas, especificamente, a posição dos manifestantes nos grandes centros urbanos era majoritariamente antiproibicionista, ou seja, pela liberação, atendendo a um princípio de liberdade individual e a uma convicção de que o sistema repressivo é ineficiente, injusto, prejudicial e caro.

Em discurso no dia 14, Aloysio tocou em outro ponto que perpassaria toda a polêmica sobre o direito à manifestação dos meses seguintes: o uso de máscaras, no entender dele gesto derivado de um propósito violento inaceitável numa sociedade democrática. A ação repressiva era, pois, uma forma de defender o “Estado democrático de direito”. Ele recordou ter participado de lutas “com todas as (...) forças, de todas as formas possíveis e imagináveis” contra a ditadura militar instaurada em 1964. Num ambiente democrático, entendia: “as manifestações têm que ocorrer com respeito à lei, com respeito ao direito dos outros”.⁵

O pronunciamento de Aloysio foi elogiado pelo senador Ruben Figueiró (PSDB-MS), que disse ver nas atitudes dos manifestantes um desejo de quebrar “a ordem e [...] a paz”. A intervenção de Figueiró incluiu também uma perspectiva que é objeto de análise neste estudo, qual seja, a da controversa legitimidade na interpretação da vontade popular (ARCHANJO, 2009, p.79 a 81): “V. Ex^a pode ter absoluta convicção de que todos aqueles que assistiram aos programas de televisão ontem aplaudem o discurso de V. Ex^a, que é em defesa da ordem, da segurança pública e do direito dos cidadãos de ir e vir”, disse o parlamentar.⁶

Na mesma sessão, o senador Wellington Dias (PT-PI) iria tratar da dicotomia, àquela altura não mais restrita às autoridades da cidade de São Paulo, entre manifestações “pacíficas” e “distúrbios”. No dia 18, a senadora Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) criticaria “uma pequena minoria” que ultrapassava “os limites da democracia, do respeito, da convivência”. E no dia 19, Valdir Raupp (PMDB-RO) diria só admitir protestos não violentos.

Há no discurso de Wellington Dias a introdução de uma nuance interpretativa em relação à fala inicial de Suplicy: uma ênfase maior no reconhecimento da legitimidade, mas uma advertência de que as manifestações poderiam perder essa mesma legitimidade se descambassem para a violência.

Antes mesmo de um protesto em Brasília⁷ na manhã do dia 14, Aloysio Nunes retomaria as críticas aos manifestantes. Acusou-os de estarem apoiados por partidos como o PCO e PSTU – agremiações, na opinião dele, sem compromisso com a democracia – além de responsabilizá-los por agressões a policiais.

[...] em 2013, partidos políticos como o PSOL e o PSTU [...] o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e o Sindicato dos Metroviários entraram como aliados nas manifestações, mas sem poder sobre questões cruciais como as datas dos atos, os trajetos das passeatas e a orientação da interlocução com o poder público [...] (JUDENSNAIDER ET AL, 2013).

Nessa seara do debate sobre legitimidade e uso da violência, os discursos pronunciados entre o dia 12 e o dia 20 de junho de 2013 revelaram muitas outras faces e leituras. Uma delas é a da criminalização dos movimentos sociais.

No dia 17, o senador Jorge Viana (PT-AC) criticaria explicitamente as ações policiais, especialmente o uso da bala de borracha “menos letal do que a outra bala convencional”, mas capaz de matar. Ele cobrou “um posicionamento mais claro do Ministro da Justiça” sobre os métodos das forças de segurança, que estavam tratando os cidadãos “como bandidos”. Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-SP) também condenaria a criminalização dos “movimentos sociais”⁸ e cobraria da classe governante que dialogasse com os manifestantes e apontasse caminhos. “Não [dá para ficar] só nessa de ‘eu prendo, eu bato, eu arrebento’”, alfinetou.⁹ Rubem Figueiró comentou a fala de Viana: “seu discurso não só ecoou na consciência de todos os brasileiros, como também representou o nosso pensamento. Nós estamos revoltados”.

As recordações de lutas passadas, como as de Viana em prol das eleições diretas, temperou esses e outros discursos no Plenário,¹⁰ tornando o caldo reflexivo palatável a um maior número de apetites. Promovia-se, assim, um tipo de *encontro de gerações* que aproximava, pelo menos do ponto de vista simbólico, o *status quo* das forças que contestavam esse mesmo *status quo*. Ora, se estamos a falar aqui de impacto, poderíamos ter essas assimilações dos valores *das ruas* como uma prova de que a sociedade, ainda que temporariamente, mudou o estado do Estado e os representantes se fizeram mais porosos aos conteúdos presentes, não meramente eleitorais, dos representados. Isso configura uma experiência que poderíamos chamar de ‘atualização’, na qual os representados agem sobre os representantes de maneira dinâmica criando intervalos menores de contato entre cada período eleitoral.¹¹

Outra questão que surgiu naqueles dias e geraria polêmicas dentro e fora do Parlamento era a da oportunidade dos protestos e dos locais escolhidos pelos manifestantes. No dia 17, o senador Ivo Cassol (PP-RO) criticou os responsáveis por uma manifestação no dia 15, um sábado, do lado de fora do estádio nacional em Brasília: “Eu não sou contra as manifestações, [...] mas [...] aquele não era o momento, [...], lá eram famílias com as crianças indo para o estádio, quando a polícia teve que soltar bombas de gás lacrimogêneo [...]”.

No visão de Cassol e outros, o jogo era “um evento para o mundo”, parte das atrações turísticas que o Brasil tinha de “vender”. Os atos eram legítimos, pois refletiam a insatisfação da sociedade, mas não deviam *atrapalhar* os eventos esportivos. A vitrine do que estava em pauta, entretanto, era a recusa de parcela da sociedade aos gastos ou investimentos na Copa do Mundo da Fifa, em detrimento de outros considerados mais justos socialmente, o que fazia dos estádios o *locus* por excelência dos protestos.

No dia 19, o debate sobre a legitimidade haveria de unir, numa linha cívico-heroica, o senador Ciro Miranda (PSDB-GO), responsável por saudar o despertar do “gigante”; o senador Eduardo Amorim (PSC-SE), que gravaria sobre Junho a marca do “redescobrimento” e Paim, que moldaria um brasileiro “que sabe protestar pacificamente e sabe prestigiar um espetáculo [de futebol]”.

No mesmo dia, o assunto seria visto também sob o prisma dos direitos Humanos pela presidente da comissão temática de mesmo nome, a senadora Ana Rita (PT-ES), que leu nota daquele colegiado repudiando a repressão motivada por “atos isolados de provocadores”.

As reflexões tenderiam a se aprofundar, não só em prejuízo dos manifestantes, mas da própria classe política. No dia 20, último dia da nossa compilação, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), reagiu às depredações no Itamaraty e na Catedral de Brasília: “[...] quando vejo um comportamento desses, [...] eu me pergunto: onde nós erramos? Não são só eles que estão errados, esse grupinho pequeno [...]. Nós erramos ao criar essa raiva que está aí”.

Embora o senador pelo DF considerasse que era o papel da polícia retirar os manifestantes do prédio do Ministério das Relações Exteriores, pediu uma reflexão:

Eu tenho escutado muito a ideia do vandalismo. Como eu disse aqui mais cedo, queimar um ônibus é um vandalismo de pessoas. Mas o sistema público de transporte no Brasil é um vandalismo ainda maior contra milhões de pessoas, milhões de pessoas que são vandalizadas no tempo roubado numa parada de ônibus desconfortável, no tempo perdido dentro de um ônibus apertado. Isso é vandalismo.

Àquela altura, Simon dizia não entender o porquê de jovens em defesa do Brasil ateam fogo ao Itamaraty. E revelou temer que uma morte levasse o país a uma radicalização: “Eu duvido! Eu duvido que alguém de bom senso e com um mínimo de equilíbrio tenha tentado colocar fogo no Itamaraty, tenha quebrado os vidros do Itamaraty. Quem fez isso, fez de má-fé.”¹²

Não é possível neste trabalho aquilatar até que ponto houve tolerância ou concordância com as agressões às forças de segurança na forma de pedradas e do lançamento de bombinhas e rojões. Evidentemente, uma parcela significativa dos manifestantes rejeitava a violência

como tática, e até como reação, mas outra se sentia confortável em saber que alguém cuidava disso.

Sobre esse aspecto, Secco (2013, p.74) apresenta um ponto de vista bastante crítico em relação ao desfecho daquelas mobilizações:

Na manifestação do dia 20 de junho, a direita mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviam para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes ‘cidadãos de bem’ de verde-amarelo (sic) aplaudiam. (...) A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes. O movimento que começara apartidário se tornava *antipartidário*.

A questão da legitimidade dos protestos está relacionada a outra divergência ideológica entre os manifestantes e o *status quo*. Nem da parte dos governantes, nem das classes favorecidas parece haver uma compreensão nítida sobre a dimensão do problema enfrentado pelos cidadãos de menor renda com relação ao preço e à qualidade do transporte. Mas mais do que isso, o quanto a falta de dinheiro para a passagem e a oferta deficiente de veículos e rotas impedem essa população de usufruir plenamente das cidades, indo a diferentes lugares em busca de serviços, comércio, cultura e lazer.

Os manifestantes de junho apresentaram ao país uma nova fornada de pautas, entre as quais a do enigmático “direito à cidade”. Como assim, não estão todos na cidade, livres para nela andar? Na verdade, para os ativistas e teóricos engajados no movimento, o Brasil vive uma espécie de *apartheid* urbano.

No dia 14, por exemplo, Aloysio criticaria duramente a pretensão do Movimento Passe Livre quanto ao transporte gratuito: “(...) não será gratuito nunca porque, se a passagem de ônibus for reduzida a zero, o preço será pago pelo contribuinte”.¹³ Independentemente da racionalidade de conceitos de natureza fiscal,¹⁴ e apenas como contribuição ao aprofundamento do debate, buscamos nos próprios responsáveis pelas primeiras passeatas em São Paulo as justificativas para a reivindicação do passe livre:

O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho (PASSE LIVRE, 2013, p.15).

No dia 17, Jorge Viana demonstraria sensibilidade em relação aos excluídos urbanos, ao defender a ênfase no transporte coletivo de qualidade, ao invés do foco no automóvel. Para o parlamentar, há décadas os governantes no Brasil faziam de conta que construíam metrô enquanto desoneravam os consumidores de tributos na compra de carros e motocicletas.

De fato, estudo do Instituto de Pesquisa econômica Aplicada (Ipea), aponta que “as políticas públicas de transporte e trânsito têm, ao longo da história, investido mais recursos no apoio ao deslocamento por automóveis, tornando precárias as condições de circulação a pé, em bicicleta ou em ônibus” (CARVALHO, 2011). Esse apoio se dá, por exemplo, por meio de incentivos tributários e creditícios à compra de carros e motos. O próprio Viana assinalou: “Há pessoas numa cidade igual a São Paulo [...] que têm que acordar três e meia da manhã e [...] chegar quase na madrugada de novo de volta para casa. Que vida é essa?”

Mesmo sendo um senador governista, Walter Pinheiro (PT-BA) questionou no dia 19 os parâmetros até então em voga para analisar o sucesso das gestões petistas, como emprego, aumento da renda e acesso ao consumo: “Satisfação não é só trabalhar, dizer ‘eu tenho um emprego’. Satisfação é poder ir para o emprego em condições justas, adequadas e inclusive eficientes. As condições são, inclusive, eu não me limitar só a sair de casa para ir ao meu trabalho. É ter direito ao lazer, à vida”.

O direito à cidade (...) não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso espaço urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito” (HARVEY, 2013, p.33).

Lara (2014, p. 5) explora o tema ao avaliar o desempenho da administração petista: “É muito difícil neste momento determinar com algum grau de certeza quais foram as decisões que levaram ao abandono dos processos participativos justamente quando Luiz Inácio Lula da Silva governava o país e alcançava um sucesso inquestionável em outros estratos de desigualdade.”

Além de novas teorias, o despertar para essa abordagem gerou proposições instantâneas, como a da isenção do custo do vale-transporte para o trabalhador, da parte de senador Fernando Collor (PTB-AL), e a de um “vale-transporte público”, da lavra do senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

Como exemplos do exercício da autocritica e do reconhecimento das falhas na representação temos vários discursos. No dia 14, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) falou em termos bastante ácidos sobre aquele que seria, a nosso ver, o elemento de fundo dos protestos: a descrença dos brasileiros nas instituições políticas.

Reconheço que a oposição tem sido frágil, impotente, incapaz de cumprir com eficiência sua função no cenário nacional. Mas é preciso ir além da oposição. O Congresso Nacional tem cumprido o seu dever? Não. O Congresso Nacional tem sido competente? Não. O Poder Executivo tem sido capaz? Não. Tem sido eficiente? Não. E o Poder Judiciário tem alcançado, por inteiro, as expectativas do povo brasileiro? Evidentemente, não. Portanto, a crise ataca todas as instituições do País, provocando

um desencanto que se generaliza alcançando todos os brasileiros ou quase todos os brasileiros [...].

Essa e outras declarações de teor semelhante acrescentariam ao plano opinativo do impacto o ingrediente fundamental para aferirmos a percepção sobre a qualidade da representação, ingrediente do sistema político questionado de maneira frontal pelas manifestações, conforme se deduz de uma das hipóteses deste trabalho.¹⁵

No mesmo dia 14, o senador Cristovam Buarque repudiou a decisão do então governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), de reservar todas as suas instalações cirúrgicas do Hospital de Base para o caso de alguma emergência durante o jogo Brasil X Japão pela Copa das Confederações, no dia 15: “Essa é mais uma crise, a crise do uso incorreto do dinheiro e dos serviços públicos para atenderem certos caprichos que, às vezes, são até de toda a população que não está doente, querendo o deslumbramento de um estádio, mas que ameaça as nossas instituições”.

No dia 17, Jorge Viana debitou os “erros graves” das políticas públicas para as cidades à conta de prefeitos, governadores e de “governos centrais”, o que é mais um extrato da onda de autocrítica que varreu o Senado, mas creditou aos dez anos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff na Presidência da República as melhorias na renda que teriam gerado demandas por melhores serviços públicos.

Já a vaia à presidente no jogo do dia 15 no Estádio Nacional foi explorada dois dias depois por José Agripino (DEM-RN), que se disse constrangido por considerar que o ato atingia “a classe política como um todo”. Naquele momento, Agripino via um governo “em cheque”, precisando “dar respostas” e a classe média pedindo “corte no gasto público”, ao invés da criação do 39º ministério.¹⁶ Para o senador, os insatisfeitos queriam ver o governo “combatendo o gasto público de má qualidade”, reduzindo a carga tributária para dar à economia mais condições de competitividade”

Em discurso no dia 20, o senador Pedro Taques (PDT-MT) tocava no tema da Copa do Mundo pra falar da nítida falência política do Estado brasileiro: “Será que uma entidade como a Fifa pode estabelecer regras em uma sociedade, em um Estado como o nosso? Regras que alteram o que nós já temos aqui determinado, como a possibilidade de venda de bebida alcoólica nos estádios, por exemplo?”.

No dia 17, Suplicy ofereceu um contraponto a essa visão negativa dos governantes, ao relatar os esforços de Haddad para dialogar com o Movimento Passe Livre e a atitude “bastante responsável” do movimento em relação a essa iniciativa. O senador procurava cumprir a função mediadora do Parlamento, mas o desenrolar das manifestações mostrou que

a classe política não detinha a capacidade de convencimento e os instrumentos para manter os protestos dentro dos limites combinados. A hora era de extravasamento. Mesmo com as intenções manifestas dos escassos líderes de que as passeatas seguiriam determinados trajetos, era a escolha de certos alvos e a emoção que ditavam o ritmo, a ênfase e os caminhos dos manifestantes. Por fim, o Passe Livre de São Paulo acabou se descolando das manifestações “contra tudo isso que está aí”.¹⁷

Durante a sessão do dia 17, a atividade parlamentar ganharia alguns graus a mais de temperatura, e a representação receberia uma espécie de xeque, quando Paim anunciou aquele gesto emblemático dos manifestantes de ocuparem a laje de cobertura¹⁸ (conferir a Figura 1) do Congresso, sobre a qual se assentam as *bacias* do Senado e da Câmara: “os manifestantes estão aqui, cercando o Congresso e pessoas que nos conhecem nos perguntam se poderíamos encerrar a sessão e dialogar com eles. Eu me disponho a isso”.

No dia seguinte, Rollemberg ressaltaria o papel dos partidos na crise de representação: “os partidos políticos são muito parecidos e grande parte da população brasileira já não se sente mais representada”. E associou essa constatação aos episódios da noite anterior, quando o grupo de Senadores que tentou buscar uma interlocução com o movimento não obteve sucesso em razão da falta de “lideranças definidas, lideranças identificadas”.¹⁹ Esse aspecto, no entanto, foi considerado “positivo” por Rollemberg. É de se notar que o discurso da política tradicional incorporava algo que contrariava um dos fundamentos da vida partidária: “na sua verdade, cada cidadão passou a ser um sujeito [politicamente independente]”.²⁰

Para Rollemberg, havia decepção com o chamado “legado da Copa” em matéria de infraestrutura e outras necessidades, o que explicava atitudes como a do grupo que tentou entrar na Casa na noite do dia 17. Ele, Paim, Suplicy e Inácio Arruda tinham ficado até quase as 23h acompanhando de perto os acontecimentos, junto com a Polícia Legislativa.²¹

Ao observar no dia 18 que, entre todas as sedes de Poder, os manifestantes em Brasília haviam escolhido protestar em frente ao Legislativo, “a sede da democracia, com todos os partidos e segmentos da sociedade”, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) concluiu que “o grito [era] contra todos, contra tudo”. A “manifestação pacífica e barulhenta deixava “uma mensagem positiva”, se se fizesse “a reflexão correta”, mas o parlamentar reconhecia que a reflexão ainda estava “em construção” por pesquisadores, observadores, governantes e pelos próprios manifestantes.²²

O discurso do senador paraense continha outro ingrediente interessante, compartilhado, aliás, por vários observadores, como a ex-senadora Marina Silva, o dos limites

da atuação dos partidos naquele contexto: “o partido político que buscar se apoderar dessas manifestações será tão rechaçado quanto for seu senso rasteiro de oportunismo”.

As eleições do ano seguinte, no entanto, encontraram o quadro partidário e as regras eleitorais exatamente como se encontrava antes das manifestações, o que certamente contribuiu para que o resultado do pleito soasse como um anticlímax. É voz corrente entre os partidários da esquerda a avaliação de que o país atravessa “uma onda conservadora”.

Por ser investigada está a atitude dos partidos, que, não só não se moveram em direção aos manifestantes, como não fizeram nenhum movimento interno. Provavelmente, com as eleições se avizinando, não havia tempo de mudar mais nada, mas há uma possibilidade de natureza não pragmática: a aposta no esvaziamento dos protestos e na acomodação das massas.

Encontramos em Thiollent (1998) uma interessante descrição analítica do pós-Maio de 68 na França:

A volta à ordem republicana só foi restabelecida a partir do final no mês de maio (ou início de junho) entre os trabalhadores e do final de junho entre os estudantes, por meio de um mecanismo eleitoral, de negociação trabalhista e de reforma universitária (cf. Schwartzman, 1981, p. 99-103). O mecanismo eleitoral consistiu em um tipo de plebiscito, após a dissolução da Assembleia, com a organização de eleições que deram esmagadora vitória ao partido da "ordem", o de De Gaulle’.

Para Flexa, a crise de representação não era nova. A novidade estava no “aparato tecnológico que permitiu às pessoas se mobilizarem, saírem às ruas, sem [depende] de reuniões] sindicais ou partidárias”. O cartaz com os dizeres "Vote em ideias, não em pessoas" era uma denúncia das mazelas do políticos, que, no ver do senador pelo PSDB, usavam de “conveniências partidárias” para votar, “muitas vezes sem conhecimento de causa”, projetos contra os interesses da população dos estados. Uma reforma política deveria ser construída, não “sobre as bases dos partidos, que buscam apenas beneficiar-se e que apenas podem piorar essa crise de representação”, mas “com base numa ampla auscultação à sociedade civil”.

Ivo Cassol resumiu naquele dia 18 o ânimo da classe política: estava “preocupada e, em alguns estados, com a orelha em pé”. O traço singular da abordagem dele está presente na sua afirmação de que tudo aquilo “poderia ter sido evitado”, ainda que ponderasse sobre os limites políticos dos governantes: “É só uma canetada! Mas, para isso, é preciso haver um acordo com os governadores e com os prefeitos, porque ninguém quer perder sua fatia, ninguém quer perder seu quinhão”. Também no dia 18, o senador Paulo Davim (PV-RN) daria sua interpretação sobre o que estava acontecendo no Brasil de 2013: aquelas marchas, pela sua grandiosidade, tinham deixado “a sociedade atordoada; os analistas políticos, perplexos; os políticos, amedrontados”.

Na mesma sessão, Jayme Campos (DEM-MT) viu com alegria e esperança os jovens acordarem e começarem “a exercer a sua vocação política”. E recomendou aos partidos que buscassem compreender aquele momento, capturassem aquele sentimento e transformassem “[...] a emoção latente no coração [da] comunidade num grande movimento de reconciliação [...] da sociedade com os Poderes [da] Nação. [...]”. E arriscou: “[...] nossa gente está entendendo, de uma vez, que pacifismo não significa passividade e que alegria não pode ser confundida com alienação”. O parlamentar pelo Mato Grosso advertiu a classe política a não “mais dar as costas para a importância das mídias sociais”, que haviam se transformado “num grande laboratório democrático”. “A população reinventou a democracia no País”, arrematou o senador.

As possibilidades virtuais de interação trouxeram realmente novas facetas a essa relação entre sociedade e Estado, conforme se lê em *Internet e Participação Política no Brasil*. Mas de acordo com Gomes (2011, p.40) “[...] apenas uma parte menor da ação ou da participação política se dá mediante iniciativas digitais. Embora estas sejam as formas mais densas e fecundas de *empowerment* [empoderamento] civil, já que para tanto foram projetadas”.

Notem que a obra é de 2011. O quadro pode ter mudado um pouco de lá para cá, mas o autor vai além da digitalização da política e teoriza sobre a participação em si, tema que permeou muitos discursos de dois anos depois:

[...] para a democracia, a busca e a espera por participação massiva é muito menos importante do que garantir que exista um número apropriado de canais e oportunidades para que qualquer cidadão (todo indivíduo concernido e afetado pelo sistema de decisões da comunidade política) possa se tornar participante da esfera pública e da vida política, em conformidade com seu desejo e motivação.

Também na sessão do dia 18, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) pediu aos políticos que compreendessem o limite da sua ação, “o limite da democracia representativa” e os novos instrumentos de participação popular. Para a parlamentar da base de apoio do governo, as obras de mobilidade urbana não haviam se realizado “por uma razão ou por outra”. De qualquer maneira, ela não via um movimento contra o governo Dilma, mas “um não aos governos [em geral] e à política”, na forma como esta última se praticava. Ainda assim, alertou para o risco das manifestações: “se não estivermos atentos”, os protestos “podem tomar novos rumos” e contestar “os governos estaduais, o governo federal e os governos municipais”. Alertou a senadora pelo PSB: “As motivações vão se somando [...] e ninguém sabe onde vai parar”.

Para o senador Rubem Figueiró, os jovens se sentiam “abandonados pelos partidos”. Era hora de organizar aquele “inconformismo difuso” e “buscar as novas cabeças: os futuros comandantes da Nação”, conforme disse no dia 19. Pedro Taques (PDT-MT) apartou seu colega de forma direta, ao sublinhar a corrupção como um dos motivos para os protestos:

O sistema partidário no Brasil não está envelhecendo. Ele está podre! [...] Partidos políticos sem ideologia, o Legislativo se apequenando todos os dias, mais ou menos em obediência ao presidencialismo imperial. Por dezenas de motivos, o cidadão foi e continua nas ruas para reclamar diretamente a sua soberania [...] a titularidade do seu poder legítimo.

Depois de observar que “a multidão dos direitos invisíveis” tentava ganhar visibilidade”, o senador norte-matogrossense teorizou novamente: “hoje, cada cidadão é um partido político. Todos os partidos políticos não passam, com todo o respeito a eles, de instrumentos fisiológicos e clientelistas”. Dois anos e dois meses depois desse pronunciamento, ele deixaria o PDT e se filiaria ao PSDB. Para justificar sua saída, alegou descontentamento com o apoio da agremiação ao governo. Ao mesmo tempo, os irmãos Cid e Ciro Gomes anunciavam sua mudança do Partido Republicano da Ordem Social (PROS) para o PDT, segundo a Folha de S. Paulo, com vistas à disputa da eleição presidencial em 2018.

Ao exercício teórico de Taques, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), então líder do governo na Casa, contrapôs argumentos “em favor da democracia”, alertando para o risco de se legitimarem as críticas acerbas e destrutivas ao desempenho dos políticos, a ponto de atingirem o próprio sistema representativo:

Todos nós, representantes do povo, estamos acompanhando e estamos, com muita humildade, querendo aprender e entender. [...] “No entanto, este novo momento de expressão da manifestação popular (...) não pode significar o entendimento de que a democracia – a meu juízo, a melhor forma de governo e a melhor forma de representação – é que é o problema”.²³

Mas Braga também reconhecia que o Brasil tinha partidos políticos “de todo gosto, de toda ordem e de toda natureza”, alguns “criados, inclusive, às vésperas de eleições, por razões eleitorais, [...] não [...] ideológicas, muitas vezes, e com apoio tanto do Senado quanto da Câmara e até mesmo do Judiciário”.

Cristovam Buarque (PDT-DF) acudiu Taques: “[a] democracia é o melhor regime. Mas ela está doente, senador. E não há democracia que sobreviva quando os políticos se divorciam da alma do povo.” Ele fez uma lista “das nossas doenças”: o custo das campanhas, a corrupção generalizada, as alianças esdrúxulas, a compra de votos, a venda de votos pelos parlamentares já no exercício do mandato, a falta de diálogo, a cooptação dos movimentos sociais e de sindicatos.

Como se vê, as manifestações devolveram ao Senado um tipo de debate com muitos interlocutores que andava em desuso.

“Diante do recado das ruas”, Eduardo Braga via como imperioso fazer uma reforma política²⁴ para salvaguardar a democracia ameaçada “por alguns poucos sem representatividade”, que tentavam transformá-la “num confronto entre Estado democrático de direito e manifestação popular”. Eram “pseudomanifestantes agindo contra a liberdade individual, agindo contra direitos da liberdade coletiva, agindo contra o patrimônio privado, particular, contra o patrimônio público”. Em contraposição, Cássio Cunha Lima acusou Dilma de falta de interlocução com o congresso e de lotear cargos para obter apoio no Parlamento.

Na mesma sessão, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse enxergar na democracia o ganhador com os protestos, a partir do instante em que os ativistas haviam saído da internet para a praça pública. Na etapa anterior, o país se acostumara à “oposição chapa branca” da União Nacional dos Estudantes (UNE), sindicatos, federações, confederações e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Embora num primeiro momento, os cidadãos recusassem alianças com partidos políticos, depois cairiam “na realidade” e passariam a conversar com as agremiações partidárias quaisquer que fossem e quaisquer que fossem o políticos.

Ainda no dia 19, em pleno horário do jogo Brasil X México, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) fazia reflexões sobre “uma crise de interlocução” e apontaria a submissão do congresso ao Executivo. Conforme Inácio e Meneguín (2014, p.6), a hipertrofia do Executivo é um fenômeno universal, que encontra eco nos trabalhos de vários autores como Moe (2002); Howell e Rudalevige (2002); Larouca (2006): “Em diversas democracias, a expansão das ações governamentais e do aparato estatal dilatou a agenda legislativa do Executivo e, paulatinamente, dotou este Poder de recursos estratégicos para aprová-la”.

João Capiberibe (PSB-AP) informava, já por volta das 19h, que não assistira o jogo do Brasil, pois ficara acompanhando a mobilização nas redes sociais: “Eu concluo que o futebol deixou de ser o ópio do povo e eu tenho a sensação de que ele se transformou num instrumento de reflexão, de conscientização e de tomada de posição coletiva”. O parlamentar deu testemunho dos avanços sociais em seu estado com o Bolsa Família e o Luz para Todos, mas lamentou as más condições de mobilidade urbana em Macapá. E também teorizou sobre as formas de participação popular, advertindo que a política não era “exclusividade dos políticos”.²⁵

A consciência da crise de representação foi se formando, ao mesmo tempo que algumas ideias para superá-la apareciam, mas, quase sempre, tendo o Congresso como

receptáculo e veículo da vontade popular. No último discurso do dia 19, Randolfe relatou as dificuldades da classe política, que tinha de chegar a uma pauta a partir do “barulho das ruas”. No dia 20, Simon defenderia a canalização da insatisfação popular para o parlamento: “as novas plantas da política exigidas pelo povo nas ruas têm que ser cultivadas com sementes geradas aqui no Congresso Nacional.”

A conclusão do discurso de Simon é fundamental na avaliação que pretendemos fazer do quanto aqueles protestos *feriram* o Senado e a que profundidade lograram mudar o comportamento da Casa: o senador tratou com ceticismo, e até desaprovação, o novo modelo de organização introduzido pela safra recente de ativistas: “A falta de lideranças bem-definidas é um sinal de repúdio ao velho modo de fazer política, mas é um risco. [...] A velha política encontra, na maioria das vezes, artifícios nem sempre nobres de perpetuação no poder. Ainda que sob o discurso da mudança, desde que a prática continue a mesma”. Ver a respeito Hirschmann (1992).

Simon se referia ao fato de que a ausência de articulações entre as ruas e os poderes públicos impediria aquela enorme quantidade de energia política de se transmitir de forma eficiente dos representados para os representantes e impulsionar as mudanças profundas num espectro de tempo maior que dois ou três meses de protestos. O estágio seguinte a um movimento explosivo, mas fugaz, seria a acomodação da política aos moldes anteriores.

É mister lembrar que uma lógica rigorosa preside o embate entre grupos revoltosos e qualquer poder constituído: ou bem os sublevados convertem-se em revolucionários e tomam as instituições ou fazem alianças com grupos do próprio sistema capazes de empreenderem reformas. Simon não tinha em mente nenhuma revolução. Pouco antes, deixara claro que o espaço das mudanças era o Legislativo: ou seja, sem fazer menção negativa ou positiva a formas de democracia direta, o parlamentar gaúcho reafirmara o caráter legítimo e ainda válido da representação parlamentar, desde que os representantes estivessem realmente sintonizados com os representados.

Prosseguiu o senador: “[...] não podemos nos esquecer de que, há muito pouco tempo, 1 milhão e 600 mil brasileiros assinaram um abaixo-assinado contra a eleição do atual Presidente do Congresso. E, se eu disse atual, é porque os senadores fizeram os tais ouvidos moucos”. Na opinião de Cristovam, na eleição anterior para a Mesa do Senado, a votação secreta tinha gerado descontentamento: “Não vou discutir se foi a eleição do presidente [Renan] em vez do senador Pedro Taques, que era o candidato de oposição. Mas a maneira como foi feita (...). Chegamos no dia da eleição e votamos. Sem debate, sem discussão, sem voto aberto”.²⁶

O fecho da fala de Simon coloca em perspectiva a oportunidade histórica, que exige gestos grandiosos e desprendidos, privilegia o heroísmo em detrimento da cautela e abre as instituições para o novo: “[...] digo de todo o coração: o povo está na rua. Neste momento, começa a passeata, e nós estamos aqui. Que tenhamos a coragem de fazer a nossa parte! Que tenhamos a dignidade de iniciar as mudanças que o povo espera!”.

Na tarde daquele dia 20, o presidente do Senado, Renan Calheiros, havia tomado assento à mesa dos trabalhos, lembrando, então, mais uma vez, que, “em todos os momentos”, defendera a necessidade de se ouvir as vozes das ruas “com a maior humildade possível”. Em seguida, anunciou para dali a pouco uma audiência com “uma representação do movimento”. Nesse instante, ele também enfatizava o caráter legítimo do Congresso Nacional como a instituição mediadora da vontade popular, ou seja, afirmava a legitimidade da representação, que, a julgar por esse momento, não estivera desvirtuada ou impedida: “O Congresso Nacional, que é aberto, é a representação política da sociedade, continuará aberto, conversando e decidindo naquilo que lhe couber e caracterizar o interesse nacional.”

No entanto, a legitimidade do grupo recebido por ele foi contestada por vários senadores. “[...] Descobriram que eram, não vou dizer, picaretas, mas, como dizem por aí os jovens, *‘fakes’*. Não eram verdadeiros”, descreveria Cristovam.

Os discursos pronunciados naquele período devem ser cotejados com o modelo de Tilly mencionados por Luz (2009): “Para ele [Tilly], julgar o grau de democracia é avaliar a extensão na qual o Estado se comporta de acordo com as demandas dos cidadãos. Entram aqui quatro julgamentos (componentes): amplitude, igualamento, proteção e comprometimento”. A amplitude seria a extensão do atendimento do Estado às demandas dos cidadãos; o igualamento seria o grau de aproximação entre os cidadãos no que diz respeito à “tradução das suas demandas em comportamento estatal”; a proteção seria a extensão na qual a expressão das demandas recebe o abrigo do Estado; e o comprometimento, o grau de “obrigação mútua” gerada no “processo de tradução de demanda”.

A aplicação sistemática do modelo de Tilly exigiria uma outra empresa intelectual. Mas não é difícil ver, por esse prisma, que a democracia brasileira estava a exigir cuidados.

A propósito dessa necessidade, Rollemberg formulou no dia 20 o que deveria ser o papel dos representantes: “O que existe, na verdade, são sentimentos. Nós precisamos dialogar com os sentimentos, com as expectativas, com as aspirações, com as reivindicações que estão na rua. O senador pelo DF exemplificou: a população queria o voto aberto.

Cristovam procuraria elaborar as mensagens fragmentadas das ruas:

Precisamos fazer a revolução na política. [...] Como fazer isso? Não dá para fazer essa revolução espontaneamente. É preciso marcos legais. E é aí que nós [ele falava também em nome de outros senadores] chegamos à ideia de que o que eles estão propondo [...] a meu ver, a nosso ver, é um grupo de pessoas que faça a reforma política porque aqui dentro nós [o Senado como um todo] não vamos fazer”.

Tratava-se da ideia da constituinte exclusiva, já que os com mandatos jamais fariam uma reforma contra seus interesses, no entender de Cristovam.

Taques apontou outros inimigos da ordem e da democracia: “os golpistas; as vivandeiras”. Àquela altura, o parlamentar mato-grossense e os demais passaram a dar conselhos a Dilma para agir com serenidade, mas com firmeza, em defesa do Estado e da democracia. Mas a democracia e a representação não seriam respeitadas se mantido o voto secreto no Parlamento: “Deve ser aberto para que o representado possa saber qual o caminho foi trilhado pelo representante. Este é o primeiro ponto”.

Já na virada de 20 para 21, Rollemberg resumiria a parte propositiva daquele esforço parlamentar: Taques propunha tipificar a corrupção como crime hediondo; Cristovam advogava em favor da candidatura avulsa; Paulo Paim era o autor de um projeto que instituiria o voto aberto; Pedro Simon tinha proposições que moralizavam a atividade política e o próprio Rollemberg apresentara um projeto que facilitava a participação, reduzindo o número de assinaturas para as iniciativas de origem popular. “O que precisamos é dar efetividade a essa agenda”, concluiu o senador socialista.

Nesse ponto, o parlamentar pelo DF deixou patente a sua concepção do que deveria ser a o aproveitamento da participação popular: “É realmente utilizar essa energia da rua, é cobrar que o Senado efetivamente transforme em prática, para que acabemos com a impunidade neste País; para que possamos construir junto com esta população a agenda do seu interesse”. Mas a representação ainda estava carente de ações mais ousadas por parte do Parlamento, segundo Rollemberg. É que a TV Senado não recebera autorização para transmitir as imagens da manifestação.

A sessão do dia 17 mostrou o quanto a interpretação e a reinterpretação dos acontecimentos de junho foi veloz, acompanhando as transmissões *on-line* dos acontecimentos e a adesão de novas levadas de cidadãos aos protestos. Castels (2013) oferece várias explicações sobre esse fenômeno. O estranhamento diante da reivindicação inicial, a revogação do aumento de vinte centavos, foi superado quase que imediatamente por uma explosiva resposta partida simultaneamente de vários setores da sociedade e comungada num grande ritual de ira popular, à qual tiveram de ceder os críticos na imprensa e nos poderes públicos: “não é só pelos vinte centavos. É contra tudo isso que está aí!”, dizia-se em toda

parte e já estampavam as cartolinas. Ficou consagrada a visão de que a forte repressão policial contribuiu decisivamente para o apoio ao movimento contra o aumento das tarifas e a adesão em massa aos protestos, inclusive com o acréscimo de reivindicações. A primeira pauta derivada foi justamente a do direito à manifestação, diante da violência por parte das forças de segurança, e foi levantada no Facebook pelo próprio Movimento Passe Livre, que, no entanto, vinculava aquela demanda política à “pauta única”, ou seja, a revogação do aumento das passagens em R\$ 0,20.

Segundo Balbim et al (2013, p.3), os primeiros protestos foram causados pelo aumento das tarifas de ônibus, mas a reivindicação se desdobrou em bandeiras que, “a despeito de sua enorme diversidade”, relacionavam-se à demanda por melhores serviços públicos. “Desta forma, as reivindicações por mobilidade urbana devem ser vistas em conjunto e em sinergia com as demandas sobre temas como saúde, educação e responsabilidade fiscal, dentre outros.”

Na opinião de Secco (2013, p.74-75), entretanto, a “*duplicação*” da pauta reflete uma apropriação da “pauta popular” do MPL pela “massa” num processo de manipulação.

Apesar de a maioria dos jovens manifestantes usar a internet para combinar os protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de comunicação. A internet é *também* um espaço de interações entre indivíduos mediada pelo mercado de consumo e vigiada pela ‘inteligência’ dos governos.

O mesmo estudioso aponta nesse processo uma perda de substância, uma vez que “os manifestantes virtuais não canalizam seu descontentamento pela representação política”. A pauta da massa se restringe, segundo ele, “a uma crítica generalizada dos próprios políticos profissionais, *mas não do modo de produção política* [grifo do autor], enredando-se num emaranhado abstrato”. O MPL-SP também viu com reservas a multiplicação das pautas e, mesmo não encontrando uma explicação única para o fenômeno, apontou diversos movimentos da mídia que colaboraram com a dispersão. A opção por concentrar esforços na redução das passagens e outros itens relacionados ao transporte coletivo parece ter razões estratégicas [é mais econômico e produtivo encontrar um foco para a luta] e ideológicas [“o transporte é essencial para garantir outros direitos”, como se afirma em Judensnaider et al (2013, 169).

Para Alvaro Dias, os jovens se rebelavam contra “um processo de barganha interminável entre Poderes da República” que limitava a capacidade de investir do Estado em setores essenciais, como saúde, educação, transporte, segurança pública e infraestrutura”. Sentenciou o senador do PSDB em discurso do dia 17: “a principal missão de quem faz política no Brasil hoje é contribuir para que esse sistema seja destruído”. Já Paulo Paim,

refutou a ideia de que os manifestantes eram “contra sicrano, contra beltrano”. Para o senador, os manifestantes não eram “contra ninguém”, mas a favor de um grande leque de causas.

Naquele mesmo dia, o senador Inácio Arruda (PC do B-CE) acrescentou à pauta a redução da “taxa de juros imoral” e da jornada de trabalho. A fala dele refletiu um outro fenômeno de junho: a busca de segmentos governistas de tentarem empurrar Dilma mais para a esquerda.

Na opinião de Lídice da Mata (PSB-BA), Junho vinha com uma pauta “um tanto quanto confusa, mas que, na essência, expressava insatisfação com a qualidade de vida”. De qualquer forma, as manifestações não negavam “as conquistas realizadas pelo Brasil” nos dez anos anteriores, segundo disse no dia 18.

Os senadores fizeram muitas declarações a respeito da novidade da “pauta difusa” e até “confusa”, trazida pelas manifestações de junho. Entre os sentidos que a palavra difusa expressa estão a qualidade do que se espalha por todas as direções; do que é abundante, não conciso; e, ao mesmo tempo, do que não tem contornos nítidos. O adjetivo ‘difuso’, foi, pois, muito bem aplicado às reivindicações daquelas jornadas, que passavam pelos serviços públicos do interesse de todos, como o transporte coletivo, a saúde e a educação, e tocavam nas exigências pelo reconhecimento de direitos individuais, como o da mulher e dos homossexuais sobre seus corpos.

Até quando os cartazes comparavam o salário de um professor com o de um parlamentar, seus autores o faziam tendo em mente os danos que o salário, por remunerar mal os professores, fazia à comunidade, se esta deixava de ter uma educação de melhor qualidade em comparação com aquela que teria se a remuneração dos docentes fosse mais alta.

Apesar dessa tônica universalista, as iniciativas de cunho corporativo mesclaram-se por vezes às propostas de alcance amplo. A sessão do dia 18, por exemplo, foi encerrada às 22h50, depois da aprovação do projeto de lei do Ato Médico e de uma sessão de fotos dos profissionais que acompanharam a votação com os senadores. Muito embora, não se possa dizer com toda a certeza que a aprovação do projeto tenha sido apressada pelas manifestações, já que a matéria vinha de um longa tramitação e ganhava crescente apoio, o atendimento dos anseios dos médicos foi associado àquele momento de escuta das ruas, tanto que depois constou dos balanços de realizações da Pauta Prioritária.

No dia 19, Ana Amélia ampliaria um pouco a agenda da insatisfação popular ao falar do aumento dos conflitos entre índios e fazendeiros por causa da demora da Justiça em estabelecer limites nos processos de demarcação. A senadora também colocou no rol das

questões urgentes para o país uma solução para os aposentados e pensionistas do fundo de pensão Aerus, pendente de um julgamento no Supremo.

A inserção de pautas corporativas e setoriais, por mais justas que fossem, no debate sobre as manifestações merece um parêntese à luz dos estudos que alguns autores têm desenvolvido sobre as “lutas concorrenciais” em torno do controle sobre as decisões do Estado. Segundo Gomes (2011, p.32), “[...] na arena da luta por influência sobre a decisão política, [a esfera civil] é constantemente batida por agências de interesses particulares”. O autor não faz diferença, nesse caso, entre uma entidade de classe empresarial ou de trabalhadores.²⁷

Revogados os aumentos de passagens em São Paulo e no Rio, a questão do amplo leque de reivindicações foi tratado pela Casa com a elaboração da Pauta Prioritária. No dia 19, Cristovam Buarque cobrou uma reposta “mais clara e firme” às ruas da parte do presidente do Senado, Renan Calheiros, que no dia anterior emitira uma nota sobre a questão, na qual o Congresso Nacional reconhecia a legitimidade das “manifestações democráticas”, “desde que as instituições [fossem] preservadas”, e se dispunha a ouvir as reivindicações populares.²⁸

Renan deu a Cristovam “absoluta razão”, e prometeu convocar os líderes partidários, “com o objetivo óbvio de recolher os sentimentos, de demonstrar humildade, de fazer o dever de casa e de encaminhar soluções dentro dos limites da competência de cada Poder (sic)”.

O perfil ideológico e o modelo de organização dos manifestantes de Junho é uma questão teórica conjugada à da representação. As mobilizações eram organizadas coletivamente, sem a presença de líderes de expressão. Praticava-se a chamada horizontalidade, ou seja, o estabelecimento de um papel de igual relevância para todos na articulação política e na expressão de ideias e propostas. Não é difícil imaginar o quanto o repúdio aos vícios da política tradicional, com seu poder concentrado em caciques e burocracias partidárias, além do carreamento da energia para indivíduos personalistas, fomentou esse desejo por igualdade e democracia interna.

Na visão de Gohn (2010), as parcelas mais ativas e consistentes dos que se manifestavam em junho pertencem a grupos de orientação nitidamente política com uma base filosófica libertária, que podem juntar integrantes de diferentes *front* da luta coletiva, como os partidos da esquerda radical. Ainda segundo Gohn, esses ativistas “atuam em coletivos não hierárquicos, com gestão descentralizada, produzem manifestações com outra estética; (...) têm mais autonomia, não atuam sob a coordenação de uma liderança central”. Os “movimentos”, como os nomina a autora, têm “valores, princípios e formas de organização

distintas de outros movimentos sociais, a exemplo dos sindicais, populares (urbanos e rurais), assim como diferem dos movimentos identitários (mulheres, quilombolas, indígenas etc)” (p.9).²⁹

Pode-se acrescentar a essa descrição um outro aspecto: o de que esses coletivos se apresentam na defesa de uma variedade de pautas (contra os gastos da Copa do Mundo da Fifa, por exemplo) que, no fundo, traduzem uma forte rejeição ao sistema de poder formado pelos grandes interesses econômico-financeiros e os políticos tradicionais. O confronto é, por conseguinte, a marca desse ativismo forjado nas pelejas das populações urbanas acossadas por distorções no mercado de trabalho e no sistema educacional; problemas de transporte e habitação; e por um tratamento duro por parte das forças policiais encarregadas de manter a *ordem* no caótico aglomerado das metrópoles.

A novidade trazida por esses coletivos interessou sobremaneira o país naqueles dias e foi debatida pelos senadores, que viram – uns com receio, outros com entusiasmo – os questionamentos ao modo usual de fazer política.

O protesto do dia 17 em frente ao congresso seria classificado por Paim como “histórico”, tanto para os jovens quanto para os parlamentares. Ao elogiar o comportamento da PM “diante daqueles meninos mais exaltados, jogando água, fazendo ofensas”, ele recordou a tentativa de diálogo com os manifestantes: “fomos até a frente do Congresso, conversamos com um ou outro (...) e eles disseram que não havia diálogo com esse ou aquele líder, porque não havia um líder personalizado, já que era um movimento de massa e que a pauta nós já conhecíamos”.

Nesse sentido, a frase do compositor e ex-ministro da Cultura Gilberto Gil citada por Paim em seu discurso pode reforçar a ideia de que Junho foi movido pelo inconsciente: “o povo sabe o que quer, mas também, muitas vezes, quer o que não sabe [conscientemente]”. Ao que o senador acrescentou: “o povo também sabe o que não quer”.

Brazil (2012, p. 31) menciona trecho de *Ecce Omo*, de Nietzsche, do qual destaca-se a seguinte frase: “Que alguém se torne o que é pressupõe que não suspeite sequer remotamente o que é.” Ao se admitir esse grau de inconsciência, estar-se-ia contraditando a própria formulação do conceito de narrativa como decorrência de uma visão de mundo estruturada por parte dos núcleos de ativismo responsáveis diretos pelas manifestações. Isso é tipicamente nietzschiano e prova que pensar se assemelha a andar sobre brasas, mas digamos que os manifestantes se consideravam muito conscientes do que queriam, e até intuíaam o que poderiam ser, mas não suspeitavam “**sequer remotamente**” do que eram. Caso contrário talvez não tivessem empreendido seus atos, receosos da sua grandiosidade.

Eis outro desafio: verificar a eficácia de um movimento que tinha mais clareza do que não queria do que de uma pauta capaz de se materializar em políticas, programas e projetos, desde que houvesse como engrenar os novos atores com as instituições tradicionais.

Conforme Luz (2009, p.40) “A oportunidade de interagir no interior do espaço parlamentar faz com que o eleitor chegue à próxima eleição com mais informação, ou seja, a *accountability* aumenta”. A ampliação da capacidade avaliativa se dá de diversas maneiras combinadas, De acordo com Arnold (1990, p.267, apud LUZ [Idem] tradução nossa): “[...] a influência pode ser exercida sobre as decisões individuais dos legisladores, sobre a elaboração da agenda, e sobre as políticas resultantes.”³⁰

Podem haver várias justificativas para a recusa dos manifestantes a *engrenar* com as instituições. Seja lá como for, aqueles ativistas não demonstravam confiar nem no processo nem na maioria das pessoas envolvidas com o poder político convencional. Durante palestra no Senado em julho de 2012, um ano, portanto, antes dos protestos, Vladimir Safatle abordou essa desconfiança dos novos atores da política: “Acho muito inteligente da parte deles o fato de quererem discutir. E não é verdade que não têm uma pauta, só não querem se submeter ao velho jogo partidário, no qual é preciso dizer ou deixar de dizer algo por conveniência.”

Vale acrescentar que a discussão sobre se os manifestantes deveriam aderir a partidos e tentar modificá-los ou criar partidos novos foi esboçada pelos manifestantes de 2011 em debates nas redes sociais. Até onde se pode perceber, em 2013 essa discussão nem foi cogitada. Curiosamente, Safatle apresentou-se como pré-candidato pelo PSOL ao cargo de governador de São Paulo, em 2014, mas a candidatura não vingou devido a divergências entre ele e a direção do partido.

Em 15 de abril de 2015, os líderes dos protestos de um mês antes, responsáveis por levar três milhões às ruas em todo o país, passariam por uma experiência que se poderia enquadrar na categoria daquelas passíveis de contribuir para o aprendizado político e que se apresenta como um contraponto valioso para o pé atrás dos manifestantes de 2013.³¹

Dizendo-se cansados de esperar por atitudes mais firmes da oposição com relação a um pedido de impeachment de Dilma, encontraram-se tête-à-tête, com os líderes do PSDB, DEM, PPS, PSB, PV e SD. A “saia justa” relatada pelo Jornal O Globo, e presenciada pelo autor deste trabalho, revelou a incipiência das relações entre a política profissional e as ruas, num contexto de crise do petismo, e mostrou uma classe política ávida por apoio popular, mas sentindo-se desafiada a ceder mais do ponto de vista participativo. A fala de Rogério Chequer, do Movimento Vem pra Rua, naquela ocasião, completa o nosso pequeno salto no tempo: “Até a rua pode se organizar. Por que a oposição não pode se organizar? [...] levamos

três milhões de pessoas às ruas [... sem ter uma vitrine quebrada. O que queremos agora é a demonstração de que o impossível pode ser feito também no Congresso Nacional!”

Há pelo menos dois aspectos que distinguem os manifestantes de junho dos de 15 de março:³² estes se organizam com base em liderança nítida e se apresentam como mais responsáveis politicamente, por procurarem não se utilizar de nenhum tipo de ato violento. As recompensas para um e outro comportamento ainda estão por ser medidas. Uma substancial análise da literatura sobre o tema está disponível em Miguel (2014), que nos recorda, entre outras formulações, a clássica distinção entre política e violência por parte de Hanna Arendt (2010[1958]).

Defensor de soluções inovadoras para a representação e de instrumentos de democracia direta, Safatle lançou as seguintes palavras como última contribuição numa palestra realizada na Bienal do Livro de Brasília, em 18 de abril de 2014, na qual fez um balanço das jornadas de junho: “vamos deixar que o descontentamento acabe de fazer o trabalho que começou”. No auge dos protestos, ele havia proferido, em ‘aula pública’ em frente à Biblioteca Nacional, em Brasília, um conceito semelhante, o da “potência criadora do acaso”, depois de anunciar o fim da “democracia parlamentar tal como nós vimos até hoje” e defender a ‘invenção’ “de uma nova democracia, direta, real, com povo na rua e o mínimo de mediações possíveis”. Para o professor da USP, a partir de junho, ninguém iria mais “abrir mão da força política” adquirida naquelas mobilizações em prol de pessoas “que nunca mais vão ver vocês [referindo-se à arena eleitoral]”.

Conforme registro da supracitada palestra de Safatle no Portal de Notícias do Senado: “[...] o filósofo não apresentou propostas acabadas, mas acha que no mínimo os atuais partidos deveriam ser substituídos por ‘frentes’. As novas agremiações teriam de se apresentar como veículos legítimos e pulsantes de um amplo leque de anseios que não podem esperar por acordos entre estruturas partidárias já sem comunicação real e identidade com o eleitor. Desse rol de organizações ultrapassadas, ele não exclui nem partidos de esquerda, que, a seu ver, de forma fatalista, têm colaborado em muitos países com programas de ajuste danosos à população e benéficos a financistas e governantes.” Em outras ocasiões, Safatle defendeu espaço no parlamento para organizações não-partidárias e indivíduos não filiados a partidos.

Antecipando um pouco as conclusões deste trabalho, desde o primeiro momento, quando se cobrou um pouco mais de articulação dos manifestantes, houve quem contrapusesse a essa exigência o argumento de que bastava encurralar os poderes constituídos, sem se envolver com eles, para obter ações que esses próprios poderes deveriam deduzir do vozerio.

A expectativa de Rollemberg, segundo disse da tribuna no dia 18, sem se referir a uma melhor articulação, é que os próprios manifestantes pudessem conter o ímpeto “de uma minoria provocadora, que invadiu espaços públicos” e depredou-os. Assim, as manifestações poderiam “contribuir para melhorar a qualidade da democracia no Brasil e da representação política”, obrigando “os políticos a refletirem sobre as mudanças” necessárias e os partidos, “a se reciclarem”.

Sobre a falta de consistência política desses grupos, Jorge Viana foi igualmente incisivo no dia 17: “alguns tentam dizer que a geração que temos aqui é uma geração sem causa. Sem causa por quê? A causa é só quando estamos fazendo uma luta mais explicitamente político-partidária? Não. Esta é uma geração com causa. Ela segue sendo uma geração que quer liberdade”, assinalou, sem se referir, evidentemente, aos Black Blocs.³³

No dia seguinte, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) condenaria novamente a violência. Reconheceu, porém: “as grandes transformações de uma sociedade” se originavam “de ações do movimento popular organizado”. A contribuição de Flexa Ribeiro ao debate teórico viria com citações do livro *A Soma e o Resto*, do sociólogo, ex-senador e ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A forma do debate tinha mudado. Ele era “pluritemático e intermitente” e ocorria dentro de “um novo espaço público onde nada [estava] predefinido” e se configurava à medida que a conversa se espalhava. Eis a conclusão de Cardoso: “No modelo antigo, a arena estava definida. O debate se dava nos partidos, no Congresso e, no limite, nos movimentos sociais”.

Na mesma sessão (18), Cassio Cunha Lima (PSDB-PB) recordaria sua participação na luta para a construção da democracia, “correndo da polícia, na Cinelândia, no Rio de Janeiro, no movimento pela anistia”. Mas distinguiria aqueles eventos, “que eram programados e tinham calendário” dos que “se sucediam um atrás do outro”. Junho era “um episódio novo, absolutamente novo, na história do Brasil”. Na verdade, ponderava o senador, estava-se “diante da história na sua forma mais bruta”.

A vertigem dos acontecimentos também levou a suposições enevoadas sobre o *ethos* dos manifestantes. No dia 20, Suplicy tomou a palavra para fazer uma previsão: depois da revogação do aumento das tarifas de ônibus em São Paulo, “o espírito da caminhada” dos ativistas em São Paulo seria o de “comemorar, cantar”. E recomendou mais uma vez que não usassem de violência.

Não se pode deixar de notar mais uma vez a dissintonia cultural entre aquela safra de ativistas e as gerações que a precederam. Os manifestantes de junho não tinham, por exemplo, um hinário, vale dizer, um repertório de canções que simbolizassem sua luta e animassem

suas mobilizações; sequer uma Pra não dizer que não falei das Flores (Geraldo Vandré), clássico de pelo menos três gerações de manifestantes. Isso se combina com a fragmentação do movimento (cada indivíduo é um sujeito, um partido); com a vinculação dos manifestantes a núcleos de produção artística fora do circuito convencional (o Fora do Eixo é o grande exemplo) e com o caráter de insubmissão e rejeição a ídolos (tudo estava em questão).

Não passou despercebida dos observadores a desconexão entre os manifestantes e a classe artística – aquela que estava no barco do petismo e a que iniciava uma oposição feroz, à direita. Além do ato premonitório de Dinho Ouro Preto, que em 23 março daquele ano conclamou o público à “revolução” num show do Capital Inicial em São Paulo, durante o qual protestou contra a corrupção e acusou o deputado Marco Feliciano (PSC-SP) de “racista” e “homofóbico”, pouquíssimos episódios vinculariam as estrelas da música e das artes cênicas brasileiras aos manifestantes.

O próprio Capital Inicial lançaria, no auge das passeatas, o clipe “Viva a Revolução”, mas a canção não fez sucesso, nem entre os manifestantes. Durante show no dia 18 de junho, também em São Paulo, Caetano Veloso divulgou uma nota em favor dos protestos. “Sinto identificação espontânea com os manifestantes”, disse ele, que faria campanha para o candidato do PSOL à prefeitura do Rio, Marcelo Freixo, um dos apoiadores do movimento. Em uma passagem polêmica, Caetano se deixou fotografar com uma camiseta preta tapando parcialmente seu rosto, como se fosse um black bloc, durante visita que fez em 6 de setembro à sede da Mídia Ninja, a novíssima imprensa alternativa que cobriu as manifestações do ponto de vista dos manifestantes para *furar o bloqueio* da imprensa tradicional. A recusa ao comportamento violento dos Black Blocs rendeu ao cantor uma saraivada de críticas.

Aqueles foram protestos de brados, confronto físico e, na maior parte do tempo sem melodias. Talvez a única música-tema das jornadas de junho, a que em algum momento mobilizou pessoas, especialmente na internet, porque não foi exatamente entoada nas ruas, é uma apropriação antropofágica de um jingle da Fiat (Vem pra rua). Justamente o jingle que ancorava o material promocional da montadora com vistas à Copa do Mundo.

Trata-se de uma multifacetada ironia, conforme disse, em outras palavras, o jornalista Renato Rogenski, da AdNews, em artigo publicado na revista Exame: “A música foi liberada na internet para ser compartilhada gratuitamente e o clipe ganhou uma releitura do público, com uma edição que exhibe imagens marcantes da manifestação. Geralmente a propaganda se utiliza dos costumes e culturas populares, mas nesse caso, ironicamente, a ordem dos fatos foi invertida”.

Rogenski ouviu para seu texto o comunicador e professor universitário Anderson Gurgel: “Vivemos uma era muito estranha, daquelas [em] que muitas teorias caducaram e já não cabem (sic) mais. Tudo precisa ser revisto. É curioso ver como uma propaganda "alienante" pode se tornar um hino de "conscientização". É a mais pura apropriação “anarquizante” dos recursos imagéticos. O título "Vem pra Rua" não poderia ser mais propício, não?”.

O clipe com a *apropriação* do jingle, postado no Youtube no dia 14 de junho, já seria uma mostra de que tudo estava sendo virado de cabeça para baixo, até porque os problemas de mobilidade urbana e a crítica à civilização do automóvel eram temas importantes dos protestos, mas viria algo mais. Um segundo clipe, postado no dia 18, utilizaria a mesma canção sobre imagens de um comercial de 2011 do uísque Johnnie Walker, no qual um gigante de pedra, simbolizando o Brasil, desperta e sai a caminhar.

Completava-se assim a ironia. Os dizeres “O gigante não está mais adormecido”, uma referência aos versos do Hino Nacional e suas posteriores reinterpretações políticas, foram ligeiramente modificados para “O gigante acordou!”. Acordou e ganhou as ruas em cenas entremeadas por imagens dos protestos. O gigante era o Brasil reinventado pelos manifestantes.

A letra de "Viva a Revolução", no entanto, soava artificial, por demais adrede, e talvez por isso tenha recebido pouca atenção:

Eu sei, eu sinto no meu sangue/Eu sei, está para acontecer/Com cores no cabelo/E
lágrimas nos olhos/Fumaça na cabeça/E flechas no seu coração/Vamos todos para
rua/Onde todos cantarão/Viva a revolução.../Tudo vai ser diferente/O estranho vai ser
normal/Vai ser uma comoção internacional/Faça a sua parte/Nesses dias de
gloria/Atravesse o espelho [referência ao personagem Alice de Lewis Carol]/Desligue
a televisão/Então, vamos todos para a rua/Onde todos cantarão/Viva a revolução...

No dia 20, a atitude refratária dos manifestantes ao Estado, somada ao forte aparato de segurança levaria a agressividade a aumentar em frente ao Congresso e ensejaria nova rodada de reflexões por parte dos senadores. Pedro Taques, originalmente integrante do Ministério Público (instituição guardiã da lei), defendeu a responsabilização criminal de quem praticava “bandalheira”. E embasou sua prescrição: “No instante em que você ofende um policial, um servidor você está ofendendo a própria existência do Estado, porque, naquele momento, ele é a longa *manus* do Estado. Ele é o Estado ali presente. Portanto, nós não podemos permitir a baderna (...).”

A própria forma daquela mobilização: fragmentária, sem lideranças marcantes, avessa (ou no mínimo desinteressada) ao diálogo com os poderes públicos e os partidos sugeria uma aproximação com o anarquismo, o que também é reforçado pela presença dos Black

Blocs. No dia anterior à reunião entre Dilma e o Passe Livre, 23 de junho, uma assembleia reuniu representantes de diversos coletivos em frente à Biblioteca Nacional, em Brasília, mas boa parte do tempo foi gasta em definir critérios democráticos e horizontais para saber quem se manifestaria na própria assembleia. Não poderia haver desigualdade de gêneros, orientação sexual e grupo étnico, por exemplo.³⁴

Se havia controvérsia e dissenso nas ruas, é de se esperar que a compreensão do movimento fosse difícil também no Parlamento: No dia 17, Paim descreveria assim a multidão que se aglomerava em frente ao Palácio do Congresso: “(...) deve haver quase 20 mil pessoas, ao natural, de forma disciplinada, sem nenhum ato daquilo que dizem de agressão ou de violência”. Ele pediu uma aliança entre rebeldes jovens e maduros. Surge aí novamente ideia do encontro de gerações, a despeito do caráter iconoclasta que marcou Junho, avesso a um enraizamento nas tradições e à procura por respaldo nas forças políticas do passado. Junho era rompimento, olhava para o futuro, como o célebre poema de José Régio:

[...] Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,/E vós amais o que é fácil!/Eu amo o Longe e a Miragem,/Amo os abismos, as torrentes, os desertos.../(...) Não sei por onde vou,/Não sei para onde vou/- Sei que não vou por aí!³⁵

Esse apelo a um poeta no esforço de compreender um fenômeno nos obriga a abandonar por alguns instantes as abordagens mais objetivas, com as quais empreendemos a tarefa de buscar aferir o grau de efetividade da representação naquela quadra, e como isso pode ter sido alterado pelos protestos, para nos avizinharmos de algo mais sutil: o *espírito* que moveu Junho. Para isso, não devemos nos valer de uma taxonomia sociológica dos agrupamentos de ativistas; tampouco da identificação das peças em um tabuleiro de poder. Devemos seguir o faro de Weber para percebermos Junho também como uma “significação cultural”. Não poderíamos medir o impacto daquelas mobilizações se não pudéssemos, além de pensar, *sentir* o grau daquele passageiro, mas inquietante, tremor político. Não poderíamos avaliar o impacto se não nos avizinhássemos do ‘espírito’ que o moveu.

Logo na abertura do capítulo II de *A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo*, Weber define o seu objeto de pesquisa como uma “*individualidade histórica*”, ou seja, “um complexo de conexões que se dão na realidade histórica e que nós encadeamos conceitualmente em um todo, do ponto de vista da sua *significação cultural*” (p.41). Para Antonio Flavio Pierucci, autor da apresentação do livro na versão consultada, a intenção de Weber quando aspeou a palavra ‘espírito’ na primeira edição da obra foi identificar, ao lado da ética, o seu objeto de análise: “(...) *não era* o capitalismo como sistema econômico ou modo de produção. Era, *sim*, o capitalismo enquanto “espírito”, isto é, cultura – a cultura

capitalista moderna, como tantas vezes ele irá dizer – o capitalismo vivenciado pelas pessoas na condução metódica da vida de todo dia. Noutras palavras, o “espírito” do capitalismo como *conduta de vida: Lebensführung*”.

O mês de junho amalgamou um “complexo de conexões” que vinham se entrecruzando lentamente numa espécie de subterrâneo social que estava à vista, mas, paradoxalmente, não era visível. Transparecia apenas àqueles que testemunhavam o rumor dos coletivos de jovens, em movimento tipicamente geracional, a juntar revolta frente à realidade sócio-política, libertarismo, anarquismo, identidade com as parcelas de excluídos das metrópoles e cultura cibernética global.

Esse contingente se desplugara, por assim dizer, das fontes mais convencionais no campo da cultura e da política. Era um novo *animal* político, desatrelado de compromissos e freios. Quando saiu às ruas e foi *descoberto* nas redes sociais, encontrou numa massa menos politizada, e menos afeita ao coletivismo, partículas culturais e um desencanto capazes de exercer atração mútua. Toda essa energia haveria de explodir de maneira fugidia em contato com as forças de segurança fundadas no império, mas reaparelhadas ideológica e tecnicamente pelo regime militar, cujo autoritarismo e truculência sobreviveram aos ventos da redemocratização e foram absorvidas pelo novo aparato governamental como se nenhum vento liberalizante tivesse soprado em 25 anos.

Dotados não apenas de revolta com a corrupção, como os jovens de 1992 e os de 2011, mas de uma visão de mundo filosófica e emocionalmente devotada a uma nova sociedade – nova na estrutura e em muitos de seus aspectos exteriores e comportamentais – os ativistas de 2013 assacaram contra as *verdades* das “narrativas” que lhes eram impostas ou vendidas. E ao abusarem do termo “narrativa”, apontaram o mundo como um palco de relatos e enredos, não carregados de verdades em si, mas das verdades convenientes ao seus narradores. Por isso, propunham também suas narrativas, as quais acreditavam mais afiadas como interpretação da realidade. Nas próprias palavras deles, a pretensão era “disputar a opinião pública”.

Ao arriscar essa breve descrição do “espírito” de Junho, não queremos reunir artificialmente impressões num constructo que substitua a realidade imperfeita e precária. E que, além do mais, ofereça-se como um modelo aos que não entenderam suas verdadeiras potencialidades. Algo como o “torna-te o que tu és”, de Píndaro, convertido por Nietzsche no “como alguém se torna o que [se] é” (Brazil, Idem, p.42). O objetivo é sair de um certo imobilismo reflexivo que prefere apontar o caráter de imprecisão e difusão dos grupos e das ações que incendiaram junho de 2013, sem aventurar uma aproximação ali, em meio ao ardor

do gás lacrimogêneo, enquanto o ativista posta um vídeo do próprio confronto com o policial. Chegar ao “complexo de conexões” a partir do qual se molda um “tipo ideal”, outra contribuição de Weber, não nos impede, em outro momento, de fazer a crítica do novo animal, de verificar-lhe as fragilidades, as ilusões. Deixar de reunir essa complexidade é deixar que se esvaneça esse manancial de impetuosidades criativas e Junho reste apenas como mistério, que não deixa também de ser.

Ocorre que os mistérios são, por vezes, zonas de sombras causadas pela própria realidade inóspita. Os personagens de Junho com seus rostos cobertos, seus frascos de vinagre, suas cartolinas, seus celulares e laptops e seus rojões, pareciam ter saído de uma história em quadrinhos de contornos góticos, mas a atmosfera trevosa era projetada a partir dos fechados edifícios do próprio Estado sobre ruas poluídas e atravancadas pelo trânsito pesado dos automóveis.

Na opinião do senador Walter Pinheiro, relator do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2012 a 2015, um dos entraves à luminosa cidadania era o acesso, quase sempre obstaculizado, à Justiça. E esse tema deveria entrar em debate no bojo das discussões propiciadas pela intensa movimentação política daqueles dias.

O acesso à Justiça não estava entre as bandeiras de uma forma muito clara, mas abrigava-se no clamor geral por mais igualdade e na explicitação do conflito entre as forças de segurança e a população pobre. O senador defendia o aumento do número de tribunais regionais federais, mas o assunto era objeto de polêmica por conta dos gastos que isso provocaria e de um detalhe técnico relativo ao vício de iniciativa.

A questão do acesso obstaculizado à Justiça e, de um modo geral ao poder público, combinada à recusa dos manifestantes em se articularem com o Estado e os políticos tradicionais, nos remete, em novo exercício interpretativo, a O Processo, de Franz Kafka. Mais exatamente ao capítulo “Na catedral”. Ali conta-se a história do “homem do campo” que chega à porta da “Lei” e experimenta uma intensa ambiguidade sobre como se comportar diante do fato de as portas estarem abertas, mas lhe ser vedado entrar “naquele momento”:

Em relação ao tribunal você se engana — disse o sacerdote. —; Nos textos introdutórios à lei consta o seguinte: diante da Lei está um porteiro. Um homem do campo dirige-se a este porteiro e pede para entrar na lei. Mas o porteiro diz que agora não pode permitir-lhe a entrada. O homem do campo reflete e depois pergunta se então não pode entrar mais tarde. ‘É possível’, diz o porteiro, ‘mas agora não’. Uma vez que a porta da lei continua como sempre aberta, e o porteiro se põe de lado, o homem se inclina para olhar o interior através da porta. Quando nota isso, o porteiro ri e diz: ‘Se o atrai tanto, tente entrar apesar da minha proibição. Mas veja bem: eu

sou poderoso. E sou apenas o último dos porteiros. De sala para sala, porém, existem porteiros cada um mais poderoso que o outro. Nem mesmo eu posso suportar a visão do terceiro'. O homem do campo não esperava tais dificuldades: a lei deve ser acessível a todos e qualquer hora, pensa ele; agora, no entanto, ao examinar mais de perto o porteiro, com o seu casaco de pele, o grande nariz pontudo e a longa barba tártara, rala e preta, ele decide que é melhor aguardar até receber a permissão de entrada [...].³⁶

Fica mais evidente, por meio do absurdo kafkiano, o quão difícil é o acesso ao Estado, em razão das barreiras da intrincada máquina burocrática a esconder uma teia de grandes e pequenos interesses políticos e patrimoniais (ver Buarque, 2006[1936]). Mas não podemos desconsiderar a hipótese de que a recusa a *entrar* no Estado deriva, igualmente, da suspeita do cidadão de que terá de assumir um compromisso, para o resto da vida, com o trabalho político, o que demandará esforço, acarretará sofrimento e imporá sacrifício. Gomes (Ibidem), ao contrário, defende a ideia de que a participação legítima deve corresponder ao desejo de participar, o que negaria a ideia de sacrifício aventada acima.

Notas

1. Da tribuna, o senador Paulo Paim faria a leitura, no dia 27 de junho, de uma carta aberta do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União pedindo o fim da violência nos protestos. Os ouvidores se solidarizavam com os manifestantes, mas rejeitavam atos de vandalismo e a “criminalização da política”, a partir da rejeição aos partidos, por ser uma ameaça ao direito e à democracia.
2. A Polícia Militar é da jurisdição do governo estadual.
3. Em Brasília, havia pelo menos uma ala do PSOL, partido do senador, no bojo das manifestações, a Insurgência.
4. Sobre o direito de ir e vir e sobre a culpa pela má qualidade do transporte, o presidente da Associação nacional das Empresas de Transportes Urbanos (ANTU), Eurico Galhardi, falaria no dia 15 de julho em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado. Ele atribuiria aos subsídios à compra de automóveis o excesso de carros que atrapalhava o fluxo dos ônibus, piorando o dia a dia dos passageiros. E reclamaria dos constrangimentos causados aos convidados por manifestantes que, no dia anterior, protestaram contra as empresas durante a festa de casamento da filha de seu sócio Jacob Barata, no Copacabana Palace.
5. Perfil publicado pelo próprio Aloysio na internet diz: “Por conta de ações contra a ditadura militar, precisou sair do Brasil. Seu exílio foi na França, de 1968 a 1979 (...)”. No site Atlas Político, consta a informação de que o parlamentar “integrou a Aliança Libertadora Nacional, organização guerrilheira criada à época da ditadura”. Em entrevista à revista *Época*, é Aloysio quem explica o posicionamento do passado e faz uma revisão crítica do que aconteceu: “Esse período tem sido superestimado, ele não foi decisivo para a derrota do regime militar. Longe disso, até forneceu o pretexto para o recrudescimento da repressão. Eu não diria que tenho orgulho, mas sempre agi conforme as coisas que considero corretas. Foi o que fiz naquela época. A experiência mostrou que eu estava errado, não só pelo fracasso daquela forma de luta, como também porque ela não foi travada a partir de uma perspectiva democrática. Era uma exacerbação do leninismo sob a forma do castrismo. Aqueles que aderiram a essa concepção fizeram tudo com muita coragem. A grande maioria teve como consequência a tortura e a morte”.
6. Conforme Archanjo (2010, p.10), “essa 'liberdade' do parlamentar para interpretar e significar os interesses de seus possíveis representados” é apontada pelos estudiosos, não como uma porta aberta para a representação política, “mas sim à representação pessoal”.
7. Naquela sexta-feira, 14, por volta das 12h, quando terminava a sessão plenária do Senado, um grupo de 500 pessoas faria um protesto contra os gastos com a Copa do Mundo queimando pneus e bloqueando o trânsito em frente ao Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília. Era a véspera da abertura da Copa das Confederações, cerimônia durante a qual a presidente da República, Dilma Rousseff, seria vaiada.
8. Para SOUTO MAIOR (2013), in *Cidades Rebeldes*, p.87), “(...) a ‘criminalização’ dos movimentos sociais [é] apenas um método do já superado direito liberal”.
9. A frase completa: “É para abrir mesmo. E quem quiser que não abra, eu prendo. Arreberto. Não tenha dúvidas”. Foi proferida pelo general João Baptista de Oliveira Figueiredo, em 15/10/1978, ao ser questionado sobre a abertura política.
10. Vejam esse depoimento de Figueiró: “guardo com muita honra os sinais das pauladas que recebi da Polícia Especial [nos anos 1950], do quepe vermelho, que vinha ainda da ditadura de Vargas”.
11. Na interpretação de Reis (2013), “Longe de rebaixar a política”, criminalizá-la, sufocá-la, “a sociedade quer potencializá-la”, quando exige controle sobre as finanças públicas e um outro modelo de financiamento de campanhas eleitorais. Sobre os frutos da pressão popular em termos de aumento da ‘responsividade, ver também Luz (2009, p. 40).
12. Recorde-se que Simon e Cristovam há vários anos criticavam os estudantes por terem uma atitude passiva, contrariando o natural ímpeto rebelde dos mais jovens e a tradição de protestar dos universitários. Segundo o site G1, o saldo de mortes nas manifestações foi de 13 pessoas, contando a do cinegrafista da Band, Santiago Andrade, atingido na cabeça por um rojão enquanto filmava um ato contra o aumento da tarifa de ônibus no Centro do Rio, em 6 de fevereiro de 2014. Nenhuma das outras mortes teve relação direta com os confrontos

entre a polícia e os manifestantes. “[...] Foram provocadas por atropelamentos, quedas, acidentes [...]”, conforme o G1.

13. Sobre a factibilidade do passe-livre, Peschanski (2013, P. 60) é da opinião que “[...] a criação de um sistema de transporte público gratuito não é viável apenas numa configuração social futura [perspectiva ecossocialista], hipotética – é em princípio funcional ao capitalismo realmente existente”.

14. “Sendo o transporte público um serviço essencial, a visão do seu financiamento deve ser especial e não ficar submetida a enfoques monetaristas rígidos, como o da sustentabilidade financeira a qualquer custo. [...]. Paralelamente, a cobrança das externalidades negativas provocadas pelo uso do automóvel e da motocicleta deve ser feita extensamente, para compensar as desvantagens causadas para o transporte público e para os pedestres e os usuários de bicicleta” (CARVALHO, 2011).

15. As indagações de Alvaro Dias estão presentes em uma publicação que aborda o impacto das manifestações na sociedade e no Estado: O Gigante Acordado, livro escrito pelo juiz Marlon Reis, um dos articuladores do projeto que resultou na Lei da Ficha Limpa. “Aqui no Brasil também estamos reinventando a democracia, às voltas com as mazelas de um ‘colonialismo-de-nós-mesmos’ que teima em sobreviver sob a forma da compra de votos, da ausência de uma educação emancipatória, do abuso do poder político da mulher, das campanhas financiadas exclusivamente pelos ricos” (2013, p.29).

16. Dois anos depois, o governo ainda enfrentava o dilema entre cortar gastos e manter aliados em cargos estratégicos. Em junho, houve realmente questionamento ao excesso de ministérios e outras práticas governamentais, mas o foco não era o corte de gastos, dentro de um repertório liberal, mas a melhoria do gasto público, com a mudança de prioridades no campo social. Uma preocupação do tipo liberal em economia deu o tom de fortes manifestações contra Dilma em 15 de março de 2015. Manifestação, aliás, de que participou o próprio Agripino, conforme publicação de vídeo em seu perfil no Facebook.

17. Para descrever a confronto a todo tipo de autoridade, a palavra utilizada por um analista, em vídeo editado e veiculado ainda no auge das manifestações, foi “desmoronamento” [o vídeo não pode ser localizado para referência]. Além dos governantes, a imprensa tradicional foi contestada, por tentar impor “narrativas” aos manifestantes. O próprio movimento Fora do Eixo, um dos coletivos que passaram a ser conhecidos no desenrolar das manifestações foi questionado por internautas, artistas e ativistas pela pouca transparência com que tratava questões como o pagamento de cachês e direitos autorais; o recebimento de verbas públicas; e a falta de democracia nas relações dentro de suas moradias coletivas. Um exemplo pode ser colhido no depoimento da cineasta Beatriz Seigner em seu perfil no Facebook.

18. O termo me foi sugerido pelo arquiteto Frederico Flósculo, que, alternativamente, sugeriu “terraço descoberto”.

19. Conforme Reis (Idem, p. 54), “Estamos habituados a considerar a liderança segundo os critérios clássicos apontados por Max Weber. Os líderes teriam por alicerce a lei, a tradição ou o carisma”. Essa concepção de liderança estaria sendo profundamente alterada por novas experiências.

20. O ocaso das agremiações partidárias também foi tema da supracitada palestra de Safatle, na qual ele afirmou: “A forma partido não tem mais função”.

21. O temor de que os jovens cruzassem a fronteira entre o gramado do Congresso e o interior do edifício é um dos temas de um vídeo, no qual a servidora do Senado Ester Monteiro, a propósito de momentos marcantes de Brasília, fala do que sentiu naquele dia 17 de junho: “Democracia sem o Parlamento é muito mais difícil. As pessoas não têm noção do que estão fazendo quando agrirem o Congresso Nacional.”

22. Nesse trecho, Flexa Ribeiro aborda uma característica marcante daquele momento, que, ao surpreender a maioria, gerou uma onda de reflexões relâmpago, o que é uma contradição em termos. As tentativas de explicação da parte de quase todo mundo geraram também um anedotário. Uma dessas tiradas fazia uma inversão curiosa com a mania dos brasileiros de darem lições sobre futebol, ao afirmar que agora o Brasil tinha 200 milhões de cientistas políticos. A troca era inspirada também no fato de que, de repente, no país do futebol, não só a discussão sobre política tinha assumido o primeiro plano, mas efetivamente configurava-se como uma nova ‘paixão nacional’, tendo como um de seus ingredientes uma rejeição a mazelas ligadas ao próprio futebol. Perguntava-se um tanto apressadamente se o povo teria finalmente se libertado do seu ‘ópio’.

23. Em entrevista à Agência Senado no dia 30 de julho de 2012, Safatle comentou sobre os protestos de indignados que proliferavam sobre o mundo e os possíveis riscos advindos de manifestações violentas citando o pensador alemão Theodor Adorno: “Na política, como na música, a ideia de caos é superestimada”. A frase sofreu ligeira mudança em relação ao que o próprio Safatle escreveu em artigo: “o medo do caos, em música como na psicologia social, é superestimado”. A pletora de referências ao filósofo neste trabalho justifica-se pelo

fato de que antes, durante e depois dos protestos ele expressou, nos planos intelectual e acadêmico, as ideias e mentalidade dos novos ativistas e atuou, ele próprio, como ativista.

24. Para Caio Magri, representante do Instituto Ethos no Conselho de Transparência do Senado, a bandeira da reforma política não foi levantada em junho, que se apresentou “muito difuso”. Ele aponta a presença da esquerda, de críticos das políticas públicas, mas também de “moralistas” e “golpistas”. “Havia pouca clareza sobre a agenda”.

25. Um ano e nove meses depois, Capiberibe assomaria à mesma tribuna para expressar uma crítica ácida ao sistema político-partidário brasileiro, ao governo, ao Congresso e fazer uma avaliação negativa dos resultados das manifestações. O mote do discurso foi o aumento do Fundo Partidário. Nas conclusões deste trabalho voltaremos a abordar esse tema.

26. Em 1º de fevereiro de 2013, Renan havia sido eleito com 56 votos contra 18 de Taques. Como se pode observar, havia em junho uma grande sintonia entre o que ocorria nas praças públicas e os parlamentares que discursavam em Plenário. De tal forma que os pronunciamentos se tornaram mais contundentes e, de certa forma, livres das imposições do que Archanjo (2010) chamou de “espaço conservador”, no qual o que se diz está sempre limitado pelo cálculo também conservador. Tsebelis (1998, p.33) apoia-se no princípio de que os atores agem de maneira racional, ou seja, imbuídos do propósito de atingir ao máximo seus interesses, mas levando em consideração os riscos envolvidos em cada escolha, de modo a não transformarem ambição desmedida em prejuízo. É o que o autor chama de “correspondência ótima entre fins e meios”.

27. Ainda segundo GOMES (Ibidem), “a esfera civil [...] é o domínio social dos indivíduos pensados como cidadãos, membros plenos e de direito da comunidade política, proprietários do Estado” (p.42). É essa esfera que abriga os interesses, digamos, gerais, que não se referem aos indivíduos quando na condição de membros de determinada categoria profissional ou econômica. “Indivíduos podem cumprir muitos papéis sociais, mas o seu status de cidadão é único e tem a ver com o contrato que o liga à comunidade política – não há civis sem civitas, sem polis, sem res publica” (idem), diz ainda o autor.

28. “Nota à população - O Congresso Nacional reconhece a legitimidade de manifestações democráticas como as havidas hoje, desde que as instituições sejam preservadas. Pessoalmente dei ordens à Polícia Legislativa para que não reprimisse a manifestação popular e que em nenhuma hipótese usasse de violência, mantendo apenas a ordem necessária. O Congresso Nacional continuará aberto às vozes das ruas e recolherá todos os sentimentos das manifestações a fim de encaminhar soluções no que lhe couber, como não poderia ser diferente em um ambiente democrático”.

29. A autora tem razão quando detecta a ausência ou pouquíssima presença nos protestos de organizações do tipo corporativo, mas soa estranho ignorar, por exemplo, a atuação marcante de coletivos como o das Vadias, que é nitidamente “identitário”, ou seja, atua na busca de reconhecimento.

30. “(...) a população poderia usar telefone e e-mail, para pressionar diretamente a atuação dos parlamentares eleitos, ligando e escrevendo para seus gabinetes, compartilhando suas respostas, apontando seus erros. Mas até hoje tenho dúvidas se estamos realmente motivados a fazer este controle social, o que deveria se tornar uma rotina na vida de todo cidadão. O que eu tenho visto é muita crítica, mas pouco trabalho, pouca ação direta”, disse em depoimento exclusivo para esta pesquisa André Kiepper, autor da sugestão para o Senado debater a regulação do uso da maconha.

31. Quando se fala aqui sobre aprendizado político, mantemos lealdade à ideia de que esse aprendizado sirva ao aprimoramento da democracia (KRISCHKE, 2002). Não vem ao caso um exame mais acurado das intenções do Vem Pra Rua (nome, aliás, copiado dos protestos de 2013) e demais envolvidos na manifestação do dia 15 de março. Embora seja preciso registrar certo viés autoritário da parte desse movimento, o impeachment está entre os instrumentos da nossa democracia como cláusula da Constituição.

32. Em entrevista de 14 de março de 2015 ao jornal espanhol El País o jornalista-ativista Bruno Torturra, ex-integrante da Mídia Ninja e um dos não-líderes das jornadas de junho, distingue os dois movimentos: “Não adianta comparar, pois a origem do movimento atual é oposta à de junho de 2013, que teve como gatilho uma demanda não só histórica, mas de cunho de esquerda e popular: pelo transporte grátis. Era uma pauta específica e histórica, catapultada, depois, pela violência policial [empregada nos primeiros protestos]”.

33. “A discordância [das ideias políticas e dos métodos] não pode servir de desculpa para se recusar a examinar seriamente as ideias e a lógica daqueles que participam de Black Blocs. Dizer que eles são jovens meramente apolíticos e irracionais é, na melhor das hipóteses, preguiça intelectual e, na pior, uma mentira política” (DUPUIS-DERI. Black Blocs. São Paulo: Veneta. 2014. P. 119-120).

34. Pode ser útil ver na íntegra, uma das convocações para essa assembleia em postagem no Facebook: “HOJE VAI TER POR VOCÊS QUEREREM, POR SER ALGO HORIZONTAL E SEM LIDERANÇA! 17 HORAS

PODEM SE REUNIR ATÉ O CONGRESSO! NO MUSEU. LEIA AQUI TAMBÉM PARA SABER DE QUARTA-FEIRA 26/06: Bom galera, não estou conseguindo modificar a data. FOI MODIFICADO DEVIDO A DIVERSAS COISAS COMO REUNIÕES PARA MELHOR ORGANIZAÇÃO E EVITE O VANDALISMO E CONFRONTO!!! Será DIA 26/06 ou seja, QUARTA-FEIRA OK????! Daqui a pouco irei para casa e passo tudo para vocês e haverá reunião no domingo que será aberta às 14 horas no Museu da República. Muito obrigado, até logo.”

35. Destaca-se ainda o trecho: “Ah, que ninguém me dê piedosas intenções!/Ninguém me peça definições!/Ninguém me diga: "vem por aqui"!/A minha vida é um vendaval que se soltou./É uma onda que se levantou./É um átomo a mais que se animou...”. Vide José Régio, in *Poemas de Deus e do Diabo*.

36. Matéria publicada pelo site Observatório da Sociedade Civil conta as desventuras de militantes do Passe Livre na Justiça: “A militante relatou que os membros do Passe Livre intimados pelo Inquérito 01/2013 não têm comparecido à delegacia. O movimento também impetrou um habeas corpus para barrar a investigação. Perderam em primeira instância e agora aguardam decisão dos desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo. ‘Não temos esperanças de vencer, mas não podíamos deixá-los sem resposta’, afirma, lamentando que os ativistas tenham que se defender perante os tribunais. ‘Gasta-se mais tempo lutando contra uma condenação do que fazendo luta social’ (NICOLAU, 2014, in Observatório da Sociedade Civil, disponível em: <https://observatoriosc.wordpress.com/2014/09/29/movimentos-condenam-criminalizacao-da-luta-social-tema-ausente-das-campanhas/> . Acesso em 27/08/2015)

3. Plano Deliberativo – redefinindo a pauta política

“(...) e então dará a cada um segundo as suas obras.”

Mateus 16:27

O eixo que a pesquisa utiliza para avaliar o impacto das Manifestações de Junho no plano deliberativo é a Pauta Prioritária, instrumento do qual lançou mão o presidente da Casa, Renan Calheiros, com o fim de reunir propostas e projetos que pudessem “dar respostas às ruas”. Ainda que outras deliberações tenham sido afetadas pela pressão gerada em face dos protestos, não caberia perder o foco da investigação quando há um elemento que fornece, ele próprio, os parâmetros com os quais medir a referida influência, uma vez que foi elaborado e rastreado justamente no intuito de provar que o Senado efetivamente estava empenhado em atender ao clamor popular por medidas concretas e mudança de comportamento da parte dos representantes.

No dia 25 de junho, Renan faria em seu gabinete reunião com líderes partidários *lato sensu*.¹ Durante o encontro discutiu-se a pauta prioritária, cuja lista de projetos tinha uma conexão com a Câmara dos Deputados. Renan solicitou ao então presidente daquela Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), a votação de algumas matérias, como o marco civil da Internet e a ‘lei da palmada’ (renomeada Lei Menino Bernardo), de modo que viessem em seguida para o Senado e esse fluxo conferisse maior dinamismo ao processo de satisfação às ruas.

Em depoimento exclusivo para este trabalho, a servidora aposentada Cláudia Lyra, que em 2013 era Secretária-Geral da Mesa, conta como foi a montagem daquela pauta:

Quando as manifestações cresceram, o presidente Renan pediu um levantamento de matérias que estavam tramitando e que de alguma forma pudessem dar uma resposta às reivindicações. O pedido foi feito a mim e ao Chefe de Gabinete da Presidência, Fernando Bandeira de Melo. A Consultoria também foi parceira nessa tarefa.

Conforme Cláudia Lyra, os projetos foram analisados do ponto de vista do conteúdo e da possível repercussão social. Renan “capitaneou o processo” e chamou os líderes, pedindo a eles que também sugerissem matérias, no que foi atendido. Nas palavras da ex-secretária, “houve um comando, mas ao mesmo tempo um trabalho coletivo”. O presidente do Senado era sempre atualizado do segmento da pauta, principalmente no que se referia as matérias na Câmara, onde “o maior número de parlamentares e a pulverização dos partidos tendia a retardar as decisões”.

Além de aproveitar proposições que já estavam em tramitação na Casa, o senador Renan Calheiros decidiu ele mesmo apresentar um projeto, no qual propunha justamente a instituição do passe livre para os estudantes de todo o Brasil com recursos da União provenientes dos royalties obtidos com a exploração do petróleo. O projeto ainda tramita no Senado.

A urgência em dar uma satisfação à opinião pública levou o presidente a anunciar, ainda no dia 25, que a pauta seria cumprida em 15 dias pelo Congresso, inclusive com o sacrifício do recesso parlamentar de julho, o que acabou não ocorrendo. A lista reunia projetos voltados à educação, saúde, segurança e mobilidade urbana, de forma a cobrir o calidoscópio que se via nas ruas e nas redes sociais. Nos dias 26 e 27, ele e um grupo de senadores da base de apoio ao governo receberam representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), que apresentaram aos parlamentares uma pauta de reivindicações. Entre os itens estavam a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) e a rejeição do projeto da ‘cura gay’, cujo autor, o deputado João Campos (PSDB-GO), decidiu arquivá-lo no dia 2 de julho.²

A questão teórica do escopo e da qualidade da representação, analisada no plano discursivo-opinativo, é relevante também ao avaliarmos a ação deliberativa. Afinal, embora o discurso seja um ingrediente, em si, da representação, espera-se que seja complementado pela prática. Ou seja, ao discurso devem corresponder ações que lhe deem consequência, seja no plano deliberativo, seja no plano da fiscalização e da avaliação de políticas, de modo a que a representação atenda às diversas demandas dos representados.

Inácio e Meneguín (2014) chamam a atenção para a uniformização das metodologias de avaliação do desempenho dos poderes Executivo e Legislativo, cujo foco, ao longo do tempo, acabou privilegiando o “sucesso legislativo” (aspas dos autores) “na aprovação de suas agendas”, o que aponta para o “fortalecimento institucional do Executivo” (p.6). Dessa maneira, afirmam, “(...) a produtividade legislativa tornou-se a métrica do desempenho” do Poder Legislativo (p.5).

Não obstante, os autores apontam entre os indicadores do Índice de Desempenho do Legislativo (IDL), na dimensão de representatividade, dois que aprimorem “a porosidade do Legislativo às demandas dos cidadãos em matéria legislativa”:

- i) previsão de iniciativa popular de projeto de lei
- ii) previsão de ação legislativa proposta pela sociedade civil (sugestão, emenda, consulta pública, etc.).

Sem entrar por enquanto numa avaliação de mérito do conjunto dos projetos ou de alguns deles em particular, fica claro que as manifestações impactaram a ação legislativa, já que foi montada uma pauta e votações foram empreendidas. Diante de várias relações de projetos e balanços da Pauta Prioritária, foi preciso elaborar uma lista que contemplasse esse universo, no total de 52 matérias mencionadas por fontes diversas, como a Secretaria-Geral da Mesa, a Página da Presidência do Senado e os órgãos de comunicação da Casa.

A taxa de sucesso obtida (Tabela I), considerando aí a aprovação definitiva e o envio à sanção, foi de 56% (29 dos 52 projetos). Sete projetos (13,5% do total) continuam tramitando na Casa. Aqueles parados na Câmara são 12 (23% do total).

No que toca à dimensão representativa proposta por Inácio e Meneguim, a pauta prioritária apresentou duas matérias, cada uma delas correspondendo a uma das previsões: a PEC 3/2011, que facilita o exercício da iniciativa popular e o PRS nº 47/2013, que amplia as oportunidades de participação popular no processo legislativo.

Quanto à fiscalização das políticas públicas, nada constou da pauta, mas estudos que vinham maturando na Consultoria Legislativa culminaram com a realização, em 28 de agosto de 2013, do seminário “O Papel do Legislativo na Avaliação de Políticas Públicas”, quando o presidente da Casa anunciou que apresentaria ainda naquele dia à Mesa do Senado um Projeto de Resolução (PRS) para instituir, de forma sistemática, a avaliação de políticas públicas pelas comissões temáticas do Senado.

A implementação do programa ficou vinculada às manifestações quando Renan recebeu os presidentes de comissões para tratar do assunto. Segundo notícia publicada no Portal de Notícias do Senado, ele classificou a fase vivida pelo Legislativo como de “absoluto fortalecimento”. E observou: “Há um questionamento da sociedade sobre a qualidade dos serviços públicos ofertados e é fundamental que o Parlamento se fortaleça a partir dessa fiscalização”.

Em 12 de julho, o presidente do Senado fez um balanço positivo das votações em sua página pessoal, dizendo que tinha havido “casamento” entre as manifestações populares e as respostas que o Senado ofereceu à sociedade. No dia 17 seguinte, ele faria no Plenário um pronunciamento no qual diria que o Congresso sofrera transformações a partir do movimento popular. Na opinião do chefe do Poder Legislativo, a qualidade da representação tinha se elevado porque:

- i) As manifestações, além de veicularem “cobranças pontuais” quanto à qualidade dos serviços públicos, haviam contribuído “para desenferujar

as estruturas burocratizadas do processo legislativo, tornando-o mais ágil e permeável às demandas sociais”;

- ii) A sociedade havia abandonado sua passividade: “[interpretando os cidadãos brasileiros] Deixamos de ser meros contribuintes quando passamos a cobrar do Estado suas responsabilidades. Passamos, então, de contribuintes, a cidadãos. É isto o que as urnas (sic) dizem: cansamos de ser contribuintes passivos e exigimos ser protagonistas como cidadãos”;
- iii) A atividade política por parte da sociedade fortalecera a democracia: “A democracia avança mais quando conferimos agilidade ao processo legislativo, que é burocratizado, lento e anacrônico. (...) Antes ser pautado pela sociedade do que ser esquecido por ela; antes ser pautado pela sociedade do que ser pautado por forças que trabalham no dia a dia contra a democracia. A última vez que isso aconteceu foi exatamente na Assembleia Nacional Constituinte [1987-1988]”.

A questão da reforma política apareceu nesse pronunciamento: “Poderíamos votar uma reforma em agosto com redução do tempo da campanha, com redução do material gráfico. A política precisa se reinventar sempre”. As mudanças limitaram-se, de fato, a aspectos pontuais e ganharam o nome de mini reforma eleitoral.

As votações prosseguiram em ritmo mais lento durante o segundo semestre de 2013 e se estenderam até 2014 e 2015, em alguns casos. Os balanços por parte de Renan, também. No relatório que apresentou sobre o biênio 2013/2014 (Contas Abertas), há farta menção às manifestações, incluindo um tópico intitulado A Voz das Ruas, no qual o presidente da Casa remete novamente às respostas que foram dadas em face da pressão popular.

A publicação, aliás, é toda pontuada pela ideia de que o Senado avançou na aproximação com a sociedade, inclusive antes dos protestos, e que tem adotado medidas para aumentar o rigor na aplicação dos recursos; tornar-se mais transparente e mais permeável à opinião pública.

Conforme Renan, mesmo os protestos contra ele, pessoalmente – considerados de menor monta – não foram adiante “em parte” pela resposta da Casa à vontade do povo. De todo modo, Renan afirma no Contas abertas que Junho permanece como um lembrete aos parlamentares para que mantenham os compromissos da representação: “O movimento, em intensidade e frequência, refluíu com o tempo mas as lições quando o povo saiu às ruas não podem ser esquecidas ou negligenciadas. A página ainda não foi virada porque a insatisfação que originou os protestos de 2013 continua e é latente”.

Ele tornaria a fazer esse tipo de advertência quando em fevereiro de 2015 anunciou uma nova rodada de votações de projetos de reforma política: “Ou nós reformamos a política ou todos seremos, literalmente, reformados”. Durante reuniões do Pacto Federativo, quatro meses depois, o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), recorreria da mesma forma à memória dos protestos como um aviso para que não se aumentassem os tributos das empresas de ônibus.³

Mesmo ancoradas em fatos, as advertências do presidente da Casa podem ser analisadas na perspectiva do mito político. Junho moveu muitas expectativas e mexeu com o imaginário de todos. Acabou ficando como uma marca, uma legenda, com diversas utilidades por diferentes atores. “(...) O mito é a força impulsionadora básica de qualquer grande movimento histórico (...)”, diz o marxista George Sorel, conforme Miguel (1998, p. 5). Processo semelhante parece ter se dado com os protestos de maio de 68, segundo Gohn (2008, p.1): “Na atualidade, quando se fala de Maio de 68 na academia e espaços culturais, logo se observa um misto de fervor, reverência e admiração. Ele entrou para a História como um momento mágico, que se transformou num mito, algo apologético por si próprio”.

A rigor, para comprovar o impacto dos protestos na atividade do Senado, bastaria o fato de que a Casa elaborou e votou a Pauta Prioritária. Um passo a mais seria o cotejo dos projetos com o leque de reivindicações para avaliar até que ponto a pauta refletiu as reais expectativas dos manifestantes e da parcela da população que os apoiava.⁴ Aqui apresentaremos o quadro com as votações, a situação dos projetos e sua classificação segundo objetivos universais ou setoriais e faremos comentários a respeito de algumas matérias.

Com a ajuda do quadro II, podemos observar que, quanto à maior parte dos itens acima, o Senado buscou uma sintonia com o que se desprendia dos protestos e publicações nas redes sociais. Até onde se apurou, entretanto, não foram feitos debates aprofundados e direcionados especificamente à elaboração de uma pauta que levasse a um conjunto orgânico de mudanças constitucionais e legais e de políticas públicas, em consonância com o que recomenda o técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Renato Balbim. Parte das matérias ainda tramita na Casa e parte na Câmara dos Deputados.

É preciso observar que, no caso do voto aberto, por exemplo, a decisão final ficou aquém do que pediam as ruas: um claro ‘não’ ao voto secreto em qualquer instância e tipo de assunto.⁵ Embora houvesse uma grita, a maioria dos senadores argumentou que, para a segurança do representante, o melhor seria a votação permanecer secreta na maior parte das situações. Arguiu-se contra o voto aberto, por exemplo, a possibilidade de um procurador-geral da República ou um ministro do STF perseguir um senador que tivesse votado contra

sua indicação. Disse o senador Humberto Costa (PT-PE), na sessão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de 23/10/2013:

[...] Então, um Senador que dá um voto em discordância com a indicação de alguém para ocupar um cargo no Supremo ou para ocupar o cargo de procurador-geral da República [...] pode ser, mais tarde, atacado na sua independência por uma visão mesquinha que possa ter o procurador ou que possa ter um ministro do Supremo.

Costa aduziu a suas reflexões: “[...]Se não for o nome de um corrupto que esteja sendo votado aqui, o eleitor não tem uma razão tão importante para saber como alguém votou em relação a um procurador ou a um ministro do Supremo.” Raciocínios como esse foram contestados por Taques em sessão da mesma CCJ do dia 16/10/2013: “[...] Se houver perseguição do ministro do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República em relação a senador que contra ele votou, existem mecanismos nos Códigos de Processo Civil e Penal (impedimento, suspeição) para afastar esse ministro do julgamento.”

No caso de um novo regime tributário para os transportes públicos, o Reitup, que também não avançou, embora o objetivo formal seja a redução das passagens, com base na redução de tributos, há uma controvérsia: a desoneração historicamente tem beneficiado mais os empresários do que os passageiros.

Quadro 2 – Pauta Prioritária no Senado

Proposição	Tema	Aprovação no Senado	Amplitude (*)	Situação
PEC 57A/1999	Expropriação de terras onde for encontrado trabalho escravo	27/05/2014	Universal	Convertida na EC 81/2014
PEC 20/2013 e PEC 196/2012 (**)	Fim do voto secreto em processos de cassação de mandato	26/11/2013	Universal	Deram lugar à PEC 43/2013, convertida na EC 76/2013
PEC 123/2011	Isenta de tributos a produção audiovisual (PEC da Música)	24/09/2013	Setorial/corporativa	Convertida na EC 75/2013
PEC 82/2011	Dá à Defensoria Pública poderes para gerir seu orçamento		Universal	Convertida na EC 74/2013
PEC 10/2013	Extingue o foro privilegiado em crimes comuns		Universal	Na CCJ do Senado
PEC 34/2011	Cria carreira de estado do médico com dedicação exclusiva ao SUS	-	Universal	Na CCJ do Senado
PEC 36/2011	Cria serviço civil obrigatório para formados em medicina	-	Setorial/estatal	Na CCJ do Senado. Foram baixadas MPs sobre o tema
PEC 26/2012	Assegura recursos mínimos para a segurança pública	-	Universal	Na CCJ do Senado

Proposição	Tema	Aprovação no Senado	Amplitude (*)	Situação
PEC 18/2013	Determina a perda imediata dos mandatos de parlamentares condenados por improbidade	11/09/2013	Universal	Na Câmara como PEC 313/2013
PEC 11/2003	Reduz o número de suplentes de senador e proíbe a eleição para o cargo de cônjuge ou parente	10/07/2013	Universal	Na Câmara como PEC 287/2013
PEC 53/2011 (incorporou a PEC 75/2011)	Possibilita a demissão de juízes e promotores condenados pela Justiça	06/08/2013	Universal	Na Câmara como PEC 291/2013
PEC 3/2011	Facilita o exercício da iniciativa popular	10/07/2013	Universal	Na Câmara como PEC 286/2013
PEC 6/2012	Ficha limpa para servidor público	02/07/2013	Universal	Na Câmara como PEC 284/2013
PEC 33/2013	Extingue o auxílio-reclusão		Universal	Arquivada ao final de 2014
PEC 60/2005	Obriga a aplicação de verbas na segurança pública		Universal	Arquivada ao final de 2014
PLC 103/2012	Estabelece as metas do Plano Nacional de Educação de 2011 a 2020	17/12/2013	Universal	Convertido na Lei 13.005/2014
PLC 46/2013	Reduz a zero PIS/Pasep e Cofins sobre as receitas do transporte coletivo municipal	21/08/2013	Setorial/corporativo/estatal	Convertido na Lei 12.860/2013
PLC 41/2013	Destina os royalties do petróleo para educação e saúde	02/07/2013	Universal	Convertido na Lei 12.858/2013
PLC 11/2013	Cria o Sistema Nacional de Combate à Tortura	11/07/2013	Universal	Convertido na Lei 12.847/2013
PLS 150/2006	Define organização criminosa	11/07/2013	Universal	Convertido Lei 12.850/2013
PLS 240/2013	Muda o rateio de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE)	26/06/2013	Universal	Convertido na Lei 143/2013
PLS 129/2012	Altera a arrecadação de direitos autorais pelo Ecad	03/07/2013	Setorial/corporativa	Convertido na Lei 12.853/2013
PLC 39/2013	Responsabiliza as pessoas jurídicas por crimes de corrupção	04/07/2013	Universal	Convertido na Lei 12.846/2013
PLC 3/2013	Atendimento integral pelo SUS às mulheres vítimas de violência sexual	04/07/2013	Universal	Convertido na Lei 12.845/2013
PLC 98/2011 (***)	Estatuto da Juventude	16/04/2013, remetido à CD em 27/06/2013	Universal	Convertido na Lei 12.852/2013
SCD 268/2002	Regulamenta o Ato Médico	18/06/2013	Setorial/corporativa	Convertido na Lei 12.842/2013

Proposição	Tema	Aprovação no Senado	Amplitude (*)	Situação
MPV 609/2013 (PLV 15/2013)	Desonera a cesta básica e reduz a tarifa de energia elétrica	18/06/2013	Universal	Convertido na Lei 12.839/2013
PLS 352/2012	Inclui tratamentos entre as coberturas obrigatórias dos planos de saúde	22/10/2013	Setorial/ social	Convertido na Lei 12.880/2013
MP 621/2013 (PLV 26/2013)	Institui o Programa Mais Médicos	16/10/2013	Universal	Convertida na Lei 12.871/2013
PLC 83/2011	Regulamenta a profissão de vaqueiro	24/09/2013	Setorial/ corporativa	Convertido na Lei 12.870/2013
PLS 6/2003, na forma do SCD 4/2015	Cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência	10/06/2015	Universal	Convertido na Lei 13.146/2015
PLS 224/2013 (PLP 302/2013 na Câmara)	Regulamenta a Emenda Constitucional 72, que estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais	11/07/2013 06/05/2015 (final)	Setorial/ social	Convertido na Lei 150/2015
PLC 83/2007	Anistia funcionários dos Correios punidos por participação em movimentos de greve. Enviado a sanção	10/07/2013	Setorial/ corporativo	Vetado pela Presidência da República
PLC 51/2013	Anistia policiais e bombeiros militares punidos por infração ao Código Penal Militar, por participarem de movimentos e reivindicatórios. Enviado a sanção	10/07/2013	Setorial/ corporativo	Convertido na Lei 12.848/2013
PLV 17/2013	Renegocia dívidas agrícolas e autoriza transmissão das permissões para taxistas	11/07/2013	Setorial/ corporativa	Convertido na Lei 12.844/2013
PL 7.672/2010, (PLC) 58/2014 na Câmara	Proíbe maus tratos em crianças por parte de pais ou responsáveis	04/06/2014	Universal	Convertido na Lei 13.010/2014
PL 5.403/2011	Cria o Marco Civil da Internet	22/04/2014	Universal	Convertido na Lei 12.965/2014
PLS 86/2013	Zera o PIS/Pasep de estados e municípios		Setorial/ estatal	Aguarda votação para tramitação conjunta
PLS 248/2013	Institui o passe livre para estudantes de todo o país		Setorial/ social	Na CCJ do Senado
PLC 37/2013	Muda normas do Sistema Nacional de Políticas Públicas		Setorial/ estatal	Na comissão de Educação (CE) do Senado
PLS 204/2011	Torna a corrupção crime hediondo		Universal	Na Câmara como PL 5.900/2013
PLS 105/2011	Estende o Regime tributário do Simples para advogados		Setorial/ corporativa/ estatal	Na Câmara como PLP 295/2013

Proposição	Tema	Aprovação no Senado	Amplitude (*)	Situação
PLS 439/1999	Estabelece normas básicas de proteção e defesa do usuário dos serviços públicos		Universal	Na Câmara como PLC 6.953/2002
PLS 764/2011	Estabelece regras para impulsionar zonas de exportação (ZPEs)	09/07/2013	Setorial/ corporativa/ estatal	Na Câmara como PL 5957/2013
PLS 11/2011	Concede benefícios trabalhistas a portadores de hepatite B e C.	01/08/2013	Setorial/ social	Na Câmara como PL 6041/2013
PLS 269/2003	Cria o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos		Universal	Na Câmara como PL 3.503/2004
PLC 310/2009 (substitutivo)	Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup)		Setorial/ corporativa/ estatal	Na Câmara como PL 1.927-C/2003
PLC 89/2007 (Complementar)	Estabelece os montantes mínimos de recursos a serem aplicados em programas na área da saúde		Universal	Arquivado ao final de 2014
PLC 38/2012	Diminui benefícios para quem comete homicídio		Estatal	Arquivado ao final de 2014
PRS 47/2013	Amplia as oportunidades de participação Popular no processo legislativo		Universal	Convertido na Resolução do Senado Federal (RSF) 26/2013
PRS 5/2012	Institui a Ficha Limpa no âmbito do Senado para cargos de confiança ou comissionados		Estatal	Convertido na Resolução do Senado Federal (RSF) 35/2013
PRN 2/2013	Dá 30 dias para exame de vetos presidenciais	11/07/2013	Estatal	Convertido na Resolução do Congresso Nacional (RCN) 01/2013

Fonte: Portal de Notícias do Senado; Secretaria Geral da Mesa (SGM) do Senado Federal e Portal do PMDB

Obs.: Não há como fixar com rigidez os limites da chamada Pauta Prioritária. À lista inicial foram sendo acrescentadas outras proposições e algumas, mesmo não constando oficialmente de nenhuma lista, foram aprovadas beneficiando-se de uma atmosfera francamente favorável a assuntos de repercussão, como no caso dos direitos autorais, e incluídas mais tarde em balanços de realizações. A PEC nº 37/2011, que limitava o papel de investigação do Ministério Público, não chegou a vir para o Senado, pois foi rejeitada pela Câmara em 25 de junho de 2013, mas era evidente que não receberia aprovação, como anunciaram vários senadores.

(*) Formulação própria a partir das classificações de Gomes (2011, p. 33 e 42) para esfera civil e corporações sociais e as de Amorim e Santos (2003) sobre abrangência da atuação parlamentar no Brasil, notadamente no que diz respeito às “questões tópicas de política social de abrangência nacional” (p.676).

(*) As duas PECs aparecem em versões distintas da Pauta Prioritária, sendo que, em um balanço de 12/07/2013, o Presidente do Senado informa ter pedido à Câmara a votação da 196/2012, numeração dada naquela Casa à PEC 86/2007, enviada pelo Senado. A Câmara acabou votando a PEC 349/2001, que no Senado recebeu o número 43/2013. É de se notar que esse sistema de numeração é por demais complexo e prejudica o acompanhamento das matérias legislativas pelos cidadãos. Configura, portanto, um ponto negativo da representação política no Brasil.

(**) A aprovação do Estatuto da Juventude deu-se em abril, mas a matéria ainda estava no Senado, por força da apresentação de requerimentos que contestavam pontos de votação, quando as manifestações eclodiram. No dia 27 de junho, a Presidência anunciou ao Plenário o deferimento de solicitação encaminhada à Mesa pelos Senadores Ciro Nogueira (PP-PI) e Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), na qual desistiam de recurso ao despacho de Renan sobre a questão.

Tabela 1 – Pauta Prioritária – situação

Proposições	Aprovadas e enviadas a sanção (*)	Tramitando no Senado	Tramitando na Câmara	Arquivadas	Total
PECs	4	4	5	2	5
Projetos de lei	22	3	7	2	4
Projetos de Resolução SF	2	-	-	-	
Projetos de Resolução do CN	1	-	-	-	
Total	29	7	12	4	2
% Total	56	13,5	23	7,7	00%

(*) O PLC 83/2007 foi totalmente vetado pela PR.

Notas

1. Estiveram presentes aliados do governo e senadores da oposição: Eduardo Braga (PMDB-AM), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Aécio Neves (PSDB-MG), Pedro Taques (PDT-MT), Cristovam Buarque (PDT-DF), Acir Gurgacz (PDT-RO), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), José Pimentel (PT-CE), Pedro Simon (PMDB-RS), Vital do Rêgo (PMDB-PB), José Agripino (DEM-RN), Gim (PTB-DF), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Romero Jucá (PMDB-RR), Wellington Dias (PT-PI), Jorge Viana (PT-AC), Walter Pinheiro (PT-BA) e Alfredo Nascimento (PR-AM).

2. O deputado Marco Feliciano (PSC-SP), então presidente da comissão de Direitos Humanos, que apoiou a aprovação da matéria naquele colegiado foi uma das figuras mais execradas durante as manifestações.

3. Sobre a reforma política, até o momento o Congresso não dá mostras de que vai acabar com as doações de empresas a campanhas políticas. Pesquisa feita pelo Instituto Datafolha em divulgada em 6 de julho de 2015 mostrava que 74% dos brasileiros eram contra o financiamento de campanha por empresas privadas. Outros 16% eram a favor e 10% não sabiam. Segundo o mesmo levantamento, 79% dos entrevistados acreditavam que as doações de empresas estimulavam a corrupção. A pesquisa foi encomendada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), defensora do fim do financiamento empresarial.

4. A assunção da tarefa de atender à vontade popular é levantada no clássico de Schumpeter (1961[1949]). Em sociedades complexas, argumenta o economista, há dificuldade para se captar a “vontade geral”, pilar da filosofia política de Rousseau: “Não há, para começar, um bem comum inequivocamente determinado que o povo aceite ou que possa aceitar por força de argumentação racional. Não se deve isso primariamente ao fato de que as pessoas podem desejar outras coisas que não o bem comum, mas pela razão muito mais fundamental de que, para diferentes indivíduos e grupos, o bem comum provavelmente significará coisas muito diversas” (p.306-307). É claro que de 1949, quando o texto foi escrito, para os dias atuais, houve um grande avanço de meios tecnológicos que poderiam ser úteis na captura das opiniões, mas nesses 66 anos também houve uma sensível *complexificação* da realidade.

5. Esse foi inclusive o posicionamento do relator, senador Sérgio Souza (PMDB-PR), que fez declaração de voto quando do exame final da matéria em 26/11/2013: “Esse é um dos assuntos, talvez, dos mais polêmicos que enfrento aqui no Senado Federal (...). Apresentei um relatório pelo voto aberto em todas as circunstâncias e tenho mantido a minha coerência nesse sentido (...)”.

4. Plano Institucional – A interlocução com a sociedade

*“Isso de a gente querer ser exatamente o que a gente é,
ainda vai nos levar além.”*

Paulo Leminski

A face menos visível do impacto das manifestações de junho no Senado é a do Plano Institucional, mas este também foi afetado, como procuraremos demonstrar. Ocorre que, institucionalmente, o Senado já vinha sofrendo mudanças desde pelo menos meados dos anos 90, conforme dissemos na Introdução. Junho encontrou a casa com uma estrutura que nos permite supor uma razoável porosidade à opinião pública.

Não é o objetivo deste trabalho aplicar modelos para avaliar o grau dessa porosidade e verificar, por exemplo, o aproveitamento de sugestões e críticas dos cidadãos quanto a matérias legislativas e medidas na área da administração da Casa. Isso demandaria uma pesquisa com propósito específico e um aprofundamento maior do que o recomendado a esta monografia, que tem como meta mostrar o quanto o Senado foi afetado de uma maneira geral pelas manifestações de 2013.

Segundo nos informam Mahoney e Thellen (2010), as investigações das linhas de pesquisa institucionalistas têm frequentemente se centrado nos episódios de ruptura provocados por forças externas para explicar as mudanças nas instituições quando, muito antes desses processos dramáticos, uma série de outros, de caráter endógeno, estariam provocando importantes transformações graduais com a quebra de normas, procedimentos e até de paradigmas. Os dois estudiosos observam que os fatores endógenos nunca se apresentam totalmente separados dos fatores exógenos.

Ainda assim, a título de análise complementar às dos planos discursivo e deliberativo, vamos recordar aqui brevemente algumas passagens da história recente do Senado e fatos relativos às manifestações de Junho, de modo a separarmos, tanto quanto possível, o que já vinha mudando do que mudou por conta dos protestos.

É do conhecimento de todos as importantes mudanças graduais desde meados dos anos 90, quando foi criado o sistema de comunicação da Casa, hoje integrado por uma agência de notícias, um jornal, uma emissora de rádio, uma emissora de televisão e um serviço de relações públicas. A criação desse aparato, mais o canal de comunicação direta com os cidadãos Alô Senado foi justificada pelo presidente da Casa que assumiu em 1995, José Sarney (PMDB-AP), como uma reafirmação do papel do Parlamento numa quadra em

que a sociedade política se tornava mais plural e participativa e a mídia se modernizava e ganhava poder.¹

Essa foi uma mudança do tipo endógena, embora inspirada por realidade externa. A partir de 2009, a Casa experimentaria outra série de mudanças como resposta às demandas explosivas por maior transparência quando da explicitação de um conjunto de decisões administrativas questionadas pela imprensa. Não estamos aqui fazendo qualquer juízo de valor acerca dos referidos atos. O que importa é verificar que a atuação do Senado foi questionada pela sociedade e que isso trouxe impactos imediatos e graduais para a Casa em termos de sua administração e da comunicação com os cidadãos.

Dois anos depois, em 20 de dezembro de 2011, foram criados, por meio do Ato nº 3 da Mesa, o programa e o portal e-Cidadania, que abrigam um leque amplo de diretrizes para a integração do Senado com a sociedade, por meio de sugestões de projetos de lei, sugestões a projetos e por meio da fiscalização dos atos de gestão da Casa. De lá para cá, o e-Cidadania vem sendo constantemente atualizado, o que combina com algumas das afirmações de Mahoney e Thellen.

Em contraste com o plano deliberativo, as mudanças no plano institucional são mais sutis, embora mais duradouras que no plano discursivo e no plano deliberativo, esferas particularmente sujeitas às pressões de curto prazo e ao dinamismo do jogo político. As recorrentes interpretações do Regimento Interno por parte de diferentes forças políticas são um exemplo do que foi dito acima.

No plano institucional, via de regra, as transformações no Senado têm sido formalizadas em normativos e passam por acompanhamento sistemático, ao passo que nos planos discursivo e deliberativo o que determina a atuação é, de um lado, a busca da formação de maiorias, da obtenção de acordos e de incentivos à disciplina partidária. De outro, destacam-se os custos de transação, que geram impasses e até crises.²

É preciso não confundir o que aqui se nomeia plano institucional com a institucionalização de procedimentos no campo da atividade legislativa tradicional (debates e votações), ainda que as duas esferas se comuniquem. Tsebelis (1998, p. 107, apud LUZ, 2009, p.40-41) faz menção a arranjos institucionais que facilitem a comunicação entre representantes e representados e o monitoramento do trabalho dos primeiros pelos últimos. Diz Luz: “Conforme observado por Anastasia (2001, p. 39), é preciso ‘institucionalizar procedimentos que vinculem *principals* e agentes na arena parlamentar [...] para, combinadamente com as eleições, ampliar os graus de *responsiveness* e de *accountability* da ordem democrática.’”.

Um efeito significativo das manifestações de junho de 2013 no Plano Institucional foram as providências constantes da publicação Contas Abertas, Relatório de Gestão 2013-2014. Ali se mencionam uma série de medidas adotadas pela Mesa para atender as exigências da sociedade com relação ao uso adequado dos recursos públicos, como racionalização dos gastos da Casa e o corte de salários acima do teto constitucional. Estão listadas igualmente no documento decisões para aprimorar a transparência dos atos administrativos e ampliar e facilitar a possibilidade de os cidadão participarem dos debates em torno dos projetos e propostas em tramitação.

O senador Renan Calheiros trata no balanço do uso de aviões da Força Aérea Brasileira para dois deslocamentos, os quais ele considerou amparados na prerrogativa que o presidente do Poder Legislativo tem de requisitar aeronaves oficiais. As viagens foram noticiadas pela imprensa e integraram o repertório de manifestações presenciais e virtuais registradas em 2013.

“Em nome da transparência, mesmo enfrentando suas contradições rotineiras, “recolhi preventivamente aos cofres públicos os valores relativos ao custo das viagens”, ainda que “diante de interpretações jurídicas conflitantes”. E para o que tange mais diretamente aos objetivos deste trabalho – a avaliação do impacto das manifestações no papel dos representantes – explica a publicação oficial da Presidência do Senado:

Não estava mais em discussão a legalidade da prerrogativa, mas sua aceitabilidade. Prerrogativas não são eternas e podem ser revistas, a qualquer instante, por diplomas legais ou *revogadas pela sociedade* (grifo nosso). Por isso, buscando a completa luminosidade, avançamos ainda mais para demonstrar que não tínhamos nada a esconder.

Não obstante essas evidências de que o fator exógeno Manifestações de Junho impactou os procedimentos e o arcabouço institucional da Casa, em contato com Caio Magri, representante do Instituto Ethos no Conselho de Transparência do Senado, nos foi dito que, do ponto de vista da transparência, as manifestações de junho não haviam tido grande impacto, uma vez que a lei de acesso à informação já estava em vigor e as organizações não governamentais já vinham atuando no sentido de que a Casa desse efetividade àquela norma.

Magri lembrou também que o Conselho de Transparência havia sido criado em fevereiro de 2013, quatro meses, portanto, antes dos protestos começarem. Para Magri, as “pautas da transparência” não foram modificadas a partir de junho. O que houve foi pressão sobre o Congresso para fazer andar a lei anticorrupção (Zaratin 12.846/29.6.2014), que a CGU chama de “Lei da empresa limpa”. “Não vi em Junho reivindicações claras sobre

transparência, mas sim de um diálogo maior com os governos com vistas a uma agenda do controle social [das políticas públicas]”, disse Magri.

Buscamos também uma avaliação dos avanços no plano institucional com aquele que provocou um dos debates mais polêmicos do Senado nos últimos tempos: a legalização da maconha. A discussão foi feita por meio do mecanismo conhecido como Ideia Legislativa, que permite a sugestões dos cidadãos irem a debate na Casa, podendo mesmo serem transformadas em projeto de lei, desde que obtenham 20 mil apoios registrados eletronicamente no portal e-Cidadania.

“As manifestações de junho de 2013 não influenciaram diretamente [na decisão de apresentar a sugestão legislativa], tal como as Marchas da Maconha. Acompanhei as passeatas de junho de 2013, assim como seus desdobramentos no Rio de Janeiro” (...). As manifestações de junho, num nível mais federal, mostraram que a sociedade não se sentia representada pelos políticos eleitos, assim como [estava] descontente com o sistema político vigente”, nos disse André Kiepper numa consulta por e-mail.

Ele conta que em dezembro de 2013, quando se preparava para uma seleção de mestrado em Saúde Pública sobre a regulação da maconha medicinal, além de seus impactos sobre a saúde coletiva, começou a pesquisar modelos de regulação. No site do Senado, buscou acompanhar a tramitação do PLC 37/2013, que naquela época era o único projeto de lei sobre política de drogas. “Em um desses acessos, vi um banner do Portal e-Cidadania. Acessei o portal, pesquisei as propostas já apresentadas, e não havia nenhuma sobre maconha” recorda Kiepper. Como o tema estava ganhando força por causa da aprovação da lei de maconha, no Uruguai, e da “rápida evolução da aprovação de referendos sobre maconha medicinal, nos EUA”, o pesquisador entendeu que o cenário internacional tornava cada vez mais propícia a abordagem da legalização da maconha no Brasil, mas nenhum parlamentar tomava a iniciativa de apresentar um projeto de lei, “talvez pelo receio do estigma”.

Esse relato parece conduzir a uma inversão na análise sobre Junho, que até aqui tem tentado ver aquelas mobilizações como um fenômeno indutor de mudanças, quando poderão ter sido apenas um momento de explosão num processo de transformações que vinha maturando, e ao qual o Senado, como instituição, já respondia em alguma medida, a ponto de oferecer à sociedade instrumentos como o da ideia legislativa.

Sem embargo, é preciso registrar que Junho de fato contribuiu para uma inflexão na linha evolutiva do Plano Institucional. Ou não é significativo que, em 26 de novembro do mesmo ano, a Ouvidoria do Senado tenha realizado uma videoconferência com representantes de 12 estados para debater justamente o papel destas instituições diante da pressão por maior

participação popular? A ouvidora, senadora Lúcia Vânia, disse na ocasião, especificamente, que as respostas às manifestações tinham que ser dadas “sem burocracia, buscando uma nova forma destes canais se inteirarem com a sociedade”.

Notas

1. Disse Sarney no seu discurso de posse: “Como reação, e na esteira dos novos tempos, criou-se no Brasil, não somente instituições formais democráticas, mas uma sociedade e uma democracia participativa e virtual que se derrama num sistema de capilaridade em todo o tecido social (...). (...) Os meios de comunicação de massa tomaram um espaço dominante e passaram a ser intermediadores entre o povo e o poder político. É necessário, neste instante de transformações históricas, salvar o parlamento do desprestígio, recolocá-lo perante a nação no seu intocável lugar de cúpula do sistema democrático, sendo para o povo o seu grande instrumento de igualdade, onde todos passam a questionar os governos, fiscalizá-los, acompanhá-los”.
2. A propósito desse ponto, o Brasil está passando justamente por um momento em que se rediscutem uma série de pontos de vista relativos a padrões de comportamento parlamentar, especialmente aqueles que tocam as relações entre o Legislativo e o Executivo e a governabilidade. Entre os estudos mais importantes sobre esse tema estão Abranches (1988) e Limongi (2006).

5. Conclusão

Para traçarmos as nossas considerações finais, vamos retomar as hipóteses apresentadas na Introdução a este trabalho:

- i) As manifestações tiveram um impacto direto forte na postura do Senado frente à opinião pública, impacto que foi cedendo ao longo dos meses seguintes aos protestos, voltando a Casa ao padrão anterior em termos de votações e mobilizações.
- ii) A evolução dos mecanismos institucionais de contato do Senado com a sociedade foi mais significativa nos meses que se seguiram às manifestações do que as mudanças no comportamento dos parlamentares do ponto de vista da votação de projetos.

Por tudo o que foi descrito e comentado, é possível afirmar que a primeira hipótese restou confirmada, em sua primeira parte, já que, do ponto de vista do discurso e da votação de matérias, o Senado sofreu um forte impacto com as manifestações. Por meio do levantamento dos discursos¹ e a verificação do seu conteúdo, extraímos a constatação de que os senadores não só reconheceram a legitimidade dos protestos como fizeram uma autocrítica sobre seu desempenho, o que equivale a dizer que corroboraram a afirmação das ruas de que havia falhas significativas na representação.

Procedemos, igualmente, ao levantamento das listas de projetos e de balanços de votações da chamada Pauta Prioritária. Constatamos que foi elaborada a partir da necessidade de resposta às ruas veiculada em pronunciamentos de diversos senadores e em nota oficial do presidente da Casa. E que contou com o apoio dos integrantes do Senado. Estes não só participaram de reuniões para montagem da pauta, como sugeriram proposições *a posteriori* e votaram as matérias. Restam 13,5% em tramitação na Casa. A taxa de sucesso (aprovação e envio à sanção) é de 56%.

A segunda parte da hipótese foi comprovada parcialmente, já que o ímpeto inicial cedeu espaço ao dinamismo do quadro político, na medida em que as manifestações amainaram. Não se deve ignorar o fato de que as proposições que tratavam diretamente do transporte público (o Reitup e o passe livre) continuam pendentes de aprovação.

Não encontramos, porém, uma metodologia adequada para fazer uma ponte entre a pauta de junho e pautas posteriores, estabelecendo um vínculo claro entre a disposição para deliberações decorrentes das pressões geradas pelos protestos e a disposição para votações em bloco ou isoladas a partir do início de 2014, nada obstante as frequentes declarações do presidente da Casa de que o Senado busca frequentemente uma sintonia fina com a sociedade.

Não é menoscabo ao grande número de projetos aprovados – medida de produtividade mais prestigiada pelos parlamentares e pela imprensa. A questão é que não se encontrou umnexo causal, mas apenas uma relação indireta entre as votações de 2014/2015 extra Pauta Prioritária e a energia política lançada pelas ruas ao Senado. Junho ficou, é certo, como uma marca sempre lembrada, conforme também o que relatamos de forma documental no capítulo do Plano Institucional, e isso deve fazer alguma diferença, mas difícil de ser medida.

A saída para obtermos indicadores objetivos da continuidade ou não de uma estreita vinculação do Senado com ‘as ruas’ foi procurarmos ir além da esfera das declarações e encontrarmos fatos que pudessem oferecer um contraponto a qualquer visão que, por mais bem intencionada, pudesse não corresponder à realidade. Um desses fatos têm necessariamente a ver com a situação dos transportes coletivos urbanos, estopim para o início das manifestações; os outros têm relação com aspectos estruturais da representação.

No que se refere à situação do transporte coletivo, em razão da falta de decisões do Congresso (e também de governos estaduais e municipais) o quadro permanece, na essência, o mesmo de 2013. Cálculos noticiados pelo jornal O Globo mostram que, ao final de 2014, as vantagens acumuladas em 20 anos pelo transporte individual sobre o coletivo não haviam desaparecido, a despeito das manifestações de junho e das iniciativas de congressistas para reverter esse quadro:

A política do governo de segurar o preço da gasolina para controlar a inflação, aliada aos incentivos fiscais para a indústria automobilística, criou uma perversa distorção nos custos do transporte no Brasil. Deslocar-se por automóvel ficou proporcionalmente mais barato do que usar ônibus, metrô, trem ou barcas nas grandes capitais brasileiras nos últimos anos. Enquanto as tarifas de transporte coletivo subiram 685% desde a estabilização da moeda [Plano Real], abastecer o carro com gasolina ou álcool ficou 423% mais caro — uma alta bem menor, mostram os números do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE.

Num intervalo de tempo até mais ilustrativo para os fins desta pesquisa, janeiro de 2002 a abril de 2015, levantamento do Ipea igualmente mostra que as tarifas de ônibus avançaram 174,9%; os metrôs tiveram alta de 128,15%; o preço dos carros novos subiu apenas 18,6% e a gasolina; 88,9%.

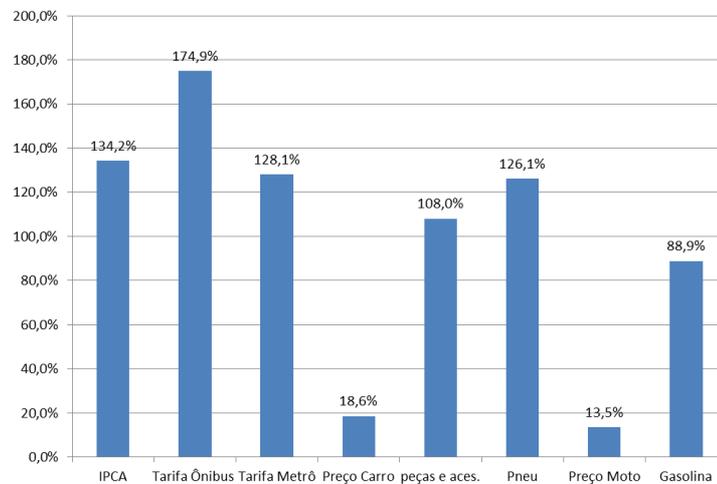
Nesse período o IPCA cresceu 134,2%. As tarifas de ônibus e metrôs chegaram até a levar certa vantagem em relação à inflação entre janeiro de 2012 e março de 2014, justamente o período em que houve postergação ou recuo de aumentos, alguns em função das manifestações, mas de abril de 2014 a abril de 2015 essa vantagem desapareceu, segundo os

números coletados e tabulados pelo economista do Ipea Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho (ver tabela e gráficos abaixo).

Tabela 2 – Variação tarifas e insumos de transporte – Brasil – jan/2002 a abr/2015

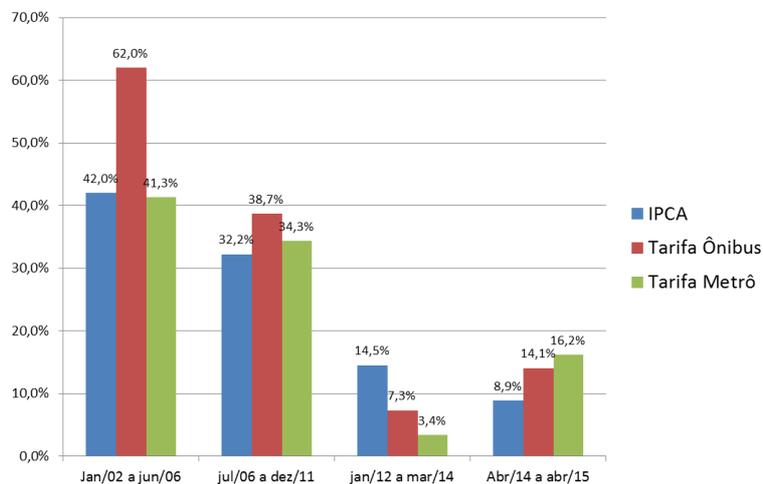
Item	Variação (%)
IPCA	134,2
Tarifa ônibus	174,9
Tarifa metrô	128,1
Preço carro	18,6
Peças e acessórios	108,0
Pneus	126,1
Preço moto	13,5
Gasolina	88,9

Gráfico 1 – Variação de tarifas e insumos de transporte – Brasil – jan/2002 a abr/2015)



Fonte: Ipea

Gráfico 2 – Variação de tarifas de ônibus e metrô sobre inflação (Brasil – jan/2002 a abr/2015)



Fonte: Ipea

No que se refere à representação, a despeito da produção legislativa, buscamos votações ou encaminhamentos que pudessem revelar uma mudança substancial na atitude da classe política frente a demandas não setoriais, mas que tivessem uma relação estrutural com a representação, o fator do qual, acreditamos, derivam os demais, e que determina a sustentabilidade ou não da administração macroeconômica e das políticas públicas. Apoiamos essa nossa escolha no fato de que as fragilidades da representação, relacionadas por vários críticos, inclusive dentro do Parlamento, ao trânsito de recursos entre empresas, partidos e candidatos, têm gerado desequilíbrios capazes de desestabilizar a economia, inclusive no plano internacional, e engendrar sérias crises políticas com reflexos nas relações institucionais entre os Poderes.

No terreno da aprovação de leis, algumas bandeiras dos manifestantes têm sido esquecidas. É o que afirma, por exemplo, o senador João Capiberibe.

Em 23 de março de 2015, o parlamentar amapaense subiu à tribuna para expressar uma censura ácida ao sistema político-partidário brasileiro, ao governo, ao Congresso e fazer uma avaliação negativa dos resultados das manifestações de junho. O mote do discurso foi o aumento do Fundo Partidário, que tivera a dotação inicial triplicada – de R\$ 289,6 milhões para R\$ 867,6 milhões, um acréscimo de R\$ 578 milhões. Capiberibe classificou o aumento de “escândalo”, “principalmente em função de o Governo Federal estar literalmente quebrado” e pediu que Dilma vetasse esse ponto da lei orçamentária. O senador previu que, para direcionar aquele dinheiro a mais para os partidos, o governo teria de cortar gastos correntes: “certamente, vai fazer falta à educação, à saúde”, previu Capiberibe. E concluiu: “Este Parlamento, infelizmente, está desconectado da sociedade. Faz ouvidos moucos à voz rouca das ruas. Aprovamos o aumento do Fundo em benefício próprio e empurramos a conta para o povo pagar.”

As contradições envolvendo esse item da Lei Orçamentária Anual (LOA) (Lei 13.115/2015) podem ser colhidas no noticiário. Segundo a Agência Câmara, o aumento ocorria num momento de ajuste fiscal, em função do qual o governo se esforçava para conseguir R\$ 60,6 bilhões, inclusive com mudanças nas regras do seguro-desemprego (R\$ 18 bilhões). “Para o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, a reação contrária ao aumento do fundo partidário sinaliza a posição da sociedade contra o financiamento público exclusivo de campanha”, diz a matéria da Agência de 22/04/2015.

No mesmo dia, Portal de Notícias do Senado publicaria a opinião de Renan em texto: “O presidente do Senado, Renan Calheiros, avaliou que a presidente Dilma Rousseff errou duplamente ao sancionar o aumento do fundo (...) e ao mesmo tempo anunciar que os recursos

poderão ser contingenciados”. Em vídeo do mesmo dia, Renan avalia que o Congresso não deveria ter aprovado a mudança na proposta original do governo, tachada por ele de “absurda e contraditória”, em face do ajuste fiscal”. Ao final declarou: “essas trapalhadas prejudicam muito o Brasil”.

Com certeza, fatos como esses contribuem para apreciações negativas por parte da opinião pública. Resultados de pesquisas aplicadas pelo DataSenado (ver Tabela II, abaixo) mostram que a opinião dos entrevistados sobre os senadores e o Senado pouco tem mudado. Já o Índice de Confiança Social (ICS) apurado pelo Ibope (Tabela VI) numa escala de 0 a 100 mostra o Senado com 36 em 2012; 29 em 2013; 35 em 2014 e 22 em 2015.

Tabela 3 – Qual sua opinião sobre a atuação do Senado Federal? (%)

	Jun/13	Dez/13	Jul/14	Dez/14
Ótima e boa	17	16	18	17
Regular	47	48	45	52
Ruim e péssima	36	35	37	31

Fonte: DataSenado
Período: 02/2015

No âmbito da representação, é preciso chamar a atenção, ainda, para o rumo que está sendo dado a projetos da reforma política que tratam do financiamento de campanhas eleitorais. Como já foi registrado em outro capítulo deste trabalho, a sociedade rejeita as doações de empresas a campanhas, por entender que amarram os eleitos a interesses empresariais. Até o momento, o que temos é a aprovação na Câmara da PEC 182/2007 (113/2015 no Senado) que proíbe doações empresariais a candidatos, mas permite o financiamento empresarial a partidos, respeitados alguns limites. Ainda há incerteza de que o Senado vá contrariar a decisão da Câmara. “[...] estamos aqui criando limite de doações e estamos criando limites de gastos de campanha [...] mantendo a lógica que veio da Câmara dos Deputados de que doações de empresas serão legais, mas só serão feitas a partidos políticos [...]”, disse o relator da matéria na Comissão Especial de Reforma Política do Senado, Romero Jucá, em reunião do dia 19/08/2015.

Com relação à segunda hipótese (que pressupõe como mais significativa a evolução dos mecanismos institucionais de contato do Senado com a sociedade do que as mudanças na atividade tipicamente legislativa), restou não comprovada. Encontramos impactos positivos² tanto na seara dos debates e votações quanto na esfera institucional, mas não pudemos estabelecer uma comparação objetiva.

Auscultamos fontes internas e externas para tentar avaliar o impacto das manifestações no plano institucional, mas restou controversa a afirmação de que a Casa tinha criado mais mecanismos de interação com a sociedade ou aprimorado os mecanismos existentes na área de transparência e sondagem da opinião pública em razão dos protestos. Nada obstante, e ponderada a influência de outros vetores de natureza política, colhemos em votações da Pauta Prioritária, atos e declarações elementos de que também aí houve impacto, mesmo que as manifestações de junho de 2013 possam ser consideradas um ponto fora da curva num processo contínuo de pressão popular e da imprensa, em retroalimentação, que data de 2009.

Como exemplos, podemos citar:

- i) A aprovação do PRS 47/2013, que amplia as oportunidades de participação popular no processo legislativo;
- ii) a aprovação do PRS 5/2012, que institui a Ficha Limpa no âmbito do Senado para cargos de confiança ou comissionados;
- iii) as diversas manifestações orais e por escrito do Presidente do Senado, inclusive no balanço Contas Abertas Biênio 2013/2014, afirmando a importância da transparência e da prestação de contas aos cidadãos pelos diversos canais institucionais, mencionando explicitamente as manifestações de junho;³
- iv) A decisão do Presidente do Senado de formalizar, em legislação, o papel das comissões como responsáveis pela avaliação de políticas públicas, com menção explícita às cobranças que a sociedade fez em 2013 sobre a melhoria dos serviços públicos.
- v) Diversas outras manifestações e medidas adotadas pelo Senado, como por exemplo, as instruções específicas da ouvidora da Casa em 2013, senadora Lúcia Vânia, para que as pressões da sociedade nortearassem o funcionamento da Ouvidoria.

Resta-nos cotejar os elementos que colhemos com os modelos de representação referidos por Daniela Archanjo, conforme o exposto na Introdução. Poder-se-ia dizer que, ao reagir aos protestos massivos e agressivos de junho de 2013, os parlamentares buscaram se posicionar de maneira estratégica frente a uma realidade nova, explosiva e de consequências até certo ponto imprevisíveis. Dificilmente se poderia dizer que os senadores agiram como delegados, a não ser do ponto de vista formal do discurso: porque a escolha da pauta prioritária limitou-se a uma eleição de itens que poderiam de alguma forma combinar-se às

bandeiras que vinham das ruas. O modelo por confiança também estaria fora de questão porque as ruas afirmaram em alto e bom som seu distanciamento dos políticos. Isso levou a um esforço dos parlamentares para entrarem em sintonia com os manifestantes, o que foi feito por meio da autocrítica e de deliberações. As pesquisas de opinião, porém, mostram que a sociedade continua arredia em relação ao Parlamento. E o modelo da representação como espelho carece das mesmas condições observadas por Archanjo quando da Discussão do divórcio: sub-representação de muitos grupos sociais e minorias (mulheres, negros, pobres)⁴ e eleições marcadas por mecanismos bastante criticados, como o do voto proporcional associado a coligações. Sobre este último ponto ver Ames (2003).

Diante do que se apurou, a conclusão é que Junho deixou uma marca no Senado e alterou o comportamento da Casa em diversos planos, mas podemos afirmar que a força daqueles protestos tem produzido resultados cada vez mais descontínuos. De qualquer forma, há como que um ganho cultural que pode ser detectado – até quando se observam movimentos de absorção da simbologia hostil dos protestos, cujo emblema maior é a foto da ocupação da cobertura do Congresso, hoje parte de publicações oficiais da Casa, como um sinal de abertura à sociedade.

Ainda que a intermitência das respostas à população possa sugerir que o Senado reincidiu nas falhas de representação que levaram aos protestos, é preciso ver a falta de conexão entre o Parlamento e o povo também como uma deficiência de participação política motivada por problemas de mobilização dos cidadãos.

O contingente que protestou em 2013 não logrou novas mobilizações, pelo menos de maior monta. Quanto aos manifestantes da linha do Vem pra Rua, ao término deste trabalho, estavam divididos entre os que apenas se batiam pela saída de Dilma e a derrocada do PT e uma pequena parcela que já sinalizava preocupações com mudanças mais amplas e profundas nas estruturas políticas do país.

Como resultado, o Brasil tem assistido ao protagonismo das forças políticas convencionais, o que lembra, em alguma medida, o quadro de divisão e imobilismo na base da sociedade mencionado no clássico de La Boétie, mas também nos remete à reflexão sobre a endógena aversão da sociedade brasileira, em todos os níveis, à ruptura, conforme nos explica Vianna (1996), quando fala em "revolução passiva" e "transformismo":

No Brasil nunca houve, de fato, uma revolução, e, no entanto, a propósito de tudo fala-se dela, como se a sua simples invocação viesse a emprestar animação a processos que seriam melhor designados de modo mais corriqueiro. Sobretudo, aqui, qualificam-se como revolução movimentos políticos que somente encontraram a sua razão de ser na firme intenção de evitá-la, e assim se fala em Revolução da Independência, Revolução de 1930, Revolução de 1964, todos acostumados a uma

linguagem de paradoxos em que a *conservação*, para bem cumprir o seu papel, necessita reivindicar o que deveria consistir no seu contrário — a revolução. Nessa dialética brasileira em que a tese parece estar sempre se autonomando como representação da antítese, evitar a revolução tem consistido, de algum modo, na sua realização.

Esse ponto de vista é confirmado por outro trecho do mesmo discurso de Sarney que abre este trabalho:

A fórmula da conciliação, que se encarnou em Tancredo Neves, tem raízes profundas em nossa História. Olhando para fora, foi por ela que soubemos conquistar, sem guerra, o enorme território além da linha de Tordesilhas, foi por ela que, depois, Rio Branco fixou nossas divisas. Tornamo-nos independentes em um só País, em um País continental, não no campo de batalha, mas no gesto do equilíbrio entre a força da continuidade monárquica e a força da democracia parlamentar. Foi a obra de José Bonifácio, de Antônio Carlos, e depois de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, e depois ainda de Afonso Arinos, Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, de tantos outros homens notáveis, que sobreviveu em liberdades que antecipavam o tempo. O Brasil fez com grandeza o longo caminho entre a formação dos direitos individuais, dos direitos sociais até chegar aos direitos difusos. Estabeleceu um regime de progresso e maturidade democrática. O Brasil construído no convívio viu surgir, no conflito mas também no amplo apoio da sociedade — e este é um ponto importante —, o sindicalismo moderno que se levantou em pleno regime militar”.⁵

Do temor à “política das multidões”, chega-se à “fórmula da conciliação”, um tipo de arranjo por meio do qual se tem buscado a sustentação de sucessivos governos, sem que o país experimente longos períodos de desenvolvimento mensurável por uma ampla gama de indicadores e relativamente imune a crises. Cabe perguntar do que se trata a “política das multidões”. O terror instaurado por Robespierre e os jacobinos da Montanha poderiam nos fornecer uma pista, mas trata-se de um momento singular, violento demais para que o pensemos como exemplo histórico, quando o que os *indignados* exigem é tão-somente uma participação efetiva no direcionamento de seus anseios. Nem as mais delirantes propostas de democracia direta poderiam nos levar a considerar de outra forma a natureza dos protestos por toda parte do globo. Se as multidões, que, em última instância, formam o contingente dos representados, querem passar do segundo ao primeiro plano da política, embora mantendo o sistema representativo, o que podem temer os representantes? Perder sua autonomia perante os representados? Na dúvida, evitemos julgamentos apressados. A própria realidade política, econômica e social do país, e a autocrítica recorrente no discurso parlamentar, já nos fornecem um conjunto de parâmetros para imaginar um novo paradigma de representação.

Notas

1. Diz KRISCHKE (2002): “O ponto aqui é que a mudança de valores políticos não pode ser inferida a partir de comportamentos e intenções declarados num contexto de resposta a questionários. (Habermas, 1990:104; Chilton, 1991: 80; Krischke, 2000). Há diferentes níveis e ritmos de mudança na vida social, política, cultural e pessoal. Todos eles interagem, mas cada um deles requer análise específica”.
2. Em 4 de dezembro de 2013, a professora de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ivana Bentes, uma referência dos coletivos de junho, revelou em audiência pública no Senado uma grande esperança na interação entre a Casa e a sociedade: "Estamos começando um movimento de ocupar o Congresso, que eu acho decisivo, porque acredito que todos se perguntam o que fazer depois que fomos para as ruas. Existe todo um discurso de horror à política, de horror ao Parlamento, de horror à política instituída, que só serve à direita, digamos assim. É claro que (...) existe, sim, uma crise de representação na velha política, mas, ao mesmo tempo, a quem interessa que nós nos afastemos desta Casa, que é o lugar por onde passam os poderes, o dinheiro e as decisões sobre as nossas próprias vidas?". Outro participante da audiência, o ativista digital e teórico Cláudio Prado, disse que “era importante borrar as fronteiras entre governo e sociedade civil”. Atualmente, Ivana Bentes ocupa o cargo de secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.
3. "O Senado foi considerada a instituição mais transparente entre os órgãos do Poder Legislativo, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Diz matéria publicada no Portal de Notícias em 17/11/2014: "A Casa atendeu 100% das demandas originadas com base na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).”
4. Atualmente, o Senado é composto de 68 senadores e 13 senadoras (16% do total). Sem entrar no mérito de questões de identidade étnica ou ponderações sobre efeitos de miscigenação, poderíamos dizer que só há dois senadores negros em exercício. Quanto a parlamentares de baixa renda no momento da eleição, inexistem.
5. VIEIRA (1998, p.15) menciona a incorporação de políticos e intelectuais de esquerda a iniciativas conservadoras do início da Nova República batizadas de “consenso”, “conciliação” e “pacto social”: “Como afirmou Florestan Fernandes, em artigo de 1985, esses intelectuais, “conformam-se aos papéis da ‘normalização institucional’, como cauda do movimento político conservador, cérebros do ‘mudancismo’ e mão civil da transição lenta e segura (...) (Fernandes, 1985)”.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, S. H. *Presidencialismo de Coalizão: o Dilema Institucional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Dados: Revista de Ciências Sociais. v. 31, n. 1, 1988. p. 5-38.
- AGRIPINO, J., Perfil pessoal. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/joseagripinomaia/videos/734207666677270/>. Acesso em 11/07/2015.
- ALOYSIO, F. Perfil biográfico. Disponível em: <http://www.aloysionunes.com/bio/>. Acesso em: 01/08/2015.
- AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Capítulos: 1, 2 e 7.
- ARCHANJO, D. R. *Representação política: um diálogo entre a prática e a teoria*. Curitiba: Revista de Sociologia e Política. V. 19, Nº 38: 65-83 FEV. 2011 <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a05.pdf>. Acesso em: 07/07/2015.
- Atlas Político. Disponível em: <http://www.atlaspolitico.com.br/perfil/1/846>. Acesso em: 01/08/2015.
- BALBIM, R. et al. *Transporte Integrado Social – uma proposta para o pacto da mobilidade urbana*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20633 . Acesso em 03/08/2015.
- BALBIM, R. Nota técnica, entrevista. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8DMqssDGuWQ> . Acesso em: 28/08/2015.
- BUARQUE, S. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 26ª edição.
- BRAZIL, L.G. *Do “conhece-te a ti mesmo” ao “torna-te o que tu és”: Nietzsche contra Sócrates em Ecce Homo*. Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche – 2º semestre de 2012 – Vol. 5 – nº 2 – pp. 30-45. Disponível em: <http://tragica.org/artigos/v5n2/brazil.pdf>. Acesso em: 04/08/2015.
- CAPIBERIBE, J. Portal Atividade Legislativa do Senado Federal. Brasília 23/03/2015. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao/disc/listaDisc.asp?s=041.1.55.O>. Acesso em: 28/07/2015.
- CARVALHO, C. *Infraestrutura Social e Urbana no Brasil, subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas - A mobilidade urbana no Brasil*. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110525_comunicadoipea94.pdf . Acesso em: 03/08/2015.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- Comissão de Constituição, Justiça e cidadania (CCJ) do Senado, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao/escriva/notas.asp?cr=2012> . Acesso em 23/08/2015.
- Comissão de Constituição, Justiça e cidadania (CCJ) do Senado, Brasília, 2013. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?17&codcol=34&data1=2013-10-16&data2=2013-10-16> . Acesso em 23/08/2015.
- Comissão Especial de Reforma Política do Senado, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao/escriva/notas.asp?cr=3767> . Acesso em 23/08/2015.
- Constituição Federal, título II, Capítulo I, art. V, Inciso XVI. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_07.05.2015/art_5_.shtm. Acesso em 03/08/2015.
- Convocação para Marcha do Vinagre. Facebook, 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/645805775444538/> . Acesso em: 22/08/2015.
- COPLAND, A. *Como ouvir e entender música*. Rio de Janeiro: Artenova. 1974.
- DFTV, Rede Globo, Brasília, 2015. Disponível em: <http://globotv.globo.com/rede-globo/bom-dia-df/v/jornalista-fala-sobre-os-lugares-favoritos-do-df/4111924/>. Acesso em: 04/08/2015.
- Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/apos-manifestacoes-dilma-promete-discutir-pacto-para-melhorar-servicos>. Acesso em: 31/07/2015.

- Fórum Senado Brasil 2012. Resumo. Biblioteca Digital do Senado, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242963>. Acesso em 04/05/2015.
- Fundo Partidário, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario>. Acesso em 28/07/2015.
- GOHN, M.G. *Maio de 1968 na França e a Teoria Social Contemporânea. Caxambu, 2008*. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2562&Itemid=230 . Acesso em: 10/08/2015.
- GOHN, Maria G. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GOMES, et al. *Internet e participação política no Brasil*. São Paulo: Sulina, 2011.
- HARVEY, D. *A liberdade da cidade*. In: MARICATO, E. (Org.). *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 27-34.
- HARVEY, D. et al. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2013.
- HIRSCHIMANN, A. O. *A retórica da intransigência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- INÁCIO, M., MENEGUIN, F. *Desempenho do Poder Legislativo: como avaliar?* Consultoria do Senado FEDERAL. Disponível em <https://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td155>. Acesso em 4/12/2014 e 01/08/2015.
- Índice de Confiança Social (ICS), Instituto Ibope, 2015. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Instituicoes-politicas-perdem-ainda-mais-a-confianca-dos-brasileiros.aspx> . Acesso em: 13/08/2015.
- Jornal El País-Brasil, São Paulo, 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/14/politica/1426368896_839232.html . Acesso em 07/8/2015.
- Jornal O Estado de S. Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/blogs/radar-da-propaganda/video-o-gigante-acordou-reedita-comercial-da-johnnie-walker/> . Acesso em 08/08/2015.
- Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/lideres-de-movimentos-causam-saia-justa-ao-pressionar-oposicao-para-se-posicionar-sobre-impeachment-15885431>. Acesso em 23/07/2015.
- Jornal O Globo, Rio de Janeiro, acervo. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/frases/e-para-abrir-mesmo-quem-quiser-que-nao-abra-eu-prendo-arrebento-nao-tenha-duvidas-9047371>. Acesso em 11/07/2015.
- Jornal SpressoSP, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://spressosp.com.br/2014/05/19/vladimir-safatle-eu-nao-desisti-candidatura-foi-abandonada/> . Acesso em: 21/08/2015.
- KAFKA, F. *O processo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2005.
- KRISCHKE, P. *A Condição Humana na Modernidade - Abordagens ao aprendizado político (e globalização na América Latina)*. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/download/2183/4418> . Acesso em 15/08/2015.
- LA BOÉTIE, E. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- LARA, Fernando. *Cidades na era Lula: o lento abandono dos processos participativos*. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742014000100011&lang=pt . Acesso em 7/12/2014.
- LIMONGI, F. *Presidencialismo e governo de coalizão*, in Avritzer, L. e Anastasia, F. (org.) Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- LUZ, R. B. *A Institucionalização da Câmara Legislativa do Distrito Federal*. 2009. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/192635/institucionalizacaoCLDF.pdf?sequence=4> . Acesso em 19/08/2015.
- MANIN, et al. *Eleições e Representação*. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a05n67.pdf> . Acesso em: 19/08/2015.
- MIGUEL, L. F. 2005. *Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política*. Revista de Sociologia Política, Curitiba, n. 25, p. 25-38, nov. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31109.pdf>. Acesso em: 21/08/2015.

- MIGUEL, L. F. *A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo*. Dados, v. 45, n. 3, p. 483-511, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a06v45n3.pdf>. Acesso em 21/08/2015.
- MIGUEL, L. F. *Em torno do conceito de mito*. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7165/1/ARTIGO_EmTornoConceitoMitoPolitico.pdf . Acesso em 10/08/2015.
- MIGUEL, L.F. *Violência e política*. IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – Anais. 2014. Disponível em: http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1401734678_ARQUIVO_1-Violenciapolitica.pdf . Acesso em 28/08/2015.
- O Cidadão e as Manifestações Populares, DataSenado, 2013. Disponível em: http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/release_pesquisa.asp?p=50 . Acesso em: 13/08/2015.
- O Cidadão e o Senado Federal, DataSenado, 02/2014. Disponível em: http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_cidadao_e_o_Senado_Federal_2014_1.pdf . Acesso em: 14/08/2015.
- O Cidadão e o Senado Federal, DataSenado, 02/2014. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/O%20cidad%C3%A3o%20e%20o%20Senado%20Federal%20v11%20-%20Dezembro%20de%202014.pdf> . Acesso em: 14/08/2015.
- Observatório da Sociedade Civil, 2014. Disponível em: <https://observatoriosc.wordpress.com/2014/09/29/movimentos-condenam-criminalizacao-da-luta-social-tema-ausente-das-campanhas/>. Acesso em: 29/08/2015.
- Ordem dos Advogados do Brasil, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.oab.org.br/noticia/28576/rejeicao-social-ao-financiamento-privado-nao-e-de-hoje-diz-oab?argumentoPesquisa=formsof%28inflectional,%20%22financiamento%22%29%20and%20formsof%28inflectional,%20%22campanhas%22%29> . Acesso em: 22/08/2015.
- Ouvidoria do Senado, Brasília, 2013. Disponível em: <https://www12.senado.gov.br/senado/ouvidoria/documentos/termo-de-posse-da-senadora-lucia-vania-no-cargo-de-ouvidora-geral-do-senado-federal>. Acesso em: 17/08/2015.
- PASSE LIVRE. *Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo*. In: MARICATO, E. (Org.). *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 13-18.
- PESCHANSKI, J.A. *O transporte público, uma utopia real*. In: MARICATO, E. (Org.). *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 59-63.
- Portal de Notícias da Câmara dos Deputados, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/450596-CAMARA-MANTEM-MANDATO-DO-DEPUTADO-NATAN-DONADON,-PRESO-HA-DOIS-MESES.html> . Acesso em 02/08/2015.
- Portal de Notícias da Câmara dos Deputados, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/456085-LEI-QUE-INIBE-CRIACAO-DE-PARTIDOS-E-SANCIONADA-SEM-VETOS.html> . Acesso em: 02/08/2015.
- Portal de Notícias da Câmara, Brasília, 2015. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/486334-DILMA-SANCIONA-ORCAMENTO-DE-2015-COM-AUMENTO-DO-FUNDO-PARTIDARIO-DE-R\\$-580-MI.html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/486334-DILMA-SANCIONA-ORCAMENTO-DE-2015-COM-AUMENTO-DO-FUNDO-PARTIDARIO-DE-R$-580-MI.html). Acesso em: 28.jul.2015.
- Portal de Notícias do Senado, 2014. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2014/11/17/fgv-aponta-senado-como-o-mais-transparente-do-poder-legislativo> . Acesso em 14/08/2015.
- Portal de Notícias do Senado, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2012/07/02/vladimir-safatle-2018os-partidos-perderam-a-funcao2019> . Acesso em: 03/08/2015.
- Portal de Notícias do Senado, Brasília, 2013, Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/06/06/recursos-para-criacao-de-novos-tribunais-e-objeto-de-polemica>. Acesso em 01/08/2015.

- Portal de Notícias do Senado, Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/04/17/comissoes-vao-selecionar-projetos-que-devem-ter-tramitacao-prioritaria-no-senado>. Acesso em 31/07/2015.
- Portal de Notícias do Senado, Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/06/25/para-taques-e-aecio-reforma-politica-deve-ser-feita-por-emenda-a-constituicao>. Acesso em 31/07/2015.
- Portal de Notícias do Senado, Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/08/28/renan-calheiros-fiscalizacao-de-programas-do-governo-fortalece-legislativo>. Acesso em: 06/08/2015.
- Portal de Notícias do Senado, Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/08/28/renan-vai-apresentar-projeto-que-institucionaliza-avaliacao-de-politicas-publicas-pelo-senado>. Acesso em: 06/08/2015.
- Portal de Notícias do Senado, Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/07/16/renan-as-manifestacoes-desenferrujaram-o-congresso> . Acesso em: 06/08/2015.
- Portal de Notícias do Senado, Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/07/17/senadores-esperam-manter-ritmo-intenso-no-2o-semester> . Acesso em: 06/08/2015.
- Portal de Notícias do Senado, Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/06/27/une-e-ubes-apresentam-pauta-de-reivindicacoes-ao-presidente-do-senado> . Acesso em: 07/08/2015.
- Portal de Notícias do Senado, Brasília, 2013. Disponível em:
<https://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/11/26/videoconferencia-discute-desafio-das-ouvidorias-diante-das-manifestacoes-populares> . Acesso em: 17/08/2015.
- Portal de Notícias do Senado, Brasília, 2015. Disponível em:
<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/23/capiberibe-pede-que-dilma-vete-aumento-no-fundo-partidario>. Acesso em: 28.jul.2015.
- Portal de Notícias do Senado, Brasília, 2015. Disponível em:
<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2015/04/22/renan-dilma-errou-duplamente-ao-sancionar-aumento-do-fundo-partidario> . Acesso em: 28/07/2015.
- Portal de Notícias do Senado, Brasília, 2015. Disponível em:
<http://www12.senado.gov.br/noticias/videos/2015/04/essas-trapalhadas-prejudicam-muito-o-brasil-diz-renan-sobre-o-fundo-partidario>. Acesso em: 28/07/2015.
- Portal de Notícias G1, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>. Acesso em: 31/07/2015.
- Portal de Notícias G1, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:
<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/juristas-questionam-proposta-de-constituente-para-reforma-politica.html>. Acesso em: 31/07/2015.
- Portal de Notícias G1, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>. Acesso em: 24/07/2015.
- Portal de notícias G1, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/dilma-fez-o-pior-diz-renan-sobre-aumento-do-fundo-partidario.html>. Acesso em: 28/07/2015.
- Portal do Senado Federal, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/ecidania/anexos/ato-3-de-2011-da-mesa-diretora> . Acesso em 17/08/2015.
- Portal do Senado Federal, Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao/disc/listaDisc.asp?s=098.3.54.O> . Aceso em: 16/08/2015
- Portal do Senado, Brasília, 2005. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=356830> . Acesso em: 16/08/2015
- Portal do Senado, Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao/disc/listaDisc.asp?s=094.3.54.O>. Acesso em: 01/08/2015.

- Portal do Senado, Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao/disc/listaDisc.asp?s=095.3.54.O> Acesso em: 25/07/2015.
- Portal do Senado, Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao/disc/listaDisc.asp?s=097.3.54.O> Acesso em: 26/07/2015.
- Portal do Senado, Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao/disc/listaDisc.asp?s=100.3.54.O> Acesso em: 24/07/2015.
- Portal do Senado, Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao/disc/listaDisc.asp?s=106.3.54.O> Acesso em: 07/08/2015.
- Portal do Senado, Ouvidoria, Brasília, 2013. Disponível em:
<https://www12.senado.gov.br/senado/ouvidoria/ultimas-noticia/lucia-vania-toma-posse-como-ouvidora-geral-do-senado>. Acesso em: 17/08/2015.
- Portal e-cidadania. Senado Federal, Brasília. Disponível em :
<http://www12.senado.gov.br/ecidadania/elegislacao> . Acesso em: 17/08/2015.
- REIS, M. *O gigante acordado – Manifestações, Ficha Limpa e reforma política*. Rio de Janeiro: LeYa, 2013.
- Renan Calheiros, página na internet, 2013. Disponível em: <http://www.renancalheiros.com.br/noticias/pauta-prioritaria-com-a-certeza-do-dever-cumprido.html> Acesso em: 06/08/2015.
- Revista Época, Rio de Janeiro, 2014. Disponível: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/07/aloysio-nunes-ferreira-bo-fracasso-de-dilma-uniu-o-psdb-e-oposicao.html>. Acesso em: 01/08/2015.
- Revista Exame, São Paulo 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/campanha-vem-para-rua-da-fiat-vira-hino-de-protesto> . Acesso em: 08/08/2015.
- SAFATLE, V., Aula pública, 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0GoC-EP4yhs_e
<https://www.youtube.com/watch?v=Qvxhw2XDvjo> .Acesso em 19/08/2015.
- SARNEY, J. Página pessoal. Disponível em: <http://www.josesarney.org/o-politico/presidente-do-senado/presidente-do-senado-1%C2%BA-mandato-1995-a1997/> . Acesso em 08/08/2015.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.
 Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Capitalismo-socialismo-e-democracia-Joseph-A.-Schumpeter.pdf> . Acesso em: 07/8/2015.
- SECCO, L. *As Jornadas de Junho*. In: MARICATO, E. (Org.). *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 71-78.
- SEIGNER, B. *Perfil pessoal*. Facebook, 2013. Disponível em:
<https://www.facebook.com/beatriz.seigner/posts/10151800189163254> . Acesso em 07/08/2015.
- Senado Federal, Comissões de Educação e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Brasília, 2013.
 Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao/escriva/notas.asp?cr=2208> . Acesso e: 07/08/2015.
- Senado Federal. *Balanco Contas Abertas*. Brasília, 2014. Disponível em:
<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/especiais/contas-abertas> . Acesso em: 06/08/2014.
- Site de notícias G1, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/musica/noticia/2013/09/caetano-veloso-cobre-rostro-como-black-bloc-em-visita-ao-midia-ninja.html>. Acesso em: 05/08/2015.
- Site de notícias G1, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/06/pelo-menos-13-pessoas-morreram-em-um-ano-de-protestos-pelo-pais.html> . Acesso em: 04/08/2015.
- Site de notícias UOL, São Paulo, 2013. Disponível em:
<http://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2013/03/24/dinho-ouro-preto-brada-contrafeliciano-e-pede-revolucao-frente-a-6-mil-em-sp.htm> . Acesso em: 05/08/2015.
- Site de notícias UOL, São Paulo, 2013. Disponível em:
<http://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/26/capital-inicial-lanca-musica-viva-a-revolucao-em-apoio-as-manifestacoes-assista.htm> . Acesso em: 05/08/2015.
- TAVARES, F. M.; RORIZ, J. H. R. *Antes de junho, as ruas de maio: apreensões de ativistas goianienses sobre o Estado e a política institucional*. IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política - Anais. Disponível em:

http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403565558_ARQUIVO_abcp2014tavar.es.pdf. Acesso em 05/12/2014.

THIOLLENT, M., 1968. *Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20701998000200006&script=sci_arttext . Acesso em 15/08/2015.

Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-1-ano-4/minirreforma-eleitoral-2013-principais-alteracoes> . Acesso em 29/08/2015.

TSEBELIS, G. *Jogos Ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 33-56.

TV Senado, Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5tWDkuKRWLM>. Acesso em 02/08/2015.

VIANNA, L.W.. *Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira*. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004 . Acesso em: 15/08/2015.

VIEIRA, L. R.. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília, Thesaurus, 1998.

WEBBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

APÊNDICE

Tabela 4 – Enquete sobre o papel legislativo do Senado

O Senado possui o papel de elaborar leis que ajudem o país. Em sua opinião, o Senado:	(%)
Cumpre bem esse papel	5,2
Cumpre mais ou menos	44,3
Cumpre mal esse papel	49,9
NS/NR	0,6
Total	100,0

Fonte: DataSenado
Período: 02/2014

Tabela 5 – Enquete sobre as ações de fiscalização do Senado

O Senado também possui o papel de fiscalizar as ações do governo federal. Em sua opinião, o Senado:	(%)
Cumpre bem esse papel	6,7
Cumpre mais ou menos	46,2
Cumpre mal esse papel	46,0
NS/NR	1,1
Total	100,0

Fonte: DataSenado
Período: Fevereiro de 2014

Tabela 6 – Pesquisa sobre o papel dos partidos

Muitos partidos políticos favorecem ou prejudicam a democracia no Brasil?	(%)
Favorecem	17,1
Prejudicam	81,8
NS/NR	1,1
Total	100,0

Fonte: DataSenado
Período: Fevereiro de 2014